



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE

BRUNA PEGNA HERCOG

DE “MENINO” A “ELEMENTO”:
ONDE TRAJETÓRIAS SE CRUZAM

Um estudo sobre juventudes e violências com adolescentes jovens e
policiais militares em Itinga, Lauro de Freitas-BA

SALVADOR

2016

BRUNA PEGNA HERCOG

**DE “MENINO” A “ELEMENTO”:
ONDE TRAJETÓRIAS SE CRUZAM**

**Um estudo sobre juventudes e violências com adolescentes jovens e
policiais militares em Itinga, Lauro de Freitas-BA**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Aragão

SALVADOR

2016

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pegna Hercog, Bruna

Parecer 'normal' para não parecer 'suspeito' -
onde trajetórias se cruzam: Um estudo sobre juventudes
e violências com adolescentes jovens e policiais
militares em Itinga, Lauro de Freitas-BA / Bruna
Pegna Hercog. -- Salvador, 2016.

174 f.

Orientador: Rita de Cássia Aragão.

Dissertação (Mestrado - Programa Multidisciplinar
de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) --
Universidade Federal da Bahia, Instituto de
Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), 2016.

1. Juventudes. 2. Violências. 3. Estigma. 4.
Polícia. 5. Pesquisa-ação. I. Aragão, Rita de Cássia.
II. Título.



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Comunicação
Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura &
Sociedade

ATA DA REUNIÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL DA DISSERTAÇÃO DE **BRUNA PEGNA HERCOG**

INTITULADA: “DE “MENINO” A “ELEMENTO”: ONDE TRAJETÓRIAS SE CRUZAM. UM ESTUDO SOBRE JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS COM ADOLESCENTES JOVENS E POLICIAIS MILITARES EM ITINGA, LAURO DE FREITAS - BA”

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, no IHAC - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia, foi instalada a Banca Examinadora da Apresentação da dissertação intitulada: “DE “MENINO” A “ELEMENTO”: ONDE TRAJETÓRIAS SE CRUZAM. UM ESTUDO SOBRE JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS COM ADOLESCENTES JOVENS E POLICIAIS MILITARES EM ITINGA, LAURO DE FREITAS-BA”. Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores: **Prof.(a) Dr.(a) Rita de cássia Aragão** – Orientador(a) - e pelo examinador externo: **Prof.(a) Dr.(a) Riccardo Cappi** e examinador interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade: **Prof.(a) Dr.(a) Mauricio Matos dos Santos Pereira**. Conforme o Regimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade foi dado o prazo de trinta minutos para que o(a) mestrando(a) fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou o avaliador externo: o(a) **Prof.(a) Dr.(a) Riccardo Cappi**. Após o examinador externo, fez suas arguições, a(o) **Prof.(a) Dr.(a) Mauricio Matos dos Santos Pereira** avaliador interno. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que o(a) mestrando(a) fizesse a sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a dissertação de **Bruna Pegna Hercog** como aprovada. Nada mais havendo a tratar, eu, **Prof.(a) Dr.(a) Rita de cássia Aragão**, lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo(a) mestranda. Salvador, 31 de outubro de 2016.

Prof.(a) Dr.(a) Rita de cássia Aragão

Prof.(a) Dr.(a) Riccardo Cappi

Prof.(a) Dr.(a) Mauricio Matos dos Santos Pereira

Bruna Pegna Hercog

CONFERE COM O ORIGINAL

11/01/2017

Pinho Oliveira Santos
Administração IHAC/UFBA

Aos

Meninos e meninas de Itinga e aos policiais militares da Base Comunitária de Segurança da Polícia Militar que confiaram em mim e tornaram este estudo possível.

Milhares de adolescentes e jovens que são assassinados diariamente em nosso país e às suas mães, que os enterram (quando encontram os corpos).

AGRADECIMENTOS

“Não mexe comigo que eu não ando só”. E não ando mesmo! Faço da poesia cantada da santamarense Maria Bethânia, as palavras iniciais de agradecimento a todas e todos que traçaram essa trajetória comigo. Aos que não me deixaram desistir. Aos que acreditaram e me inspiraram a seguir firme e movida pela utopia e desejo de justiça social. Agradeço também a todas as forças da natureza, à minha ancestralidade, às energias guardiãs.

Minha gratidão à família: Giulia Pegna, minha mãe, mulher guerreira e companheira de vida; Alex Hercog, meu irmão subversivo e sempre acolhedor; Luiz Hercog, meu pai, de poucas palavras e abraço reconfortante; meu tio Júlio Pegna, sempre disposto a um bom debate político; meus tios-avós tão queridos Luiz Batista e Bárbara Hercog, sempre presentes; meus avós Enricheta Pegna e Piero Pegna; a Vera Pegna, tia-avó ativista comunista extremamente inspiradora; Islândia Costa e Damien Hazard, irmãos de luta e afeto que a vida generosamente me presenteou; Carol Garcia e Sabrina Pestana, irmãs de alma, de sonhos, de tropeços e acertos.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Rita de Cássia Aragão, muito obrigada por ter aceito o desafio, pela confiança e oportunidades que me proporcionou ao longo desta trajetória. Às professoras, mestras e amigas Tânia Regina Cordeiro e Joselita Frutuoso de Araújo Macedo Filha (Nena), agradeço por toda a dedicação, compromisso, competência e generosidade dispensadas. À psicóloga e amiga Aline Matheus Veloso, obrigada por todas as noites e domingos de trocas, debates e construções. Aos professores do Poscult agradeço pelos saberes partilhados, em especial a Carlos Bonfim, Maurício Matos e Marinize Prates.

Agradeço aos amigos e amigas que estiveram sempre presentes, suportaram minhas irritantes e constantes oscilações de humor; as idas e vindas ao meu objeto de estudo e, pacientemente, me emprestaram seus ouvidos, colos, saberes, olhos, broncas e abraços. Denise Borges de Jesus, Nilton Lopes, Chicco Assis, Nádia Conceição: meu muito obrigada! Luciana Pinto, Laurênio Sombra, Ivan Faria, Luciana Rios, Sarah Roberta Carneiro, Boris Ramirez, Marialina Côgo Antolini: gratidão demais!

Gratidão à Erica Máximo Machado, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), à Araci de Oliveira e Débora Privat, servidoras municipais de Lauro de Freitas. À

Daniela Mello, educadora do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Itinga, agradeço pelo compromisso e pela confiança. A toda equipe do CRAS, muito obrigada por me deixarem adentrar este espaço. Ao Major Sérgio Luís Das Neves Dias, ao Capitão Marcos Carrilho, agradeço a confiança e a oportunidade concedidas para que os policiais militares pudessem ser escutados neste estudo. Aos soldados da Polícia Militar da Base Comunitária de Itinga, sou grata por terem aceito este desafio e compartilhado suas histórias. Aos adolescentes e jovens de Itinga, muito obrigada por não terem me deixado desistir. Sou eternamente grata pela confiança que depositaram em mim.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de mestrado.

Sigamos, sempre. Muito obrigada!

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano

HERCOG, Bruna Pegna. De “menino” a “elemento”: onde trajetórias se cruzam. Um estudo sobre juventudes e violências com adolescentes jovens e policiais militares em Itinga, Lauro de Freitas-BA, 2016. 174 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

RESUMO

No Brasil, as principais vítimas da violência são os jovens de 15 a 29 anos, negros, do sexo masculino e moradores das periferias. O processo de estigmatização das populações pobres – que se dá de diversas formas e por meio de diferentes instituições – contribui para o processo de criminalização da pobreza. Em um Estado marcado por um processo histórico de opressão e subalternização das classes pobres, as polícias respondem a uma política que comporta resquícios dos regimes autoritários reproduzindo, muitas vezes, nas ruas, uma violência física contra as classes pobres que responde à uma violência estrutural que baliza a sociedade brasileira. É vasta a produção científica sobre o fenômeno da violência urbana por meio de distintas abordagens. Neste estudo, nos propusemos a contribuir com o debate tendo como foco a análise do processo de estigmatização da juventude pobre e negra por meio da contraposição de narrativas de adolescentes jovens e policiais militares. O objetivo geral do estudo foi identificar e analisar as percepções de violência a partir da relação entre adolescentes jovens e soldados da Polícia Militar em Itinga, Lauro de Freitas (BA). Desenvolvemos um estudo de caráter qualitativo amparado numa abordagem interdisciplinar com trânsito pela Comunicação, Antropologia Urbana e Sociologia e norteado por três eixos temáticos: juventude, violência e território. O método utilizado foi a pesquisa-ação, com a utilização de rodas de diálogo e oficinas de produção textual, com posterior análise de conteúdo do *corpus* discursivo. Os dados nos mostram a dimensão do estigma nas vivências de adolescentes jovens e policiais militares, sendo o elemento que entrecruza suas trajetórias enquanto jovens pobres. Apontam que o estigma que associa o corpo do jovem negro e pobre a um corpo passível de violência e condiciona a atuação policial nas periferias reduz as perspectivas de futuro entre os jovens que não estão inseridos ativamente na criminalidade e reforçam a incorporação de um *ethos* guerreiro entre os soldados.

Palavras-chave: Juventudes, Polícia, Estigma e Violências

HERCOG, Bruna Pegna. From "boy" to "suspect": the point where paths crosses - A research about violence with young adolescents and military policemen in Itinga – Lauro de Freitas (BA), 2016. 174 p. Dissertation (Masters) – Institute of Humanities, Arts and Sciences. Federal University of Bahia, Salvador, 2016.

ABSTRACT

In Brazil, the main victims of violence are young people between 15 and 29 years of age, black, male that live in the poor regions. The stigmatization process of the poor population - that occurs in different ways and through different institutions - contributes to the poverty's criminalization. In a nation marked by a historical process of poor people oppression and subordination, the police forces respond to political decisions that still contain traces of authoritarian regimes. So, they replay often on the streets the physical violence against the poor classes, responding to a structural violence that runs through the Brazilian society. There is a wide scientific literature on the phenomenon of urban violence through different approaches. On this study, we set out to contribute to the debate focusing on the analysis of the poor black youth stigmatization process by contrasting the narratives of young adolescents and military police. The overall objective of the study is to identify and analyze the perceptions of violence from the relationship between young adolescents and the soldiers of the Military Police in Itinga, Lauro de Freitas (BA). This qualitative research is supported by an interdisciplinary approach that runs Communication, Urban Anthropology and Sociology; and is guided by three main themes: youth, violence and territory. The method used was action research, with the use of conversation circles and text production workshops with subsequent content analysis of the discursive *corpus*. The data show us the stigma extension in the experiences of young adolescents and military police, and the element that intersects their trajectory while poor youth. They point out that the stigma that associates the black poor young body to a body subject to violence and conditions the police action in the suburbs reduces the future prospects of young people who are not actively inserted in crime and strengthen the incorporation of a warrior *ethos* between the soldiers.

Keywords: Youth, Police, Stigma and Violences

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Mapa de Análise dos Dados	60
Tabela 2	Homicídios de Jovens na Região Nordeste	67
Tabela 3	Violência contra jovens no Brasil	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Gráfico - Homicídios de Jovens na Região Nordeste	67
Figura 2	Desenho feito por Christopher	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BCS	Base Comunitária de Segurança
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CIPM	Companhia Independente de Polícia Militar
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COE	Comando de Operações Especiais
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
CVP	Crimes Violentos contra o Patrimônio
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada do Município
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICJBrasil	Índice de Confiança na Justiça Brasileira
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDV	Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
IHAC	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISER	Instituto de Estudos da Religião
ISP	Instituto de Segurança Pública
IVJ	Índice de Violência e Desigualdade Racial
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
MJ	Ministério da Justiça

MS	Ministério da Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC	Polícia Civil
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PETO	Pelotão de Emprego Tático Operacional
PM	Polícia Militar
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PNDH	Programa Nacional dos Direitos Humanos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POSCULT	Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
RM	Região Metropolitana
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAGI	Serviço de Avaliação e Gestão da Informação
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SD	Soldado
SDS	Sistema de Defesa Social
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIM	Sistema de Informações de Mortalidade
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde do Brasil
TFD	Teoria Fundamentada dos Dados
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Descrição do trabalho	23
2	A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO COMO UM ENTRE-LUGAR	25
2.1	Itinga: Um território violentado	25
2.1.1	Contexto local	27
2.1.2	Políticas sociais e de enfrentamento à violência	30
2.2	Percurso Metodológico: abrir frestas sem fechar ferrolhos	34
2.2.1	Questões éticas: “é agora que você liga o gravador?”	37
2.2.2	Primeira etapa: identificação dos sujeitos participantes e composição dos grupos	38
2.2.3	Prática pesquisante: método como caminho	44
2.2.4	Comunicação e Mobilização Social na pesquisa participante	48
2.2.5	Segunda etapa: interação no coletivo e disputa de percepções	49
2.2.5a	Rodas de Diálogo	49
2.2.5b	Oficinas de construção de personagens	52
2.2.6	Terceira etapa: narrativas individuais ou o Outro está mais perto do que parece	54
2.2.7	Surpresas, desafios, atravessamentos e (des)construções do campo	55
2.2.8	Quarta etapa: análise dos dados	58
3	JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS: “ADOLESCENTES JOVENS RESISTENTES” E “POLICIAIS QUE DÁ ATÉ PRA FALAR”	61
3.1	Adolescentes jovens: sujeitos ou objetos?	61
3.2	“ <i>Adolescentes jovens resistentes</i> ”: transição como potência?	73
3.3	Violências que atravessam, narrativas que (re)estruturam	78
3.4	Violência e criminalidade: subcidadania como condição	81
3.4.1	A família: regulação e culpabilização	85
3.4.2	Drogas <i>versus</i> trabalho: “ <i>caminho do mal</i> ” <i>versus</i> “ <i>cidadão de bem</i> ”	89

3.4.3 Conduta ilegal, escolha pessoal	91
4 “ADOLESCENTES JOVENS RESISTENTES” E “POLICIAIS QUE DÁ ATÉ PRA FALAR”	93
4.1 Christopher: “descobri que podia conhecer pessoas de uma forma diferente, sem brigar”	94
4.2 Jamerson: “me sinto mais adulto sabe, mais dono de mim”	99
4.3 Luna: “gosto de ser diferente, mas diferente do meu jeito”	103
4.4 Léo: “não me sinto livre, me sinto um cidadão potencialmente enjaulado”	106
4.5 Luiz: “a polícia não aperta o gatilho sozinha”	111
4.6 Arthur: “entrei como soldado e só saio daqui aposentado ou se morrer aqui dentro”	116
4.7 Maia: “nosso olhar é treinado para abordar”	123
5 ONDE TRAJETÓRIAS SE CRUZAM	127
5.1 Histórias de superação: entre o “ <i>menino</i> ” e o “ <i>elemento</i> ”	127
5.2 Quando o estigma opera: o “ <i>resistente</i> ” some e o “ <i>usuário</i> ” ganha a cena	129
5.3 Territórios violentados: marcas de distinção social em bairros, corpos e narrativas	137
5.4 Juventude e polícia: ser “ <i>normal</i> ” para não parecer “ <i>suspeito</i> ”	139
5.5 Marcas de distinção social: elemento suspeito ou atitude suspeita?	147
5.6 <i>Ethos</i> policial e suspeição: contradições incorporadas	150
5.7 O “ <i>medo da morte</i> ” costura as narrativas	154
5.8 O método como entre lugar: reflexões sobre a intervenção	155
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
7 REFERÊNCIAS	160
8 APÊNDICES	168

1 INTRODUÇÃO

Um dia eu ainda vou me redimir por inteiro dos pecados do intelectualismo. Não vou ter mais necessidade de falar nada de ficar muito pensando em termos dos contrários de tudo para tentar explicar as pessoas que eu não sou perfeito, mas que o mundo também não é. E que eu não tô querendo ser dono da verdade e não tô querendo fazer sozinho uma obra que é de todos nós e de mais alguém que é o tempo, o verdadeiro grande alquimista. Aquele que realmente transforma tudo. Um pequenino grão de areia. É o que eu sou. Só que o grão de areia já conseguiu sendo tão grande ou maior do que eu ser bem pequenininho e não precisar se mostrar mais. Fica lá, trabalha em silêncio (Gilberto Gil, 1973)

Permitam-me que me apresente. Acredito que anunciar o meu lugar de fala é fundamental para iniciar esse diálogo, para que ele seja franco e que revele seus conflitos fundantes, suas frestas e (im)possibilidades. Na busca por essa franqueza, apresento-me, também, seguindo o mesmo roteiro que propus aos adolescentes jovens e aos soldados da Polícia Militar que participaram deste estudo.

Sou Bruna. Bruna Hercog. Tenho 32 anos. Brasileira, nascida e criada em Salvador. Quando criança, morei no bairro da Pituba. Em um apartamento quarto/sala compartilhava os dias com minha mãe, meu pai e meu irmão mais novo. Brincava no *play* do prédio, na praia, na praça e em clubes privados. Estudava em uma escola particular do bairro. A adolescência me apresentou outros contornos da cidade. Fui morar em São Caetano, bairro da periferia. Brincava na rua, subia em árvore, jogava futebol no campo que tinha perto de casa. Empinava arraia com amigos do bairro, em sua maioria, negros. Ganhei o apelido de “Parmalat”. Em casa sempre fui estimulada a ler, pesquisar, escrever. Sempre gostei de estudar. Nunca repeti o ano. Estudei em escolas públicas e particulares. Cursei os dois últimos anos do Ensino Médio em uma escola privada à época considerada como uma das mais renomadas da cidade. Foi lá que comecei a me engajar com movimentos estudantis e sociais e a formar vínculos de amizade que perduram até os dias atuais. Aos 17 anos atuava voluntariamente em Organizações Não Governamentais (ONGs). Aos 18 ingressei na faculdade de Jornalismo. Aos 20, ingressei na ONG Cipó-Comunicação Interativa, espaço que me possibilitou vivenciar a cidade e a juventude de diferentes formas. Pude vivenciar os múltiplos territórios de identidade que se configuram em um mesmo bairro, em localidades como Fazenda Coutos, Plataforma, bairro do Uruguai, Nordeste de Amaralina, Itinga, entre outros e partilhar o

cotidiano com seus moradores. Descobri-me jovem no diálogo com jovens-pares e com jovens-outros, descobri outros códigos sociais, outras territorialidades. E neste processo de (des)construção constante também desenvolvi atividades com jovens quilombolas e indígenas, extrapolei as fronteiras físicas e cruzei identidades com jovens cubanos (Piñar Del Rio, Cuba), zapotecos (Oaxaca, México) e pataxó hã-hã-hã (Itamaraju, Bahia). Vivências que me convidaram a sair da “zona de conforto”, relevaram-me um cenário onde ser jovem e ser vítima de atos violentos parecia caminhar sempre lado a lado, mas caminhavam juntos, também, as vozes e experiências de resistência dos/das jovens moradores/as destes territórios.

Há cerca de quatro anos comecei a atuar na área de Segurança Pública, realizando consultorias de comunicação e mobilização social em projetos de Convivência e Segurança Cidadã para a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Participei de uma série de ações promovidas junto a gestores, policiais militares, guardas municipais, lideranças comunitárias e jovens. Coordenei cursos no Rio de Janeiro, voltados para policiais que atuam nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Provocada pelas andanças, experiências e múltiplas identificações me lancei ao olhar das violências e as juventudes em suas pluralidades e diversidades por detrás dos tantos véus que nos são impostos cotidianamente pelas instâncias socializadoras com seus discursos que compõem nossos tecidos sociais. Com a consciência, é claro, de que sou composta por estes mesmos véus que quero desvendar. Este talvez seja o maior desafio dos que se enveredam pelos caminhos das ciências humanas: humanos pesquisando humanos. Por isso, acredito ser necessário, antes de tudo, se permitir o estranhamento do que nos estrutura para que seja possível escutar e externalizar outras narrativas.

Ciente – mas, não por isso, com o controle - dos conflitos (internos e externos) que me alimentam e munida de uma esperança (adornada de coragem) que me sustenta e move, iniciei este estudo que aqui se apresenta. A(s) pergunta(s) geradora(s) que impulsionaram esta trajetória – muito mais rizomática do que linear – sofreram grandes modificações ao longo do caminho. E foi quando a pesquisa começou, de fato, a não ser mais minha, mas a ser coconstruída com os sujeitos que fizeram parte dela, que seus contornos começaram a se desenhar com uma tinta mais grossa e visível.

As perguntas que iniciaram minha trajetória de pesquisa foram: O que dizem jovens e policiais militares sobre as relações entre juventude e violência? Quais os consensos e dissensos presentes em ambos os discursos e o que revelam sobre as estruturas sociais do Brasil que legitimam um processo histórico de construção de estigmas que associam jovens

de comunidades periféricas pobres, principalmente os negros do sexo masculino, à condição de “elementos suspeitos¹”, vinculando pobreza à criminalidade? De que forma estes estigmas interferem diretamente na prática – muitas vezes abusiva e violenta – dos policiais, em sua maioria, também negros e moradores de comunidades periféricas pobres²?

Em campo, com o encontro com o Outro, o não-eu, entendi que a minha pergunta de pesquisa perpassava, antes de tudo, por meu posicionamento diante dela. Coloquei-me, então, num entre-lugar: exercício arriscado e inquietante de transitar entre dois extremos – talvez não tão opostos assim – do fenômeno da violência urbana. De um lado, aqueles que mais morrem, as principais vítimas de homicídio do país – adolescentes e jovens moradores da periferia de um grande centro urbano brasileiro – e de outro, soldados da Polícia Militar, uma instituição que representa e legitima um Estado historicamente violento, opressor, racista e desigual. Assumi a fronteira, portanto, como meu lugar de/na pesquisa. Entendendo que:

Se o movimento entre fronteiras coloca em evidência a instabilidade da identidade, é nas próprias linhas de fronteira, nos limiões, nos interstícios, que sua precariedade se torna mais visível. Aqui, mais do que a partida ou a chegada, é cruzar a fronteira, **é estar ou permanecer na fronteira, que é o acontecimento crítico** (SILVA, 2000a, p. 5, grifos nossos).

Neste entre-lugar onde me posicionei há muitos limites, riscos e impossibilidades de narrar uma “verdade”. O desejo que me move, no entanto, é muito mais o de aportar frestas para estimular o diálogo do que ousar a fechar ferrolhos dessa janela temática tão complexa, seja no campo dos debates acadêmicos, seja no das políticas públicas.

Compus, assim, dois grupos de sujeitos participantes. Vou sempre me referir a eles com este termo com intuito de reforçar o lugar que ocupam no desenvolvimento da pesquisa e na construção do método utilizado. Adolescentes jovens³ e soldados da Polícia Militar da Bahia que concordaram encarar o desafio comigo. Sujeitos, portanto, do processo de construção do conhecimento. O primeiro grupo é formado por cinco adolescentes e jovens

¹ Importante ressaltar que o termo *elemento* é corriqueiro na linguagem policial para identificar os cidadãos que estão sob suspeita de serem criminosos. Outro termo bastante utilizado com o mesmo sentido é *meliante*.

² Entendemos o conceito de periferia na perspectiva de Santos (2010, p. 45): “periferia, subúrbio e favela são palavras que indicam uma mesma categoria de habitações precárias, caracterizadas pela pobreza, afastadas ou incrustadas nos centros das grandes cidades, acentuadamente diferentes da cidade formal, planejada, com saneamento básico e acesso a serviços”.

³ A título das políticas públicas voltadas para este segmento social, convencionou-se classificar a faixa etária entre os 12 e 18 anos para designar a adolescência (aqueles e aquelas considerados prioridade absoluta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e para a juventude, entre os 15 e 29 anos de idade, subdivididos em três grupos etários: 15 a 17 anos (adolescentes jovens), 18 a 24 anos (jovens jovens) e 25 a 29 anos (jovens adultos), de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852/Agosto 2013). Vamos trabalhar aqui com a nomenclatura “adolescentes jovens” para nos referir aos sujeitos participantes deste estudo.

com idades entre 14 e 20 anos: três meninos e duas meninas. São moradores de Itinga e estão matriculados no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens (SCFV), o antigo Projovem Adolescente⁴, que funciona na sede do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Itinga. Vou referir-me ao programa por SCFV/Projovem. Quatro estão matriculados na rede municipal de ensino, apenas um, de 20 anos, não estuda. Todos os adolescentes jovens – mesmo os que estudam – além de participarem do projeto também fazem trabalhos informais em oficinas mecânicas, lanchonetes etc. Nenhum está ou esteve em cumprimento de medidas socioeducativas por ato infracional.

O segundo grupo é composto por cinco soldados da Polícia Militar da Bahia (quatro homens e uma mulher). O mais novo tem 29 anos e o mais velho, 33. Todos têm até seis anos de carreira e integram o efetivo da Base Comunitária de Segurança (BCS)⁵, desempenhando diferentes funções. São nascidos em bairros periféricos de Salvador e Região Metropolitana e estudaram na rede pública do ensino. Dois deles têm o ensino superior completo na área de Ciências Humanas e são os que também desenvolvem atividades educativas em escolas públicas no entorno da Base. Ao longo de um ano, desenvolvi, separadamente, uma série de atividades coletivas e individuais com os dois grupos.

O objetivo geral do estudo foi identificar e analisar as percepções de violência a partir da relação entre adolescentes jovens e soldados da Polícia Militar de Itinga. Foram três os objetivos específicos: mapear e contextualizar as dimensões, causalidades e consequências da violência para adolescentes jovens e policiais; identificar as narrativas de violência na relação entre adolescentes jovens e policiais e contrapor estas percepções.

Neste sentido, propus contribuir para abertura de brechas para que outras interpretações fossem apresentadas. Interpretações que pudessem ir além dos binômios bem *x* mal; herói *x* bandido; guerra *x* paz; vítima *x* algoz; “menino” *x* “elemento”; resistentes *x* usuários. Ocupei, assim, um lugar de mediação para “costurar” um diálogo entre os discursos de adolescentes jovens e policiais militares que compartilham de um mesmo espaço físico, porém, distintos espaços sociais. Neste sentido, compactuo com Velloso (2011, p. 19):

⁴O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (SCFV) é um programa do Governo Federal “voltado para jovens cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e para aqueles em situação de risco pessoal e social”. Disponível em: www.mds.gov.br. Acesso em: 15 mai. 2015.

⁵As Bases Comunitárias de Segurança (BCS) são equipamentos de policiamento comunitário e integram o Programa Pacto pela Vida, do Governo do Estado da Bahia. A BCS de Itinga foi inaugurada em agosto de 2012. Disponível em: www.pmba.ba.gov.br. Acesso em: 22 nov. 2013.

Qualquer análise que se pretenda realmente comprometida com a relação existente entre repressão policial e sociedade deve levar em consideração não apenas a polícia, mas também o contexto histórico-social mais amplo sobre o qual se desenvolve a representação social da ‘violência’.

A cada novo encontro com os grupos, muita coisa mudava. Ao final de cada atividade, as avaliações e sugestões que traziam me levavam a retratar roteiros, repensar objetivos e recomeçar a caminhada. Eu mudava a cada encontro. Às vezes falava, às vezes calava. Mas sempre me transformava. Transformação que também aconteceu – em alguma medida – com os jovens e policiais envolvidos na pesquisa. Fato é que não foram meus objetos de estudo. Pesquisaram-me também. E esse talvez seja um potente resultado deste trabalho.

Importante destacar aqui, também, as importantes contribuições com as quais contei para a realização da pesquisa. A arquiteta e educadora popular Joselita de Araújo Macêdo Frutuoso Filha, a Nena, que me acompanhou durante os encontros com os policiais militares, atuando como observadora e me ajudando a registrar o dito e o não-dito. A professora da Universidade do Estado da Bahia e Coordenadora de Comunicação do Fórum Comunitário de Combate à Violência Tânia Regina Fernandes Cordeiro, que me auxiliou no processo de aproximação e leitura das narrativas dos policiais. A psicóloga social e pesquisadora Aline Matheus Veloso que trabalha e realiza pesquisas junto a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e contribuiu com a construção metodológica das atividades realizadas junto ao grupo de adolescentes jovens.

Apresento aqui o resultado desta mediação, cujo processo de análise dos dados foi sendo feito de forma simultânea à realização do trabalho de campo, para garantir aos sujeitos da pesquisa a possibilidade de acompanhar o desenrolar do estudo e, desta forma, potencializar a participação deles/delas no processo, indicando inclusive novos rumos e direcionamentos. Foi desenvolvido um estudo de caráter qualitativo amparado numa abordagem interdisciplinar com trânsito pela Comunicação, Antropologia Urbana e Sociologia e norteado por três eixos temáticos: juventudes, violências e território. O método utilizado foi a pesquisa-ação, com a utilização de rodas de diálogo e oficinas de construção de personagens e posterior análise de conteúdo do *corpus* discursivo.

Foi na leitura cuidadosa e criteriosa das falas, dos silêncios, dos corpos, dos espaços físicos que as categorias de análise foram emergindo, surpreendendo-me e encontrando eco nas abordagens teóricas. Elas foram agrupadas nos três eixos temáticos centrais acima citados e em três categorias transversais: espaço público como experiência de risco; juventude como expressão de identidades e marcas de distinção social no corpo suspeito. A análise dos dados foi feita a partir do cruzamento destas categorias.

1.1. Descrição do trabalho

Em quatro capítulos traço a dialética trajetória que me fez e refez ao longo destes dois anos. A análise empírica e a fundamentação teórica aparecem interligadas ao longo deles. No primeiro, A Construção do Método como um Entre-lugar, apresento o *corpus* da pesquisa, a metodologia utilizada e faço uma breve contextualização sobre Itinga, bairro onde foi realizado o estudo. Narrar o método também foi narrar a trajetória de pesquisa: os primeiros contatos com o campo, a definição dos sujeitos participantes, os tropeços, os medos, as conquistas, o referencial teórico e a construção das categorias, o caminho traçado e as técnicas e instrumentos utilizados nesse caminho.

No segundo capítulo, Juventudes e Violências: adolescentes jovens “resistentes” e policiais “que dá até pra falar”, são apresentadas as percepções dos sujeitos sobre as relações entre juventude e violência, ancoradas pelas abordagens sociológica e antropológica sobre o fenômeno da violência. Nos últimos capítulos três e quatro, Adolescentes jovens “resistentes” e policiais “que dá até pra falar” e Onde trajetórias se cruzam, são apresentadas as percepções dos adolescentes jovens e dos policiais sobre os processos de estigmatização das populações pobres e dos jovens de forma mais específica, por meio do cruzamento das suas narrativas individuais e das tipificações juvenis construídas por ambos os grupos para identificar os jovens de Itinga.

Importante ressaltar também a opção por utilizar as expressões *adolescente jovem* em referência ao grupo de meninos e meninas participantes da pesquisa e *território violentado* em referência do bairro de Itinga, bem como aos bairros localizados nas periferias dos grandes centros urbanos, de uma forma mais geral. A primeira expressão engloba não apenas um recorte etário (15 a 18 anos, como sinaliza o Estatuto da Juventude), mas um momento em que a condição de transição parece ser mais contundente principalmente para os jovens do sexo masculino que moram em bairros marcados por inúmeras ausências e condições de vulnerabilidades sociais. A decisão pelo uso do termo composto (adolescente jovem) – que não é comumente utilizado na literatura especializada – é um recurso utilizado para reforçar as percepções trazidas pelos adolescentes e jovens participantes da pesquisa, uma vez que durante as reflexões sobre o que é juventude e o que é ser jovem, eles e elas – mesmo tendo gêneros e idades diferentes – foram incisivos ao problematizar as interseções entre estas duas etapas de desenvolvimento no contexto social específico no qual estão inseridas/os.

Já por *território violentado*, entendemos as localidades historicamente submetidas a uma série de violências (estruturais, simbólicas e físicas) que perpassa o cotidiano e a

construção das trajetórias de seus moradores. Vamos utilizar esse termo para nos referir aos bairros periféricos com o objetivo de fazer uma contraposição à expressão “bairros violentos”, na qual reforça-se uma ideia de que o lugar ou as pessoas que ali vivem é que são por essência violentas ou passíveis de ser. Vale ressaltar que o termo foi utilizado pelo Ex-Secretário de Cultura Cidadã de Medellín, na Colômbia e comunicador social Jorge Melguizo, durante uma palestra ministrada em Lauro de Freitas (BA), justamente ao se referir ao bairro de Itinga, onde defendeu que os bairros periféricos não são violentos, mas violentados. O mesmo termo também já é utilizado pelo Fórum de Combate à Violência, desde o seu surgimento, com o intuito de reforçar justamente a violência simbólica que acomete essas localidades.

Por fim, o/a leitor/a irá perceber que há uma oscilação no uso dos pronomes “nós” e “eu”. Escrevo na segunda pessoa do plural quando quero evidenciar inferências e análises que surgem no processo de interação entre mim, no entre-lugar da pesquisadora e os sujeitos da pesquisa. Utilizo aspas para demarcar as expressões que foram trazidas pelos sujeitos participantes da pesquisa. Entre os combinados feitos com os sujeitos participantes da pesquisa, está o de que vou utilizar nomes fictícios para identificá-los.

2 A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO COMO UM ENTRE-LUGAR

É assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. Como as histórias são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. A história única cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história. A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes. Histórias importam. Muitas histórias importam.

Chimamanda Ngozi Adichie (2009, grifo nosso)

2.1 Itinga: um território violentado

Foi em Itinga, bairro de Lauro de Freitas, município da Região Metropolitana de Salvador⁶ que aportei para desenvolver essa pesquisa. Lauro de Freitas é bastante conhecida pelas praias que circundam o município em bairros como Vilas do Atlântico e Ipitanga. Eu – assim como a maioria daqueles que se enquadram na chamada “classe média” de Salvador – conhecia Lauro de Freitas pela sua bela orla. Foi em 2005 que comecei a mudar o roteiro. Ao percorrer novas rotas fui sendo apresentada a outras facetas do mesmo município. Por conta das relações pessoais que a vida nos brinda, os domingos em família começaram a ser numa casa grande, com quintal, árvores e muitos gatos, localizada em um beco estreito, sem asfalto e com esgoto a céu aberto, bem próxima ao Largo do Caranguejo⁷, sempre muito movimentado nos domingos que por lá passei.

⁶ Além de Salvador, outros 12 municípios que integram a Região Metropolitana: Camaçari, Candeias, Simões Filho, Vilas de Abrantes, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Dias D’Ávila, São Francisco do Conde, Vera Cruz, Itaparica, Pojuca e São Sebastião do Passé. A criação oficial da Região Metropolitana de Salvador se deu em 1973, durante o governo militar. Alguns marcos contribuíram para isso, como a industrialização nos anos 60, com a criação do Centro Industrial de Aratu, em 1966, e, em 1978, do Polo Petroquímico de Camaçari, hoje chamado Polo Industrial de Camaçari (CARVALHO, I. M. ; PEREIRA, G. [org.], 2014).

⁷ Considerado o principal ponto de referência de Itinga, o Largo do Caranguejo está localizado entre as principais vias do bairro. Seu nome é uma homenagem a Antônio Pereira Santos, que em 1972 chegou ao local e montou uma barraca onde, entre outros produtos, vendia caranguejo. Na praça, uma escultura homenageia o trabalhador, mais conhecido como “Seu Caranguejo”. Como em muitos espaços urbanos localizados em bairros populares,

A mudança de roteiro também trouxe mudança no olhar. Um olhar mais atento para as faltas e contrastes entre os diferentes “lados” que demarcam as diferenças socioeconômicas que perpassam o bairro que tem proporções demográficas e territoriais semelhantes às de muitas cidades brasileiras. Diferenças de “lados” que também perpassam a minha relação com Itinga, seus moradores, suas especificidades e potencialidades. E nesses trânsitos fui me dando conta de que os “lados” não são tão fixos assim, nem tão diametralmente opostos, pois, como afirma Pierre Bourdieu (1992, p. 14):

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantêm objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática.

Em 2013 voltei a transitar em Itinga, agora não mais por conta das relações afetivas e familiares, mas para trabalhar no Programa Interagencial da Organização das Nações Unidas (ONU) Segurança com Cidadania⁸. Fui incumbida de pensar e implementar ações de comunicação e mobilização social com foco na promoção de uma cultura de paz no local. Atividade que foi desenvolvida em parceria com lideranças comunitárias, jovens, agentes de segurança (guardas municipais e policiais militares) e representantes da gestão municipal. Acompanhei a implementação de políticas de prevenção à violência, sendo lançada no emaranhado e complexo “mundo” da segurança pública em um município que à época ocupava o 7º lugar dos municípios baianos com maior índice de homicídio juvenil (WAISELFISZ, 2014). O bairro de Itinga concentrava 57% das ocorrências registradas envolvendo adolescentes e jovens com idades entre 15 e 24 anos⁹.

convive com contrastes: se por um lado é o local de eventos culturais, do ponto de encontro de adolescentes e jovens, área movimentada pelo comércio, também é um espaço onde há presença do tráfico de drogas e, portanto, área de vigilância constante por parte da polícia.

⁸O Programa Conjunto da ONU Segurança com Cidadania teve como objetivo prevenir a violência, criando ambientes mais seguros e saudáveis para meninos e meninas entre 10 e 24 anos. Foi implementado em três municípios brasileiros (Lauro de Freitas-BA; Contagem-MG e Vitória-ES) entre os anos de 2010 e 2013. Seis agências da ONU (UNODC, UNICEF, UNESCO, OIT, ONU-HABITAT e PNUD) participaram da iniciativa, desenvolvendo ações diversas nos municípios participantes. Informações disponíveis no site: www.seguranacomcidadania.org.br. Acesso em: 03/12/2013.

⁹ Os dados são do Observatório da Violência, coletados no ano de 2010, e foram publicados no Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU Segurança com Cidadania – prevenindo a violência e fortalecendo a cidadania com foco em crianças, adolescentes e jovens em condições vulneráveis em comunidades brasileiras (PNUD, 2013).

Os dados estatísticos apontavam para uma realidade social dramática que se confirmava a cada “minuto de silêncio” solicitado durante as reuniões do Programa Conjunto, em memória de jovens assassinados no bairro. Na maioria das vezes, as vítimas eram filhos, sobrinhos, amigos das lideranças comunitárias locais. Desenvolvi, também, uma série de ações nos loteamentos Jardim Talismã e Pedrita, onde era possível encontrar arte, resistência e disposição para mudança nas crianças, jovens, adultos e idosos que por lá tecem seus cotidianos, lidando com intrincados sistemas de poder, repressão e violência, seja por parte dos grupos criminosos, seja por parte do Estado, com suas estruturas e práticas calcadas na omissão e na repressão que faz de Itinga um território violentado onde “o convívio de múltiplas territorialidades implica sempre disputas” (HAESBART, 2005, p. 6782).

O Programa Conjunto foi finalizado em 2013. Dois anos depois, retorno à Itinga como pesquisadora, para desenvolver o estudo sobre as perspectivas de jovens e polícias sobre o processo de estigmatização e criminalização da juventude local. As relações previamente estabelecidas, a participação na elaboração de um Diagnóstico Integral e Participativo (PNUD, 2013) e do Plano Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã de Itinga (PNUD, 2013) e a confiança adquirida entre os diferentes sujeitos locais me deram uma importante base para desenvolver esta pesquisa.

2.1.1 Contexto local

Até 2013, Lauro de Freitas estava dividida em nove bairros e Itinga aparecia como o maior deles, em termos de população. Em 2014, foi realizada uma redefinição no município, que passou a ser composto por 18 bairros. Sua área total é de 57.662 km² e a população está estimada em 188 mil habitantes (IBGE, 2014). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,754, situando-o na faixa de Desenvolvimento Humano alto (entre 0,700 e 0,799)¹⁰. Lauro de Freitas ocupa a 467^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDHM.

Itinga nasceu do investimento em loteamentos populares e conjuntos habitacionais. Na década de 1990, passou por um processo de crescimento acelerado e a sua população foi aumentando velozmente a cada ano. Faz limite com Salvador pelo bairro de São Cristóvão e no próprio município pelos bairros de Cajá, Centro e Parque São Paulo. Com uma área de 381

¹⁰ ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em < <http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

hectares é considerado o mais populoso dos bairros de Lauro de Freitas com 73.484 habitantes e Areia Branca com 740 hectares, é o bairro mais extenso, porém com uma população de pouco menos de três mil pessoas. Itinga fez parte da formação inicial de Lauro de Freitas e muitos moradores tradicionais e seus familiares vivem da pesca e atividades de serviço. O bairro está dividido em 42 loteamentos e é marcado por elevadas taxas de criminalidade de violência urbana (PNUD, 2013).

De acordo com dados do Diagnóstico Integral e Participativo de Convivência e Segurança Cidadã de Itinga (PNUD, 2013), o maior e mais grave problema que o bairro enfrenta está diretamente relacionado ao tráfico e consumo de drogas – o que não é uma característica exclusiva de Itinga, mas apresenta-se como uma situação geral do país – que atinge a população juvenil, principalmente a masculina. A população de 10 a 24 anos no bairro está estimada em 20 mil habitantes e é predominantemente negra: 87% dos moradores se autodeclararam negros no quesito cor (IBGE 2010; 2007).

Em janeiro de 2010, entre as 27.416 famílias cadastradas no programa Bolsa Família no município de Lauro de Freitas, 12.307 (45%) se encontravam em Itinga. O bairro conta com 35 escolas Públicas, sendo 32 escolas da Rede Municipal (28 de Ensino Fundamental e quatro Creches) e três da Rede Estadual (duas de ensino médio e uma de fundamental II e ensino médio) (PNUD, 2012). No local, há uma Companhia da Polícia Militar, a 81ª CIPM que atende exclusivamente ao bairro, além da 27ª Delegacia de Polícia.

O município de Lauro de Freitas revela grandes contrastes sociais. Se por um lado, o elevado crescimento imobiliário e o aquecimento da indústria movimentaram a economia local – cresce a cada ano o número de construções para a classe média e média-alta – e, conseqüentemente alguns indicadores sociais, como o IDHM, por outro, “empurraram” a população pobre para as margens da cidade, formando bolsões de pobreza e configurando um cenário de sucessivas exclusões que não é diferente do que se passa no restante do país. Como destaca Alba Zaluar (2004, p. 27):

Nas regiões metropolitanas brasileiras onde se encontram os maiores contingentes de pobres do país, assim como os chamados migrantes de segunda geração, permitem examinar o possível impacto da concentração de pobreza numa mesma área urbana densamente povoada. Todas as regiões metropolitanas brasileiras pioraram suas taxas de mortalidade, seja a que soma homicídios a “outras violências”, seja a que, além das mortes assim classificadas, inclui acidentes de transporte. As populações vivem em precárias condições urbanas, de infraestrutura e de serviços públicos

insuficientes além de direitos de cidadania, especialmente os civis, muito limitados.

Enquanto os bairros de Vilas do Atlântico, Ipitanga, Buraquinho, Miragem e o Condomínio Encontro das Águas, em Portão, por exemplo, possuem nível de desenvolvimento urbano semelhante ao encontrado nos melhores bairros residenciais de Salvador, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) superior a 0,8¹¹, bairros como Itinga apresentam indicadores sociais abaixo da média. Vale destacar, ainda, que mais da metade (55%) do número total de famílias de Lauro de Freitas inscritas no Cadastro Único em março de 2015 (30.149) possui renda per capita familiar de até R\$ 77¹².

Com relação aos indicadores de violência, Lauro de Freitas aparece em 17º lugar no ranking nacional dos 100 municípios brasileiros com as maiores taxas de homicídio na população juvenil e em 7º lugar entre os municípios da Bahia¹³. Em 2014, a taxa estimada era de 103,5 jovens assassinados para cada 100 mil habitantes¹⁴. Vale ressaltar que em países da Europa e da Ásia – continentes que apresentam as menores taxas de homicídio juvenil -, os índices não chegam a 3 homicídios em 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2014).

No Painel de Monitoramento do Plano Juventude Viva¹⁵, Lauro de Freitas aparece com uma taxa de homicídios de jovens negros de 301 para cada 100 mil habitantes, enquanto a taxa de homicídios de jovens brancos é de 100 para cada 100 mil. Vale destacar que a população total da Bahia é de 14 milhões de habitantes, deste total 10,7 milhões são negros e 3,1 milhões são jovens negros.

¹¹Plano Municipal de Segurança Pública de Lauro de Freitas (2010).

¹² Informações do Relatório do CadÚnico e do Programa Bolsa Família em Lauro de Freitas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em <<http://mds.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

¹³Entre os municípios baianos com maior índice de homicídio juvenil estão: Mata de São João (1º); Simões Filho (2º); Ibirapitanga (3º); Itaparica (4º); Porto Seguro (5º) e Itabuna (6º).

¹⁴Mapa da Violência 2014: Homicídios e Juventude no Brasil. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 29 mar. 2015

¹⁵Disponível em: <<http://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pjv/index.vm?f=vulnerabilidades>>. Acesso em 21 jul. 2015.

2.1.2 Políticas sociais e de enfrentamento à violência

Entre as políticas sociais em desenvolvimento no bairro, vale destacar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que atende aproximadamente 250 crianças com idade entre 8 e 13 anos que estão regularmente matriculadas na rede municipal de ensino e o núcleo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que atende cerca de 80 adolescentes em seus três coletivos.

Itinga foi considerado Território de Paz do Pronasci¹⁶ e situa-se em área de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contexto que favorece a intensificação de políticas públicas com foco na prevenção à violência no território. Entre 2010 e 2013, sediou o Programa Conjunto da ONU Segurança com Cidadania cujas atividades de formação e sensibilização envolveram mais de duas mil pessoas, entre jovens, gestores públicos, servidores municipais, professores, policiais militares, bombeiros, guardas municipais e lideranças comunitárias do bairro. Fez parte também das ações do Programa a elaboração do Plano Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã de Itinga cuja meta era a redução, até 2016, em até 30% do índice de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos. O Plano foi um compromisso assumido pelo governo municipal através do Gabinete de Gestão Integrada do Município (GGIM)¹⁷.

No Relatório de Acompanhamento do Programa Segurança com Cidadania (PNUD, 2015)¹⁸ vale destacar a visão que moradores e profissionais que atuam no local têm sobre o bairro, que para além de identificar as problemáticas existentes reforça o potencial de mobilização da população local, com destaque para os jovens. Itinga é definido como “bairro-

¹⁶ Território da Paz é uma região do município escolhida para a implantação de várias ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça. O Pronasci foi lançado em julho de 2007 pelo Ministério da Justiça (MJ) e destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade. Disponível em: <www.portal.mj.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2015.

¹⁷ O GGIM foi criado a partir do Decreto municipal nº 2.892 de 14 de janeiro de 2008, e, constitui-se em um fórum deliberativo e executivo, ligado ao Gabinete da Prefeitura.

¹⁸ O Relatório de Acompanhamento das Ações do Programa Conjunto da ONU Segurança com Cidadania realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é fruto de um trabalho de acompanhamento realizado por mim e por outra consultora do PNUD por meio da realização de grupos focais (com 23 participantes) e entrevistas individuais (com 19 entrevistados) junto a jovens, policiais militares, guardas municipais, lideranças comunitárias, servidores municipais e gestores públicos que participaram do Programa Conjunto Segurança com Cidadania realizado em Lauro de Freitas entre 2010 e 2013. Vale destacar que o acompanhamento foi realizado por meio de uma metodologia participativa que previu a composição de um Grupo de Trabalho que ficou responsável pelo apoio no levantamento dos dados, bem como, por sua validação.

cidade próspero e dinâmico, mas carente de cuidado e atenção por parte do poder público e que precisa saber da força e do poder que tem” (PNUD, 2015, p.8). Ou, ainda, nas palavras de uma servidora municipal:

Para mim, Itinga é um bairro-cidade dentro de Lauro de Freitas, com inúmeras vulnerabilidades no seu seio, mas que acima de tudo, tem uma capacidade enorme para se articular e buscar formas para mudar/melhorar sua realidade de violência, participação e coesão social frente aos inúmeros obstáculos impostos pelas faltas da participação do poder público local (PNUD, 2015, p. 8).

O potencial participativo dos moradores locais é ressaltado em outros estudos e documentos oficiais, a exemplo do Relatório do Programa Juventude Viva (2014) e de documentos oficiais do PNUD elaborados no âmbito do Programa Segurança com Cidadania desenvolvido em Itinga¹⁹. Quando falamos em potencial participativo, estamos entendendo a participação social como “o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (BORDENAVE, 1983, p. 25). Participação que se dá, portanto, em diferentes níveis, de diferentes formas e em diferentes espaços.

No Relatório de Acompanhamento do Programa Segurança com Cidadania (PNUD, 2015) foi apontada pelos entrevistados a necessidade de o poder público modificar o olhar sobre a juventude local – sair de um olhar assistencialista ou estigmatizador – para legitimar suas formas e espaços de participação social. Destacou-se, ainda, que as principais modificações no que se refere à implementação de ações de prevenção à violência decorreram mais por meio de ações de lideranças comunitárias e servidores municipais do que, necessariamente, de políticas formais executadas pelo governo municipal.

O documento destacou ainda que o contexto atual (relativo ao período em que foi feito o acompanhamento) estava marcado por um enfraquecimento da participação social, uma vez que o GGIM havia suspenso seus canais de aproximação com a população (reuniões mensais do Pleno, atendimentos individuais da comunidade, entre outras ações), bem como no aumento dos índices de violência contra jovens no bairro, e a militarização da Guarda Municipal (PNUD, 2015).

Entre as políticas locais de segurança pública, vale destacar também a implantação da Base Comunitária de Segurança Pública de Itinga (BCS), um equipamento de segurança que

¹⁹ Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU Segurança com Cidadania – prevenindo a violência e fortalecendo a cidadania com foco em crianças, adolescentes e jovens em condições vulneráveis em comunidades brasileiras (PNUD, 2013).

integra o Pacto pela Vida²⁰, programa central da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. Trata-se de uma nova política pública de Segurança, construída de forma pactuada com a sociedade, articulada e integrada com o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os municípios e a União. Liderada pelo Governo da Bahia, que articula treze Secretarias de Estado com o objetivo principal de reduzir os índices de violência, com ênfase na diminuição dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVPs). O Programa prevê, no âmbito policial, ações integradas das unidades da Secretaria de Segurança Pública, das Polícias Militar e Civil e do Departamento de Polícia Técnica visando à redução dos CVLIs e CVPs²¹.

No âmbito social, o Pacto prevê ações de prevenção social executadas por diversas Secretarias de Estado, voltadas para a população vulnerável das áreas identificadas como críticas em termos de criminalidade, de modo a reafirmar direito e dar acesso a serviços públicos indispensáveis. Além disso, são realizadas ações relacionadas à prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de substâncias psicoativas. As Bases Comunitárias de Segurança (BCS) são definidas como “pontos de gerenciamento da operacionalidade policial com o objetivo de conferir segurança às comunidades, focando na prevenção”²². Até maio de 2016, a Bahia contava com 15 Bases, sendo dez em Salvador, uma na Região Metropolitana e quatro no interior do estado²³.

A Base de Itinga foi inaugurada em 15 de agosto de 2012. Segundo os dados divulgados no site oficial do governo do Estado, o efetivo era composto por 120 policiais²⁴. No entanto, durante a observação *in loco* e as entrevistas realizadas, fui informada que na prática este efetivo era composto por 80 policiais. Entre os projetos sociais desenvolvidos pela BCS estão oficinas de informática, aulas de capoeira e *jiu-jitsu*. Há atividades que acontecem na sede da BCS e outras – como palestras educativas – são desenvolvidas pelos policiais em

²⁰ O Pacto Pela Vida é um programa de Estado criado pela Lei nº 12.357 de 26/09/2011 no âmbito do Sistema de Defesa Social (SDS), cujo objetivo principal é a promoção da paz social.

²¹ Informações disponíveis em <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

²² Informações disponíveis em <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>>. Acesso em 14 mai. 2106.

²³ Informações disponíveis em <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>>. Acesso em 14 mai. 2106.

²⁴ Informações disponíveis em <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>>. Acesso em 14 mai. 2016.

escolas da rede pública estadual de ensino que ficam localizadas na área de atuação da Base. As ações são definidas pelo setor de projetos na Base, que estava sob a coordenação de uma das duas policiais femininas ali alocadas.

Equipamentos como as Bases Comunitárias apontam para um processo de mudança na lógica de enfrentamento da criminalidade nos grandes centros urbanos brasileiros, que começa a acontecer a partir do final da década de 1990. É possível notar alguns avanços no que tange à mudança no currículo de ensino do policial, integração das polícias estaduais e a implementação de políticas de segurança pública focadas na prática do policiamento comunitário, com foco na aproximação entre as instituições policiais e a sociedade.

Na perspectiva desta mudança de paradigma insere-se, também, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)²⁵, lançado em 1996, que apontava para a necessidade de uma reforma da polícia; a criação da Secretaria Nacional da Segurança Pública (Senasp) e do Programa Nacional de Polícia Comunitária – em 2010; e do Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), desenvolvido pelo Ministério da Justiça (MJ), cujos princípios e diretrizes na área de segurança pública passaram, em 2011, a orientar a política nacional conduzida pelo Governo Federal. O estado do Rio de Janeiro – por meio da Secretaria Estadual de Segurança Pública – destacou-se na implementação de políticas com foco na polícia de proximidade. Em 20 de novembro de 2008, foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), na Favela Santa Marta, no Rio de Janeiro (RJ). Até maio de 2016 os dados oficiais indicavam: 38 UPPs instaladas no Rio de Janeiro, ocupando uma área de extensão total de 9.446.047 m²⁶.

De acordo com os princípios da prática do policiamento de proximidade – que embasam a missão institucional das UPPs, no Rio de Janeiro, e das BCS, na Bahia – são estimuladas novas formas de interação entre os agentes de segurança e os moradores de comunidades periféricas pobres, sob a perspectiva da mediação de conflitos para a solução de problemas de convivência nestas localidades. Entre as estratégias está a instituição de conselhos comunitários incumbidos de “escutar” as demandas da comunidade; criação de ouvidorias e projetos de inclusão social (oficinas de esportes, aulas de dança, informática etc.); realização de palestras educativas em escolas, entre outras. No entanto, questiona-se a eficácia deste processo de aproximação tendo em vista que o olhar estigmatizado sobre as periferias,

²⁵ O PNDH é um programa do Governo Federal brasileiro criado com base no art. 84, inciso IV, da Constituição, pelo Decreto nº 1904 de 13 de maio de 1996.

²⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.upprj.com>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

que perpassa o senso comum e também as políticas públicas voltadas para essas regiões, muitas vezes impede que se observem suas potencialidades e dinâmicas próprias²⁷.

A lógica da polícia de “pacificação” – termo utilizado pelas instâncias governamentais – de áreas marcadas pela criminalidade e domínio do crime organizado em algumas cidades, em especial no Rio de Janeiro, tem sido implantada de forma ostensiva. É alvo de reflexões críticas importantes, a exemplo das tecidas por Soares (2013) que ressalta que ganhos como a reversão do medo provocada pela implantação das UPPs tendem a perder a força, à medida que não são capazes, sozinhos, de modificar culturas organizacionais anacrônicas. Segundo o autor, as boas práticas convivem com a propagação das milícias, da corrupção em larga escala e da brutalidade letal.

2.2 Percurso Metodológico: abrir frestas sem fechar ferrolhos

Foi movida pela inquietação materializada em perguntas – o que dizem jovens e policiais militares sobre as relações entre juventude e violência? O que suas percepções revelam sobre as estruturas sociais do Brasil? – que comecei a desenhar a metodologia utilizada neste estudo. A primeira decisão foi ir a campo e me aproximar das possibilidades trazidas por ele.

Realizei, assim, visitas sistemáticas à Itinga para fazer uma análise do contexto e definir como seriam compostos os grupos da pesquisa. Conversas informais com servidores municipais, lideranças comunitárias, jovens moradores do bairro foram fundamentais nesse processo. Ao mesmo tempo em que me auxiliavam numa melhor leitura do contexto, também me permitiam desmontar as minhas certezas e os meus pré-conceitos previamente aportados para que eu pudesse adentrar naquele espaço, acreditando que

[...] o pesquisador, ao mesmo tempo mais modesto e mais ambicioso do que o curioso pelos exotismos, objetiva apreender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro (BOURDIEU, 1996, p. 15).

Desta forma, os caminhos metodológicos foram se definindo. Podemos resumir em quatro as etapas que compõem esta investigação. A primeira consistiu na fase exploratória, na qual foram feitas visitas sistemáticas ao bairro, encontros de articulação para composição dos

²⁷ Não é objetivo deste estudo aprofundar a análise das políticas de policiamento comunitário e/ou de proximidade. No entanto, consideramos importante apresentar alguns dados de contexto para facilitar a compreensão do cenário onde foi realizada a pesquisa.

grupos, observação participante para percepção de contexto, com o objetivo de “descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um primeiro levantamento da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações” (THIOLLENT, 2005, p. 52).

A segunda envolveu a realização de atividades em grupo, tendo em vista que o foco foi a observação da interação entre os participantes na relação com o outro. Nesta etapa, realizamos rodas de diálogo temáticas orientadas por questões geradoras e imagens disparadoras^{28,29}. As rodas de diálogo enquanto instrumentos metodológicos são compreendidas por meio da interface entre a comunicação popular e a educação popular, tendo Cicília Peruzzo (2003; 2016) e Paulo Freire (1983), respectivamente, como referências centrais. Ainda nesta segunda etapa, os sujeitos participantes da pesquisa participaram de oficinas de construção de personagens em que os grupos – separadamente – foram estimulados a identificar perfis de jovens e descrever suas características e histórias³⁰.

Na terceira etapa, passamos a explorar as narrativas individuais, por meio de entrevistas semiestruturadas. Saímos, portanto, da análise dos processos grupais para nos focar nas construções do sujeito quando é convidado a falar de si. Neste caso, a falar de si para um outro – eu, a pesquisadora – com o qual já havia criado algum grau de vinculação anterior. A quarta e última etapa, consistiu no tratamento e análise dos dados e escrita da dissertação.

Vale ressaltar que inicialmente estava havia previsto uma etapa onde iria apresentar aos policiais e aos jovens os conteúdos sistematizados, o que foi feito de forma parcial apenas com os jovens. Parcial, pois nem todos os jovens puderam comparecer ao encontro onde apresentei os “olhares dos policiais sobre os jovens de Itinga”, como denominei o material sistematizado. Com os policiais, não foi possível fazer a apresentação dos dados por dificuldade de conseguirmos manter a agenda de encontros previamente estabelecida com o comando da Base Comunitária de Segurança.

Após as entrevistas individuais, retornamos para o grupo, para realizarmos os encontros de fechamento do processo, em que foram repetidas as perguntas iniciais e exibidas

²⁸ As questões geradoras foram: o que é ser jovem? O que é ser jovem de periferia? O que é violência? Como é a violência na periferia? Quanto às imagens, foram selecionadas dez fotografias com conteúdos ligados à identidade do jovem; invisibilidade do jovem negro; violência urbana e abordagem policial.

²⁹ V. Apêndices.

³⁰ A construção dos perfis foi guiada pelas questões: quem são, como vivem, o que fazem, como se apresentam os jovens de periferia? Uma vez identificados os perfis, suas histórias foram construídas tendo como base uma ficha de construção de personagem contendo uma série de perguntas referentes a aspectos físicos e psicológicos do personagem como: altura, cor de pele, o que sente quando está com medo, onde se sente seguro etc.

as mesmas imagens da roda de diálogo. O objetivo foi traçar uma análise das interferências da pesquisa nas construções das narrativas dos grupos. Só foi possível, no entanto, realizar esse processo com os jovens. A dificuldade de conciliar as escalas dos policiais impossibilitou a realização deste encontro final. Com os jovens, além de repetirmos os procedimentos iniciais, acrescentamos mais uma atividade. Para compreender as percepções que os jovens constroem sobre si mesmos, pedimos para que respondessem: como eu me vejo? Como a sociedade me vê e como a polícia me vê? Em “como a sociedade me vê”, sugerimos que falassem sobre como acham que são vistos de uma forma geral no próprio bairro onde vivem, em outros bairros que frequentam, bem como em espaços públicos e privados.

Intercalei as ações diretas da pesquisa, nas quais eu estava na condução das atividades, com um processo constante de observação participante. Munida com um bloco de papel, um lápis e sentidos atentos, acompanhei algumas ações envolvendo os adolescentes jovens e os policiais³¹, nos termos que destaca Peruzzo (2013, p. 10):

Na pesquisa participante o pesquisador se insere, participa de todas atividades do grupo pesquisado, ou seja, ele acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação. Porém, o investigador não “se confunde”, ou não se deixa passar por membro do grupo. Seu papel é de observador.

Utilizei o diário de campo, bem como um “áudio-diário”³² para gravar minhas percepções durante toda a pesquisa. Ao acabar uma atividade, registrava as impressões, sensações, dúvidas, ideias e inquietações. Desta forma, pude não só captar e traduzir posteriormente a sensibilidade que perpassa este trabalho, como também revisitar os caminhos percorridos e com base nas leituras pude compartilhar o percurso com o grupo ao longo do processo. Ferramenta bastante utilizada na pesquisa etnográfica, o diário de campo foi importante ainda para sistematizar as percepções sobre as práticas culturais vivenciadas pelos adolescentes jovens e pelos policiais militares, bem como abarcar as impressões acerca do bairro, da dinâmica local, do uso dos espaços públicos, entre outras observações que foram feitas ao longo da minha inserção no campo.

³¹ Entre as ações que observei estão oficinas de informática realizadas na BCS; aulas de xadrez ministradas por PMs na sede do CRAS de Itinga; a formatura do Curso de Informática realizado na sede da Base, que contou com os adolescentes e jovens e seus familiares, entre outras.

³² Chamo de áudio-diário a prática de gravar em áudio um relato ao final de cada atividade realizada no campo. Esses áudios foram posteriormente transcritos e utilizados como conteúdo de análise da pesquisa.

2.2.1 Questões éticas: “é agora que você liga o gravador?”

Apresentar os objetivos da pesquisa e o método proposto para realizá-la foi uma das ações iniciais no processo de composição dos grupos. Nesta etapa, fizemos os acordos necessários para o desenvolvimento do trabalho. O primeiro foi com relação ao sigilo das identidades. Todos poderiam falar livremente sobre o que quisessem, pois suas identidades seriam preservadas. Para tanto, acordamos que os próprios participantes escolheriam os seus nomes fictícios a serem usados no texto final. Os policiais, por sua vez, não fizeram as indicações dos nomes, tarefa realizada por mim.

Além das combinações feitas com os sujeitos da pesquisa, obtive a autorização para realizar o estudo do Major que estava à frente da 81ª CIPM e do Capitão que comandava a BCS de Itinga. Obtive também a autorização da coordenação do CRAS, bem como dos responsáveis legais dos adolescentes do grupo, por meio da assinatura de um termo de consentimento³³. Ambos, adolescentes e policiais, fizeram a leitura comigo do termo onde autorizavam o uso das suas falas para os objetivos da pesquisa, com a garantia de que suas identidades seriam mantidas em sigilo.

Acordamos também que os áudios gravados seriam utilizados apenas para a produção da dissertação e que em nenhuma hipótese seriam divulgados. O gravador é um símbolo importante no processo de realização de uma pesquisa-ação. Um objeto poderoso que modifica a dinâmica de relações naquela fresta de tempo aberta para a pesquisa. Mas, à medida que o pesquisador vai ganhando confiança dos sujeitos da pesquisa, este objeto invasivo vai se tornando invisível. À medida que o nível de vinculação vai se fortalecendo, ele passa a não mais criar uma barreira entre pesquisador/pesquisados. Foi o que aconteceu nesta pesquisa. Nos primeiros encontros com os adolescentes jovens, Ruth esperava ansiosa: “pró, é agora que você liga o gravador? É agora que a gente fala o que vai ser gravado?”, mas, aos poucos, o objeto parecia não alterar mais as dinâmicas estabelecidas com o grupo.

³³ V. Apêndices.

2.2.2 Primeira etapa: identificação dos sujeitos participantes e composição dos grupos

A empreitada inicial para composição do grupo de jovens foi junto às escolas da rede pública local. Visitei duas das maiores escolas de Itinga e também aquelas que tinham algum tipo de parceria com a Base Comunitária de Segurança do bairro. No entanto, o município vivenciou uma greve de servidores e professores que durou cerca de dois meses, o que dificultou a articulação. Diante deste contexto, decidi procurar a educadora do CRAS, pois já conhecia o trabalho realizado por ela com adolescentes e jovens do bairro e já tinha feito uma oficina de comunicação e mobilização social com jovens do projeto. E, mesmo com a suspensão das aulas regulares, as atividades ali estavam mantidas. O que naquele momento me pareceu um fator importante para garantir a coesão do grupo e a continuidade do processo de pesquisa.

O CRAS tem uma parceria firmada com a BCS de Itinga que foi iniciada logo após a inauguração da Base, em agosto de 2012. A parceria prevê que adolescentes e jovens do SCFV/Projovem tenham acesso aos projetos sociais oferecidos pela Base, entre eles, cursos de informática, xadrez, aulas de *jiu-jitsu* e *muay-thai* e, também, a ida de policiais à sede do CRAS para ministrar palestras educativas para os adolescentes e jovens. O SCFV/Projovem é um programa federal que conta com diretrizes gerais, mas possibilita que o conteúdo programático, bem como as estratégias pedagógicas sejam definidas conforme especificidades de cada local. Neste núcleo, em Itinga, as atividades regulares eram compostas por três dias na sede do CRAS, com aulas de dança, palestras educativas, oficinas artísticas e atividades lúdicas e dois dias na sede da BCS onde os adolescentes e jovens participavam das aulas de informática e xadrez. Entre os temas debatidos durante as palestras, estavam gravidez na adolescência, *bullying*, racismo, uso de substâncias psicoativas, entre outros.

O CRAS está localizado bem próximo ao Largo do Caranguejo, praça central de Itinga que vai ser bastante citada mais à frente pelos jovens e pelos policiais. É uma casa com dois andares. Embaixo, fica a recepção e as salas de coordenação e atendimento. No piso superior há uma laje onde são realizadas as aulas do projeto. É um espaço grande, porém pouco arejado. Os equipamentos (som, máquina fotográfica) são trazidos de casa pela educadora.

Acompanhei a educadora em duas visitas da equipe do CRAS a escolas e espaços da igreja para colar cartazes e falar com os responsáveis sobre as vagas disponíveis no projeto. Aguardei o grupo se formar para fazer o primeiro encontro. Conversamos sobre a proposta metodológica inicial e também escutei dela quais eram as demandas dos jovens. No dia 16 de

abril de 2015, realizei o primeiro encontro na sede do CRAS para apresentar a proposta da pesquisa para os jovens.

Subia a escada que levava à laje da casa, onde acontecem as atividades do projeto, enquanto escutava a educadora explicando quem estava chegando ali para falar com o grupo: “É um projeto da universidade e a pesquisadora quer ouvir vocês, quer saber a opinião de vocês sobre a violência no bairro”. Achei uma forma bem interessante em resumir o meu objeto de pesquisa. E foi com essa deixa que comecei a conversa. Eram cerca de 30 meninos e meninas amontoados no espaço. Alguns, mal podia ver o rosto, porque estavam exatamente atrás de uma pilastra. Meninas de um lado, meninos de outro. As idades eram variadas: a mais nova tinha 12 e o mais velho 20 anos.

Começamos uma conversa sobre o tema juventude e violência. Falei da pesquisa e lancei algumas perguntas. Tenho o hábito de falar muito rápido, de atropelar as palavras. Por isso, pedi ao grupo que me sinalizasse caso eu “desatasse a falar”. Eles e elas riram e um dos meninos falou: “ah, mas a senhora também não vai entender a gente se a gente começar a falar”. Perguntei o motivo e a resposta de uma das meninas não poderia ter sido melhor para darmos início àquele primeiro diálogo. “A gente fala um monte de gíria, de coisa que não dá para entender”. Eu disse: “Que bom que nos expressamos de formas diferentes. Se eu estou aqui para descobrir o ponto de vista de vocês, a forma de vocês verem o mundo, a primeira coisa que preciso saber é a linguagem que vocês usam, como gostam de ser. Vou ficar muito feliz em conhecer essas gírias, esse jeito”. Risos e mais risos, umas piadas inaudíveis e um começo de conversa com leveza e atenção por parte de todos.

Perguntei a eles o que entendiam por violência e como era a vivência da violência em Itinga. Dois jovens responderam: “A gente é tratado como se não fosse cidadão. A polícia chega assim e do nada, aborda a gente, como se fosse vagabundo. Esses dias aconteceu isso comigo”; “O medo do jovem é de morrer. Se ele denuncia a violência da polícia, ele não tem proteção, a justiça não protege. Ele vai morrer. Se fala, morre”.

A conversa caminhou para falas sobre violência policial e também sobre o medo que tinham das dinâmicas do tráfico local. Enquanto alguns diziam que os traficantes eram quem colocavam medo da comunidade, outros diziam que eles protegiam enquanto a polícia era quem causava pânico, principalmente para os jovens do sexo masculino. Não houve consenso sobre isso. E não era, também, o espaço para consensos. Deixei as falas fluírem soltas. Anotei as falas e ao final, apresentei a eles um resumo do que haviam dito e informei que utilizaria aquelas colocações para pensar quais seriam os possíveis temas e perguntas geradores do nosso primeiro encontro com o grupo da pesquisa já formado.

Já no final da conversa, quando discutiam as formas de diminuir a violência em Itinga, um dos adolescentes jovens disse: “polícia é que não vai resolver o problema da violência, né?”. Outra integrante do grupo completou: “nem projeto social, porque é o que mais tem aqui e não dá em nada”. As falas revelam uma percepção crítica dos adolescentes jovens sobre a prática repressora de enfrentamento à criminalidade, bem como um questionamento sobre o lugar do projeto social e das Organizações Não Governamentais, que muitas vezes são tidos como uma estratégia de prevenção à violência, o que, no entanto, nem sempre acontece na prática.

Neste mesmo dia, pedi que os jovens interessados em compor o grupo me dessem os nomes e os que queriam pensar mais, poderiam informar a educadora do projeto se gostariam de participar da pesquisa. Não foi possível manter o mesmo grupo até o final. Pela própria dinâmica do projeto – que não oferece nenhum tipo de auxílio financeiro para os jovens – muitos foram desistindo ao longo do tempo. Entre os motivos apontados pelos jovens e pela educadora do CRAS para a desistência, está a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho. No grupo da pesquisa, tivemos certa oscilação nas presenças e demoramos um pouco para conseguirmos compor o grupo fixo. Por isso, em algumas atividades tínhamos jovens que mostraram um desejo inicial em ficar, mas depois desistiram. Ao final, o grupo ficou composto por cinco adolescentes e jovens com idades entre 14 e 20 anos: três meninos e duas meninas, todos moradores de Itinga. Quatro estão matriculados na rede municipal de ensino, e apenas um, de 20 anos, não estuda. Todos os adolescentes jovens – mesmo os que estudam – além de participarem do projeto também fazem trabalhos informais em oficinas mecânicas, lanchonetes etc. Nenhum está ou esteve em cumprimento de medidas socioeducativas por ato infracional.

O segundo grupo de sujeitos participantes é composto por soldados da Polícia Militar da Bahia. A aproximação com os policiais foi iniciada por meio de uma reunião com o Major que à época estava no comando da 81ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM). Assim que entrei em sua sala, antes mesmo que ele me convidasse a sentar, reparei que ajustou a placa onde se lia a sua comarca “Major”, para que ela ficasse exatamente em minha frente. Para começar a falar, precisava saber com quem estava falando. Daquele gesto, li: o respeito à hierarquia deve ser o primeiro código de aproximação entre um cidadão civil e um policial.

Apresentei os objetivos da pesquisa e falei com o Major sobre meu interesse em escutar os policiais por meio de metodologias participativas, para além das tradicionais entrevistas individuais. Com sua autorização, pude começar a aproximação com os soldados da BCS. A sede da Base fica em uma rua principal de Itinga, próxima a escolas estaduais e municipais. É

uma área com muitos estabelecimentos comerciais, como lojas, supermercados e também bares e restaurantes. A casa conta com um pátio grande onde acontecem as aulas de lutas marciais e também os eventos da Base, como a festa do Dia das Crianças, as cerimônias de formatura do curso de Informática, entre outras atividades. Tem o laboratório de informática e as salas de trabalho do capitão e do setor de projetos. Nas entrevistas, os soldados destacaram a importância de um bom comando para que a Base fosse mantida com uma estrutura básica de funcionamento que garantisse boas condições aos policiais, como banheiros limpos, água potável, internet etc.

Na Base, a articulação se deu com o comandante em exercício e com a soldado responsável pela coordenação do Setor de Projetos. Antes de marcarmos uma conversa presencial, falamos por telefone e ele me orientou que enviasse para ele, com cópia para a soldado, um documento de apresentação da pesquisa³⁴. Foi o que fiz e dias depois fui à Base para a conversa presencial. Para ilustrar o processo de composição do grupo, apresento um trecho do Diário de Campo, onde narro um diálogo entre o capitão que está à frente do comando da Base e a soldado responsável pelo setor de projetos:

Entro na sala do Capitão. Sentamos em uma mesa, eu, ele e a soldado responsável pelo setor de projetos sociais. Atrás de nós mais dois soldados estão na sala, um apenas sentado. Outro, usando o computador. Falamos algumas amenidades iniciais, como: “está muito quente hoje”; “parece que vai chover”. Trocadas as palavras de chegada, começo a falar da pesquisa. Quais são os meus interesses ali e como gostaria que fosse o apoio do Capitão para identificação de policiais que pudessem compor o grupo da pesquisa. Ele é bastante receptivo e diz que o que puder fazer para ajudar, fará. Diz acreditar ser importante estudos sobre violência, pois é o grande problema dos tempos atuais. A soldado concorda. Começamos, em seguida, a falar sobre como operacionalizar a participação dos soldados. O Capitão explica que a soldado ficará responsável por organizar a escala e comunicar a ele quais os dias os policiais devem ser liberados para participar da pesquisa. Pergunto se podemos ter no grupo policiais que não sejam da Base. Neste momento, capitão e soldado começam um diálogo entre eles:

[cap.] Bem, podíamos chamar fulano, cicrano e beltrano³⁵.

[sold.] Acho muito bom termos policiais que tão no combate mesmo.

[cap.] Sim, do Peto³⁶.

[sold.] É, do Peto – a soldado neste momento, franze o nariz num gesto de reprovação e continua a fala.

³⁴ V. Apêndices.

³⁵Três policiais foram citados pelos nomes durante o diálogo. Não os citamos aqui, para preservar as suas identidades.

³⁶ Pelotão de Emprego Tático e Operacional (Peto).

[sold.] Detesto eles, são brutos mesmo, mas é bom. É interessante, Capitão, assim vamos ter representações diferentes da polícia e é bom também porque eles vão falar entre si.

[cap.] Concordo. Vamos colocar os mais brutos mesmo, os mais toscos.

A conversa seguiu com a identificação de oito nomes de policiais, da Base e do Peto, que serão escalados para compor o grupo e já serão liberados para a primeira reunião, agendada nesse momento. Saio da sala bem inquieta. Chama-me a atenção a relativa autonomia da soldado e a escuta que parece ser legitimada por seu superior. Surpreendo-me também pela disposição em aceitarem mostrar as diferentes facetas da polícia. Saio ainda com a sensação de que a soldado de fato compreendeu alguns princípios da pesquisa participativa que apresentei no documento que ela havia impresso e trazido para a reunião, principalmente quando diz “porque eles vão falar entre si”. Saio com uma sensação de satisfação que logo se mesclou com um medo estranho. Sozinha, dentro do meu carro, a caminho de casa, falei com o gravador do celular: o que vai significar para mim ouvir os “brutos”, os “toscos”? Acho que estou sendo corajosa, mas tenho medo. Agora, foi, é, real, a pesquisa com policiais vai mesmo começar (*Diário de Campo, Itinga, 16 de abril de 2015*).

O primeiro encontro, onde apresentei os objetivos da pesquisa, contou com a presença de policiais da BCS e também de outros grupamentos da PM, como o Peto. Os policiais presentes denunciaram abusos sofridos no período de formação; ressaltaram as péssimas condições de trabalho; disseram que se sentem discriminados pelos meios de comunicação e pela sociedade de forma geral por terem um imaginário equivocado sobre os policiais. Destacaram o rigor do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Bahia³⁷; citaram que são recorrentes os casos em que os policiais são acusados injustamente e chamaram a atenção para a falta de acompanhamento psicológico dos policiais e para o elevado número de suicídios na categoria. Deste primeiro encontro, trago um relato:

Comecei me apresentando: sou Bruna e pesquiso juventudes e violências na UFBA. Mantive a mesma estratégia que usei com os adolescentes jovens para me aproximar, ganhar confiança e criar um ambiente favorável para a pesquisa - a de fugir dos títulos de legitimidade como “jornalista, mestranda etc...”. Com os policiais, me sentia muito melindrosa com todas as palavras que usava. Disse que era pesquisadora em cultura e sociedade e que a temática da pesquisa era juventude e violência. Falei da minha relação com Itinga e o porquê de estar ali. Apresentei Nena e disse que ela estaria nos encontros na condição de observadora. Acho que isso ficou claro para eles [...]. Falo da pesquisa como uma possibilidade de escutar e de dar espaço para que diferentes vozes falem sobre a segurança pública. Sou questionada se vou entrevistar outros atores: gestores, profissionais da saúde etc. Um dos soldados pergunta se eu não vou sofrer preconceito na universidade, se algumas coisas não vão ser cortadas. Eu falo que esse é um desafio também,

³⁷ Disponível em <<http://www.asprabahia.com/wp-content/uploads/2014/03/Regulamento-Disciplinar-PMBA.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

que a universidade dialogue com as “ruas” e com os seus diferentes sujeitos (*Diário de Campo, Itinga, 22 de abril de 2015*).

Fiz algumas tentativas para manter um grupo diverso, com policiais atuantes em diferentes setores da PM, porém, só foi possível manter com regularidade os encontros com os policiais da Base. A maior dificuldade foi gerenciar o quadro de escalas dos soldados, para que pudessem ser liberados para participar das atividades da pesquisa. Tentei trabalhar com dois grupos e cheguei a ir duas vezes à sede da 81ª CIPM para me reunir com os policiais do Peto, porém não consegui realizar as atividades. Na Base, o próprio espaço físico era mais apropriado e permitia que os encontros em grupo e individuais fossem realizados com um pouco mais de tranquilidade. Importante destacar também o papel articulador da soldado responsável pelo setor de Projetos que foi imprescindível para que a pesquisa acontecesse.

O grupo de policiais foi composto por cinco soldados (quatro homens e uma mulher). O mais novo tem 29 anos e o mais velho, 33. Têm entre dois e seis anos de carreira e integram o efetivo da BCS, desempenhando diferentes funções. São nascidos em bairros periféricos de Salvador e Região Metropolitana e todos estudaram na rede pública do ensino. Dois deles têm o ensino superior completo em áreas de Ciências Humanas.

Por se tratar de uma abordagem metodológica qualitativa, a decisão por trabalhar com grupos reduzidos está embasada no entendimento de que neste tipo de pesquisa o fator preponderante é a representatividade social, ao contrário dos estudos quantitativos, em que se procura uma representatividade estatística. Neste sentido, buscamos garantir – nos termos de Pires (1997, *apud* GUERRA, 2006, p. 41) a “diversificação externa”, garantindo a heterogeneidade dos sujeitos: a escolha pela composição de dois grupos com olhares presumidamente antagônicos sobre o mesmo fenômeno (o processo de estigmatização dos jovens de bairros periféricos e a violência policial contra esses jovens como consequência dessa estigmatização). E a “diversificação interna”, à medida que buscamos explorar a diversificação interna de um grupo relativamente homogêneo. Neste sentido, optamos por trabalhar com grupos mistos (homens e mulheres) e com idades distintas, principalmente no caso dos adolescentes jovens em que a questão etária é determinante.

Partimos do pressuposto de que na abordagem qualitativa a definição do *corpus* da pesquisa se dá concomitantemente com a definição do objeto de pesquisa, em processos que muitas vezes não são lineares, pois neste tipo de pesquisa os aparentes “desacertos” apontam para novas possibilidades de olhar para o objeto de pesquisa. São os erros do conhecimento complexo para parafrasearmos Edgar Morin (1996), quando diz que quanto mais

comunicação, informação e ideias temos mais riscos de erros e maior a possibilidade de torná-los criativos.

Os grupos dos “adolescentes jovens resistentes” e dos “policiais que dá até para falar” revelam em suas falas justamente como se dá o processo de construção e legitimação de estigmas que reforçam as dinâmicas de violência nos bairros periféricos. Não são jovens que cometeram algum tipo de ato infracional, o que os colocariam em outro espaço social, mas sim meninos e meninas que buscam no projeto social uma oportunidade de sociabilidade que os afastem das dinâmicas da criminalidade. Não ter composto um grupo de policiais da Base Comunitária e do PETO, por exemplo, me levou à compreensão dos pontos de vistas de um grupo específico da polícia que desenvolve um trabalho de aproximação com a comunidade local. Importante ressaltar, também, que o processo de escolha dos policiais feito pelo comandante da Base trouxe implicações diretas para os resultados obtidos com o estudo, uma vez que houve uma decisão do Capitão em mostrar “uma determinada visão da polícia” por meio dos perfis de policiais escolhidos para falar. Foram com esses perfis que trabalhei, portanto, atentando para as contradições presentes nas narrativas e nos comportamentos. À medida que compus o meu *corpus* de pesquisa, meu objeto foi ficando mais claro e pude apreender as categorias que emergiam a partir desta intervenção.

2.2.3 Prática pesquisante: método como caminho

“Professora, **tá certo**³⁸ o que a gente tá falando? O que você vai escrever aí no livro é o que for certo de tudo o que a gente falar aqui é?”, me perguntou a jovem Ruth em nosso segundo encontro. “O que a senhora **sentiu** ouvindo a gente falar esse tanto de coisa agora, essas coisas que a gente sofre aqui dentro da polícia?”, me indagou o soldado Léo. São questões-catalisadoras que me conduziram à reflexão sobre o processo de construção do conhecimento científico, sobre método e metodologia.

Elas me levaram a outras inquietações: como chegar ao objeto de pesquisa sem fazê-lo um objeto? Onde cabem os sentimentos e a emoção na construção de saberes científicos? Há como dissociar teoria e método, ou eles se retroalimentam? Edgar Morin (1996) nos alerta que a teoria não é o conhecimento, mas permite o conhecimento, uma vez que ela depende da plena atividade mental do sujeito. Esta atividade é o método, que não deve ser entendido –

³⁸ Utilizamos o grifo para ressaltar expressões ditas pelos sujeitos da pesquisa que serviram de diretrizes para desenvolver os conceitos abordados na discussão sobre método e metodologia.

como na perspectiva clássica – como um *corpus* de receitas de aplicações quase mecânicas. “O método pressupõe estratégia, iniciativa, invenção e arte” (MORIN, 1996, p. 335).

O método é a atividade reorganizadora necessária à teoria: essa, como todo sistema, tende naturalmente a degradar-se, a sofrer o princípio de entropia crescente, e, como todo sistema vivo, deve regenerar-se em duas fontes de neguentropia: aqui, a fonte paradigmática/teórica; a fonte de fenômenos examinados. Em todo pensamento, em toda investigação, há sempre o perigo de simplificação, de nivelamento, de rigidez, de moleza, de enclausuramento, de esclerose, de não retroação; há sempre a necessidade, reciprocamente, de estratégia, reflexão e arte (MORIN, 1996, p. 339).

A palavra método vem do grego *meta-odós* e quer dizer meta = ir além; odós = caminho, via. O método não deve aprisionar, mas ser a possibilidade de (des)-(con)-(re) construção constante do conhecimento. A metodologia dialoga constantemente com o método, que significa *caminho para ir além*. Neste estudo, para ir além foi preciso atentar para as relações, para a interação. A construção do conhecimento se dá no processo dialógico. Interessou-me, portanto, o desafio de me “colocar enquanto observador-participante, possibilitando a fusão de horizontes, condição indispensável para um verdadeiro diálogo” (URIARTE, 2009, p. 6).

Não me coube, portanto, avaliar o “*que tá certo*”, mas identificar as formas de pensar, os pontos de vista de jovens e policiais sobre as dinâmicas de violência em territórios violentados e sobre o processo de estigmatização da juventude pobre e periférica. Coube-me apreender o significado que os acontecimentos e interações têm para determinadas pessoas, em situações particulares, com o objetivo de acessar os sujeitos com base nos seus pontos de vista (BOGDAN; BIKLEN, 1991). Com a clareza, no entanto, de que essa compreensão pressupõe a interpretação do pesquisador e o diálogo entre seus pontos de vista e os pontos de vista dos sujeitos em todas as etapas da pesquisa.

Os diferentes lugares de saber trazem suas potencialidades, suas ‘verdades’ e a construção do conhecimento deve pressupor um diálogo entre os saberes que escape às hierarquizações pré-concebidas. Para ir além, ou seja, para construir a metodologia de pesquisa é exigido do pesquisador habilidade e sensibilidade suficientes para gerenciar estes diferentes lugares e possibilitar que a produção de conhecimento não seja útil apenas para a coletividade considerada na investigação local, podendo produzir conhecimentos suscetíveis a generalizações (THIOLLENT, 2005).

Sensibilidade: é sobre ela que me falava o soldado Léo quando perguntou – em um tom um tanto quanto provocativo – o que eu estava sentindo ao ouvir os policiais e como iria

retratar as minhas próprias sensações e impressões na pesquisa. Não há diálogo sem sensibilização para olhar o outro para além das suas próprias competências. Escutar (ativamente) desmorona certezas. Exige um reposicionamento de lentes para ver/acessar o outro. E qualquer desmoronamento pressupõe lidar com a subjetividade, com os sentimentos, com as próprias emoções. Assim,

Os sentimentos do observador podem constituir um importante indicador dos sentimentos do sujeito e, como tal, uma fonte de reflexão. Podem também ajudar o investigador a formular questões que o conduzam às experiências dos sujeitos. Neste sentido, as reações emocionais do observador são uma fonte de intuições de investigação. Se cuidadosamente separadas, seletivamente apresentadas e apropriadamente expressas, podem também ser uma maravilhosa via para desenvolver uma relação (é evidente que se os seus sentimentos forem opostos aos dos seus sujeitos, se revelados, podem criar hostilidade) (BOGDAN, BIKLEN, 1991, p. 133).

A pesquisa participante pressupõe um desmoronamento de certezas e um reposicionamento constante de lentes. O método dialético fundamenta este tipo de pesquisa, uma vez que permite a “captação do fenômeno em todas as suas dimensões constitutivas, desde sua história e dinamicidade até as múltiplas determinações inerentes de qualquer fenômeno” (PERUZZO, 2003, p. 6). Permite, também, que a prática pesquisante contribua para construir as ferramentas que vão instrumentalizar os processos de análise e o caminho metodológico.

Na pesquisa participante, o grupo não apenas sabe que está sendo investigado, como conhece os objetivos da pesquisa e participa do seu processo de realização. Para Cicília Peruzzo (2003), neste tipo de estudo o investigador compartilha com o grupo de modo sistematizado o que está sendo estudado e se envolve diretamente nas atividades.

Nesta investigação, busco suporte na pesquisa-ação – um tipo de pesquisa participante – compreendendo-a assim como Michel Thiollent (2005), como uma pesquisa social voltada para a ação coletiva que valoriza a coparticipação do pesquisador e das pessoas da situação pesquisada.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2005, p. 16).

A pesquisa-ação implica o envolvimento do pesquisador no ambiente investigado e também no engajamento das pessoas deste grupo no processo da pesquisa, que tem o propósito

de contribuir para solucionar alguma dificuldade ou problema real do grupo pesquisado. Os resultados – e o próprio processo da pesquisa – se revertem em benefício do grupo, pois servem de subsídios para o encaminhamento de soluções demandadas *in loco* (PERUZZO, 2003). A pesquisa-ação é bastante utilizada no campo acadêmico para identificar ações culturais de grupos, o que coaduna com os objetivos deste estudo.

Há também a compreensão da produção do conhecimento como um ato coletivo, que contribui:

Para a mudança da relação sujeito-objeto para sujeito-sujeito, o que não implica a aceitação da interferência deliberada *do* subjetivismo e de conceitos pré-concebidos. Ou seja, se reconhecem os atores investigados como sujeitos (coletivos ou individuais) e a potencialidade de construção de conhecimento científico na relação com os mesmos na condição de participantes ativos, como coprotagonistas - e não meros informantes ou colaboradores – na elaboração de planos, interpretações e no empoderamento dos resultados (PERUZZO, 2016, p. 6).

Com ambos os sujeitos – adolescentes jovens e policiais – a composição dos grupos se deu através de um processo inicial de sensibilização e uma pactuação entre pesquisadora e pesquisados sobre os objetivos da pesquisa. Apesar de a problemática central da investigação ter sido provocada por mim, a decisão em permanecer por parte de ambos os grupos esteve atrelada ao fato de acreditarem que quem é diretamente afetado (ora como vítima, ora como agente) pela violência urbana precisa ser escutado e que essa escuta pode contribuir para o questionamento de alguns estigmas que rotulam jovens e também os policiais.

Estes últimos revelaram conflitos que vivem dentro da própria corporação e reivindicaram espaços onde possam falar e serem escutados, apontando a pesquisa como uma oportunidade. Isto porque, para o grupo de policiais, a não-escuta leva a um aumento da agressividade que, conseqüentemente, gera práticas violentas por parte dos mesmos. Como destacou o soldado Léo:

Então eu acho que até o que a gente passa pra sociedade é muito do que a gente sofre. Acho que **é o grito do policial**, é você chegar ali e você mostrar que tá saturado, que tá cansado daquilo ali, que você quer resolver, mas você não tem meios pra resolver. Então eu acho que a **violência**... Fora o fator da violência tá impregnada no ser humano. Mas, acho que a palavra certa é essa: cercear direitos. Acho que é a maior violência, pra mim (grifos nossos).

Neste tipo de estudo, pressupõe-se que o processo de construção do conhecimento seja capaz de gerar ações transformadoras, tendo em vista que “em matéria de conscientização e de comunicação, as transformações se difundem através do discurso, da denúncia, do debate ou da discussão” (THIOLLENT, 2005, p. 47). No desenrolar de uma pesquisa-ação, o que é

transformado são as representações acerca das situações e seus sentimentos. Porém, para não cairmos em leituras ingênuas, como bem ressalta Thiollent (2005), a questão da ação transformadora na pesquisa-ação deve ser colocada desde o início em termos realistas, pois:

Quando se consegue mudar algo dentro das delimitações de um campo de atuação de algumas dezenas ou centenas de pessoas, tais mudanças são necessariamente limitadas pela permanência no sistema social como um todo, ou da situação geral. O sistema social nunca é alterado duravelmente por pequenas modificações ocorrendo na consciência de algumas dezenas ou centenas de pessoas. Não deve haver confusão a respeito do real alcance da pesquisa-ação quando é aplicada em campos de pequena ou média dimensão (THIOLLENT, 2005, p. 47).

Alguns fundamentos da pesquisa-ação não puderam ser desenvolvidos neste estudo por fatores decorrentes da própria dinâmica do contexto vivido pelos sujeitos participantes, que me levaram a rever os caminhos metodológicos anteriormente propostos. Não fizemos, por exemplo, a validação final dos dados, nem um processo continuado de reformulação e avaliação do percurso metodológico de forma sistemática com os sujeitos participantes.

2.2.4 Comunicação e Mobilização Social na pesquisa participante

Em uma pesquisa participante e mais especificamente em uma pesquisa-ação, as relações comunicativas são determinantes para a construção do método e, conseqüentemente, da teoria, ou seja, do conhecimento construído, mas sempre sujeito a desconstrução, como citado anteriormente. As relações comunicativas estabelecidas entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, por meio da observação e da atuação direta exigem cuidado e atenção “aos paradoxos que se manifestam nas linguagens e que podem gerar distorções nos processos de pesquisa e nas interpretações” (PERUZZO, 2016, p. 3).

Neste estudo, construímos o método tendo em vista que as estratégias e ferramentas de comunicação e mobilização social podem contribuir para estabelecer relações mais horizontais entre pesquisadora e sujeitos participantes, bem como possibilitar a mobilização dos adolescentes jovens e dos policiais para a temática em questão. Elas possibilitam o fortalecimento de vínculos, e, mais além, contribuem no âmbito do debate em segurança pública para uma percepção mais ampliada da temática, tendo como foco estratégias de prevenção à violência pensadas de forma integrada, envolvendo a sociedade civil, setor empresarial, diferentes âmbitos governamentais e operadores da segurança pública (polícia militar, civil, bombeiros, guardas municipais).

Para Márcio Simeone Henriques (2010), a mobilização social é abordada como um processo comunicativo de interlocução e de interação entre os sujeitos que agem coletivamente em prol da segurança pública.

A construção do diálogo na gestão da segurança pública depende fundamentalmente da geração de uma responsabilidade compartilhada (ou corresponsabilidade) entre Estado e cidadãos, o que significa dizer que se deve estabelecer um relacionamento através de vínculos de confiança entre a população e a polícia (HENRIQUES, 2010, p. 123).

Entendemos diálogo na perspectiva de Paulo Freire (1983), para quem o diálogo é um dos processos comunicacionais mais importantes entre os seres humanos. A comunicação dialógica – termo cunhado por Freire na obra *Extensão ou Comunicação* – pressupõe a coparticipação dos sujeitos no ato de pensar. Há, portanto, ação no ato de dialogar, nunca uma passividade. Neste sentido, a existência do diálogo não significa ausência de conflito. Ao contrário, o conflito muitas vezes pode atuar como catalizador de processos dialógicos.

Neste sentido, utilizar estratégias e ferramentas de comunicação e mobilização social para fundamentar o método utilizado, em um estudo sobre violência envolvendo adolescentes jovens e policiais também objetivou contribuir para estimular a percepção de que a vitimização violenta – muitas vezes decorrente de um processo de estigmatização – de jovens negros, em sua maioria do sexo masculino, moradores de bairros periféricos é um “problema” de todos e de que, neste sentido, é de extrema importância a participação social de diferentes atores sociais, uma vez que:

O que a verdadeira comunicação põe em jogo não é a enganosa demagogia com a qual se conservam as pessoas em sua ignorância ou provincianismo, mas a palavra que mobiliza as diferentes formas e capacidades de apropriar-se do mundo e de dar-lhe sentido (MARTÍN-BARBERO, 2012, p. 69-70).

2.2.5 Segunda etapa: interação no coletivo e disputa de percepções

2.2.5a Rodas de diálogo

Para começar a problematizar os três eixos centrais da pesquisa: juventude, violência e território e fazer emergir as categorias de análise, utilizei rodas de diálogo temáticas, tendo como foco a observação da interação entre os participantes na relação com o outro, como já dito anteriormente. As rodas foram orientadas por questões geradoras e imagens disparadoras. Selecionei um conjunto de dez fotografias (as mesmas para os dois grupos) para provocar o

debate³⁹. As imagens trazem conteúdos ligados à identidade do jovem; a invisibilidade do jovem negro; a violência urbana e a abordagem policial. As fotografias utilizadas foram um convite à reflexão sobre os códigos visuais estabelecidos e, mais além, a reflexão sobre a possibilidade de fazer múltiplas interpretações sobre um mesmo código. Uma vez que “a incapacidade de ter uma *sacação sua* não é a perda da sua subjetividade, mas a incorporação a esta de conceitos que confirmam estereótipos” (EDÍSIO FERREIRA JÚNIOR, MEDEIROS, 2005, p. 217).

Debater a temática da violência por meios de imagens vai ao encontro também da necessidade de refletir sobre a influência dos meios de comunicação de massa na construção dos imaginários sociais e de como a velocidade na apreensão de conteúdos e construção de sentidos interfere nessas construções. O discurso da violência – proliferado nos meios de comunicação massivos – é um “discurso autorizado” (CHAUI, 2008) que é assimilado e reproduzido, contribuindo para a difusão de representações estigmatizadas acerca das comunidades periféricas e dos seus moradores. O que corrobora com Tânia Cordeiro (2001) quando afirma que o jornalismo reforça padrões de comportamentos entre indivíduos e instituições e põe em prática valores, processos e hierarquias que definem o que é crime, quem são os criminosos, as vítimas e quais as soluções para o problema.

Durante as rodas de diálogo, tanto os jovens quanto os policiais tendiam a reagir com algumas “frases prontas” para resumir a imagem e esperavam a minha aprovação para saber se tinham feito a “leitura correta”. Mais de uma vez tive que reforçar que a ideia era que falassem livremente sobre o que as imagens provocavam neles, sem preocupação com acertos. Interessante como essa postura foi comum e recorrente em ambos os grupos. Aos poucos, provocados pelos outros participantes, foram fazendo outras leituras e expressando outras opiniões – às vezes até contrariando as falas iniciais – sobre o tema disparado pela imagem. Durante as rodas, interfeiri o mínimo possível, deixando que o grupo conduzisse a discussão. Afinal, o que me interessava era justamente o jogo de disputa de sentidos que se instaurou a partir das leituras feitas pelos sujeitos das imagens apresentadas.

Neste sentido, vale ressaltar o papel desempenhado pela soldado Maia. Com um discurso bastante articulado, muitas vezes foi ela quem provocou os colegas a refletir sobre as “respostas prontas” às imagens apresentadas que – em muitos momentos – reproduzia uma visão sobre o jovem pobre como aquele que precisa ser contido, controlado, num reforço a associação direta entre pobreza e criminalidade. Com seus questionamentos, Maia possibilitou

³⁹ V. Apêndices.

que os colegas atentassem para as questões estruturais da sociedade brasileira e enxergassem o fenômeno complexo da violência urbana para além das lentes estigmatizantes, levando-os a modificar, ou ao menos, ponderar alguns dos seus argumentos iniciais. No grupo dos adolescentes jovens, foi Christopher quem assumiu esse papel, fazendo perguntas aos demais que os fizeram refletir sobre seus próprios julgamentos, premissas e crenças. Importante ressaltar que em ambos os casos a provocação foi feita por um par, um deles, e não por mim, a pesquisadora, inserida em outros espaços simbólicos. O que garante justamente a possibilidade de interação.

As rodas de diálogo possibilitaram, também, a reflexão crítica acerca dos temas trabalhados e o sentimento de vinculação com a problemática apresentada e com sua resolução: a ideia de que sou eu quem, em alguma medida, sou responsável por acender ou desligar o interruptor, o elemento disparador daquele diálogo.

Algo interessante ocorreu junto aos meninos e meninas, após a realização das rodas: eles se sentiram à vontade para trazer para os encontros suas próprias imagens: fotos e vídeos que tinham nos seus celulares, matérias de jornais etc. Em uma das imagens trazidas por Tí, via-se, na tela do seu celular, a fotografia de um tênis com manchas de sangue. A história que acompanhou a imagem foi narrada por ele e por Christopher:

Foi num domingo, no Largo do Caranguejo, a praça tava bem movimentada. A polícia chegou, foi direto em um grupo de meninos que tava lá, pegou um deles e começou a bater na cara. Na frente de todo mundo. Bateu tanto, que tirou muito sangue. Um homem tentou impedir, falou com o policial que mandou ele se afastar. Era amigo de um amigo nosso. A gente sabe quem foi o menino. Foi lá da rua. Mesmo que fosse envolvido, precisava bater daquele jeito? Precisava?

As práticas comunicativas adotadas enquanto método de pesquisa com policiais interferiram também na criação de um espaço de escuta, reivindicado pelos policiais logo no nosso primeiro encontro. “Aqui podemos escutar o colega, entender melhor sua forma de agir e de pensar e, quem sabe, né, até mudar a nossa”, disse um dos soldados durante a avaliação de uma das rodas de diálogo temáticas.

Para além do poder falar, saber ouvir exige muita sensibilidade do pesquisador para disparar o dispositivo de fala no outro. Em experiências na área de segurança pública essa qualidade é ainda mais importante, uma vez que se trata de um terreno em que estruturas tradicionalmente rígidas dificultam o diálogo entre os operadores das políticas. São agentes sistematicamente silenciados, que não acreditam que suas falas podem contribuir para a construção de conhecimentos. Para Henriques (2010), isto decorre das características

organizacionais peculiares das agências policiais, em especial da militar: caráter rígido e fortemente corporativo, pouco transparente e historicamente pouco sensível às demandas cívicas de proteção.

Com os jovens, pude notar um processo recorrente de comprovação da minha parte de que suas falas estivessem corretas, como ilustra este trecho de uma conversa que tive com o grupo no momento final de nossa primeira roda de diálogo:

[Ruth] - Professora, as coisas que a gente falou, tá certo pra você?

[Bruna] - Se tá certo? Eu não sei o que é certo. Eu acho que tá certo porque é o que vocês vivem. É o que vocês acreditam. É a realidade de vocês. Então é o que vocês estão vivendo.

Ao longo do processo, com o fortalecimento dos vínculos entre pesquisadora e sujeitos pesquisantes, eles foram reconhecendo o próprio lugar no estudo e essa necessidade de legitimação da fala foi se dissolvendo. É possível, neste sentido, ressaltar um ponto de conexão entre os soldados e os adolescentes jovens participantes da pesquisa: apesar dos distintos lugares sociais que ocupam, passam pelo mesmo processo de silenciamento de vozes não-autorizadas, de vozes subalternas, aquelas que têm suas peculiaridades recorrentemente silenciadas.

Processo que a indiana Gayatri Spivak (2010) vai chamar de “violência epistêmica do cotidiano”. Para a autora, a impossibilidade de fala do subalternizado decorre das formas pelas quais os sujeitos do chamado “terceiro mundo” são representados pelos discursos hegemônicos. As heterogeneidades são apagadas para que representações de discursos, olhares, saberes únicos sejam reproduzidas. Opera-se, portanto, uma violência que deslegitima o conhecimento e a possibilidade de se autorrepresentar da população subalternizada.

2.2.5b Oficinas de construção de personagens

O aprofundamento nos temas a serem investigados e o surgimento das categorias de análise começaram a aparecer quando fizemos um processo de construção de personagens, por meio da identificação das formas de ser jovem em Itinga. O grupo de adolescentes jovens apontou para cinco perfis de jovens: “do hip-hop”; “de projeto social”; “da igreja”; “de Torcida Organizada” e “de facção”. Os policiais, por sua vez, agruparam os jovens de Itinga

em quatro perfis: “usuários”; “vida loka”⁴⁰; “novinhas” e “resistentes”. A ordem na qual os perfis são apresentados refere-se à mesma sequência na qual eles surgiram durante as oficinas.

A construção dos perfis foi guiada pelas questões: quem são, como vivem, o que fazem, como se apresentam os jovens de periferia? Uma vez identificados os perfis, suas histórias foram construídas tendo como base uma ficha de construção de personagem contendo uma série de perguntas referentes a aspectos físicos e psicológicos do personagem como: altura, cor de pele, o que sente quando está com medo, onde se sente seguro etc.⁴¹.

O objetivo com esta atividade foi justamente convidar os sujeitos da pesquisa a problematizar a possibilidade de se falar e entender a juventude como uma “juventude homogênea”. Ambos, policiais e adolescentes jovens, tenderam em seus discursos a apontar “os jovens” como uma condição única, com características similares e condicionadas exclusivamente à condição etária. Nesse exercício, foi possível estimulá-los a refletir sobre as diferentes formas de “ser jovem” dentro de um mesmo espaço geográfico. Por isso, a escolha por construir as identidades juvenis encontradas no bairro de Itinga. Como vamos abordar mais adiante, o reconhecimento dos adolescentes e jovens como sujeito de direitos, com suas especificidades e diversidades ainda está longe de ser alcançado no Brasil. Na abordagem sociológica, é apenas na década de 1980 que começam a surgir teorias contestatórias que colocam em xeque a possibilidade de analisar a juventude para além de uma quase “classe social homogênea”, mas como sujeitos com interesses e valores próprios (ZALUAR, 2004).

Com o intuito de problematizar esse olhar, jovens e policiais foram convidados a construir os perfis/personagens. Foram realizados três encontros com jovens em que os perfis foram categorizados e descritos e uma oficina de produção textual para construção de histórias desses personagens que ganharam nome, casa, relações familiares. Com os policiais, este processo não se deu da mesma forma. Por conta da dificuldade de agendar os encontros, só foi possível realizar a construção dos “perfis de jovens” identificados por eles no território. A produção dos contos sobre as possíveis histórias de vida desses personagens não ocorreu. À título da análise dos dados, optamos por nos concentrar na comparação das narrativas acerca dos perfis/personagens identificados por ambos os grupos.

⁴⁰ É com o grupo de rap Racionais Mc que emerge a nomenclatura “vida loka”. Neste estudo, o “vida loka” aparece nas falas de jovens e policiais quando se referem a adolescentes e jovens inseridos na criminalidade e, também, como nome de um dos perfis de jovens de Itinga construídos pelos policiais.

⁴¹ V. Apêndices.

2.2.6 Terceira etapa: narrativas individuais ou o Outro está mais perto do que parece

Neste momento da pesquisa de campo, foram realizadas as entrevistas individuais semiestruturadas, com objetivo de identificar as histórias pessoais e as relações afetivas dos sujeitos, bem como suas dinâmicas de interação e percepção no/do bairro de Itinga, tendo em vista que a partir das narrativas individuais é possível perceber elementos acerca dos aspectos políticos, culturais e cotidianos. As entrevistas foram realizadas na sede do CRAS (grupo de adolescentes jovens) e na sede da BCS (grupo de policiais) e tiveram entre uma a duas horas de duração.

O questionário foi dividido em dois blocos temáticos: perguntas sobre a infância, adolescência, juventude, carreira, família, relações de amizade do/a entrevistado/a e o segundo com perguntas sobre os temas da pesquisa: violência e a criminalidade; o processo de estigmatização do jovem em Itinga; a percepção sobre a atuação policial, entre outros aspectos surgidos nas etapas anteriores. Foi uma estratégia adotada, também, com o objetivo de observar algumas mudanças de posicionamento dos discursos ocorridas ao longo da intervenção.

Para Robert Bogdan e Sari Biklen (1994), as entrevistas individuais na pesquisa qualitativa devem ser utilizadas em conjunto com a observação participante e são importantes à medida que trazem dados descritivos na linguagem do próprio sujeito e permite o investigador “desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134).

No total, foram realizadas sete entrevistas: três com o grupo de adolescentes jovens e quatro com o grupo de policiais. Não consegui entrevistar dois jovens – os irmãos Tí e Ruth, que deixaram de frequentar o SFCV/Projovem antes de finalizar a pesquisa porque começaram a trabalhar. Tentei agendar algumas vezes a entrevista com eles, inclusive indo à sua residência, mas não foi possível. Já o soldado Ivo foi transferido e, por isso, não consegui fazer a entrevista com ele, apesar de algumas tentativas por telefone.

Estas narrativas individuais serão apresentadas no terceiro capítulo, no qual os sujeitos participantes serão apresentados. Perguntava-me: como contar as histórias que me foram contadas? Como apresentar os sujeitos – meninos e meninas, homens e mulheres – que construíram essa pesquisa comigo? Algumas questões perpassaram a decisão sobre como descrever os participantes da pesquisa. A primeira diz respeito à garantia do sigilo das identidades. Por conta disso, inicialmente pensei em criar dois personagens fictícios que agregassem as histórias dos policiais e mais dois que trouxessem as histórias dos jovens.

Porém, percebi que esta estratégia poderia recair, justamente, em uma “rotulação” dos sujeitos, uma vez que suas especificidades iam ser agrupadas em um modelo para representar o “*adolescente jovem resistente*” e “*o policial que dá até pra falar*”. O campo gritava-me justamente o contrário: as diversidades e multiplicidades de narrativas revelam que a interação dos sujeitos com o “espaço social” (BOURDIEU, 2012) não os aprisiona nessa estrutura uma vez que podemos transformar as formas pelas quais somos representados ou interpelados pelos sistemas culturais que nos cercam. Optei, portanto, por trazer as histórias individuais, com o cuidado de não registrar nenhum elemento que pudesse identificar diretamente os sujeitos.

2.2.7 Surpresas, desafios, atravessamentos e (des)construções do campo

As semelhanças nos discursos de adolescentes jovens e policiais iam aparecendo a todo momento e mostravam-me a necessidade de rever o meu objeto de pesquisa. Precisei (des)construir o lugar previamente estabelecido para os policiais na pesquisa. Inicialmente, a escolha por começar o grupo de discussão com a pergunta “o que é ser policial?” fez parte de uma estratégia de estreitamento de vínculo, de criação de confiança com o grupo, de mobilização para uma causa comum.

No entanto, ao longo do processo, a interação com os sujeitos participantes me fez perceber que necessitava, de fato, escutar e analisar as suas trajetórias para compará-las com as trajetórias dos adolescentes jovens. Inicialmente, acreditava que escutá-los era uma forma de fortalecer o vínculo pesquisadora-pesquisados, para adentrar no meu problema de pesquisa de forma mais contundente, mas foi o processo em campo que me revelou que o meu problema de pesquisa era justamente o cruzamento das trajetórias, onde se evidenciavam os pontos de vista dos sujeitos.

A pesquisa foi marcada também por uma série de atravessamentos que me fizeram rever e redirecionar as formas e os instrumentos metodológicos utilizados. Implicar-se na investigação foi, portanto, imergir/emergir nestes/destes atravessamentos. Muitas das atividades previstas não foram realizadas. Algumas, por questões de ordem prática, que trouxeram importantes elementos para compreensão da vivência da condição juvenil em Itinga, como greves de ônibus que impedia os adolescentes de chegarem à sede do CRAS. A falta de lanche ou o adoecimento do vigilante também impossibilitaram algumas atividades pré-agendadas no espaço.

Tive também que adaptar as atividades às possibilidades oferecidas: pouca privacidade com os adolescentes, muito barulho e muitos elementos dispersivos, bem como a exigência de finalizar pontualmente a atividade às 16h, o que por vezes interrompeu alguns importantes processos. Lidei também com a oscilação na participação do grupo: ao final, cinco adolescentes jovens permaneceram na pesquisa, mas em algumas atividades tivemos a participação pontual de outros meninos e meninas.

Com o grupo de policiais, não houve mudança no perfil do grupo. Os soldados que começaram a pesquisa ficaram até o final do processo. No entanto, a dificuldade em conciliar a escala de trabalho deles impossibilitou que o número previsto de encontros fosse realizado, o que exigiu uma adaptação da metodologia prevista. Outras intercorrências também evidenciaram as dinâmicas de funcionamento da instituição militar, essencialmente hierárquica e disciplinar. Apresento uma cena descrita no diário de campo como exemplo:

A roda de diálogo temática havia sido agendada pela soldado integrante do grupo de pesquisa. Os policiais estavam avisados e haviam sido liberados para participar da atividade. Chegamos – eu e Nena – à sede da Base. Um soldado nos recebeu e pediu que esperássemos na recepção. Me chamou a atenção um livro de sociologia que estava em cima da mesa. De dentro de uma das salas escutava uma música de ópera tocando. A soldado veio falar com a gente. Parecia um pouco nervosa. Mas, apenas pediu que esperássemos um pouco. Observei que os outros soldados do grupo chegaram e entraram na sala de informática, onde fazemos os encontros da pesquisa. Depois de mais de vinte minutos de espera, o comandante da área – que eu não conhecia – chega até nós. Estamos sentadas. Não deu tempo de levantar. Ele se posiciona exatamente na minha frente. O cano de sua arma está na altura dos meus olhos. Ele pergunta: - “o que é que vocês vieram fazer aqui?”. – Uma pesquisa da UFBA, respondo. – Sobre o quê?, indaga. – Violência em Itinga, comandante. Ele para, olha para fora e me diz: “volte outro dia, para não atrapalhar as ocorrências. Nossos problemas aqui são sérios. Tenho um policial agora na rua reconhecendo um corpo, outro investigando o caso de uma adolescente que foi sequestrada aqui na nossa área de atuação”. – Boa sorte nas operações, comandante. Volto outro dia, disse. E fomos embora (*Diário de Campo, Itinga, 15 de maio de 2015*).

O dia em que iniciamos a construção das diferentes formas de ser jovem em Itinga também foi bastante confuso. Sirenes que não paravam de ecoar. A porta da sala era constantemente aberta e os soldados chamados para sair da sala. Tive que finalizar a atividade, pois percebi que mesmo que houvesse por parte dos soldados um desejo em continuar, por parte do superior responsável pelo comando naquele dia a ordem era para que os soldados voltassem para suas funções.

Outro atravessamento que me acompanhou durante toda a pesquisa foi o fato de ser mulher, mulher jovem e mulher branca. Mulher que dentro da sala de informática – onde realizamos todas as atividades da pesquisa – estava sob o comando da ação. O que aconteceu em um ambiente – o da Polícia Militar – majoritariamente masculino, disciplinador e hierárquico, no qual as marcas da nossa estrutura patriarcal – onde a mulher é reforçadamente representada ora como objeto de desejo, ora como objeto de dominação – ficam ainda mais evidenciadas pela cultura militar.

Desafiei-me, no entanto, a acessar um masculino enrijecido, “potencialmente enjaulado”, nas palavras do soldado Léo. Um masculino desumanizado: “somos treinados o tempo inteiro para sermos *pitt-bulls* e agora vocês querem que a gente seja *poodle*?”⁴². O recurso da ludicidade e de metodologias participativas foi o caminho que encontrei para facilitar esse acesso e para conseguir me colocar disponível para tal função, lidando constantemente com os meus próprios “monstros” e reproduções sociais.

Inquietações que ao mesmo tempo paralisavam e me obrigavam a repensar o meu lugar. O que estava fazendo ali mesmo? O que esperava escutar dos policiais: relatos cruéis de torturas a jovens negros moradores de Itinga? E, com os jovens, o que eu queria: reforçar o seu lugar de vítima? Fazê-los expor as suas individualidades, os seus medos, o seu ódio pela polícia? Não, eu queria ir além. Mas, como?

Muitas vezes, sentia-me rodando em círculos, dando voltas e mais voltas que pareciam não me levar a lugar nenhum. Deparava-me com as minhas próprias construções sociais que determinavam as representações que fazia do território onde estava e de seus sujeitos. Partilhei essa inquietação com os adolescentes jovens em um determinado encontro e eles me ajudaram a ver o quanto tinha de importantes pistas nos movimentos que fazia.

Compreendi que para perceber quais são os rótulos e estigmas que acompanham o “ser jovem morador de bairros populares”, foi preciso antes de tudo estranhar essas construções para externalizar e divulgar outras formas possíveis de ser, para além de rótulos pré-concebidos pela mídia, pela família, pela escola, pela igreja, dentre outras instituições que participam da construção e cristalização de imaginários estigmatizados.

Não me sentia tão confortável para revelar essas inquietações com os policiais, até que fui provocada por Léo quando o entrevistava individualmente para que o explicasse como narraria os pontos de vista dele e como transformaria tudo aquilo em conhecimento científico

⁴² Frase dita por um soldado da Polícia Militar durante oficina de capacitação em Policiamento Comunitário ocorrida no âmbito do Programa Conjunto da ONU “Segurança com Cidadania” (PNUD, 2013).

e arrematou: “existem dois tipos de pesquisadores: o pesquisador pró-polícia e o contra-polícia”. Provocação que me fez fechar o caderno com o roteiro de entrevistas para conversarmos sobre o processo de construção de uma dissertação, sobre o método que estava utilizando e seus pressupostos teóricos. Falei para ele também sobre a impossibilidade de uma narrativa que não fosse engajada, implicada e que revelasse o meu lugar de fala e lembrei-me de Cicília Peruzzo quando diz:

Um questionamento pode conter perguntas incompreendidas, o que gera respostas duvidosas. Pode também forçar o entrevistado a se posicionar sobre questões que a pessoa ainda não tem opinião formada ou informação suficiente para poder dar repostas fidedignas. Segundo, porque [...] nenhum pesquisador está imune a valores, ideologias e posições políticas, que de algum modo perpassam suas escolhas teóricas e metodológicas e as interpretações de dados (PERUZZO, 2003, p. 5).

Ao longo de todo o processo – na definição dos sujeitos da pesquisa, na condução dos grupos focais, rodas de diálogo e entrevistas individuais, análise dos dados e escrita – sempre me fiz a mesma pergunta: qual o limite entre o engajamento, o ativismo e a ciência? Estou conseguindo conduzir o processo com um olhar que vá para além das minhas ideologias? Este foi o grande desafio e também um grande aprendizado. Afinal, como bem destaca Peruzzo (2003, p. 19):

Do pesquisador engajado espera-se maturidade intelectual suficiente para processar sua investigação com base em hipóteses ou questões de pesquisa sustentadas em teorias e, ainda, que possa captar os movimentos do fenômeno tais como são, portanto, distanciando-se de suas idiossincrasias e de um olhar parcial, superficial ou falso da realidade, o que em absoluto significa acreditar na possibilidade de neutralidade na ciência.

2.2.8 Quarta etapa: análise dos dados

Alcançada a etapa em que estava no campo, tocada por atravessamentos de várias dimensões, segui para a análise dos dados. Como encontrar um caminho para apresentar as narrativas que me foram contadas, entre risos, silêncios e desvios de olhar? Como contar o que os corpos dos entrevistados me revelavam num misto de desnudamento e tensionamento? Movida pelos questionamentos deste entre-lugar em que me coloquei fiz o tratamento do conteúdo coletado em campo.

Deparei-me com um material bruto com cerca de 200 páginas com as transcrições das rodas de diálogo; entrevistas individuais e anotações do Diário de Campo⁴³. Somaram-se a eles os conteúdos produzidos pelos sujeitos participantes da pesquisa, como contos, roteiros de construção dos personagens, desenhos, entre outros elementos trazidos espontaneamente por eles ao longo do processo.

Para o tratamento do material, tive como referência os três eixos temáticos centrais do estudo: juventudes, violências e território. Identifiquei os assuntos presentes nas narrativas dos adolescentes jovens e dos policiais militares e agrupei-os dentro de cada eixo temático. Em seguida, criei mapas temáticos⁴⁴ para agrupar os assuntos em temas gerais. Trabalhei com duas tabelas separadas (uma para os adolescentes jovens e outra para os policiais). Para facilitar a visualização dos dados, identifiquei os conteúdos gerados a partir de cada instrumento metodológico utilizado: rodas de diálogo, oficinas e entrevistas individuais.

Obtive como inspiração a Teoria Fundamentada dos Dados (TFD)⁴⁵. Segundo Riccardo Cappi (2014), a TFD pressupõe a codificação dos dados empíricos para formulação dos enunciados teóricos a partir de três etapas centrais: codificação aberta; codificação axial e codificação seletiva. Na primeira, busca-se os conceitos que sejam o mais próximo possível dos dados empíricos que são reunidos em categorias e subcategorias. Na codificação axial é feita correlações entre as categorias criadas, para elaboração de hipóteses e na codificação seletiva, é onde acontece a integração final da teoria em torno de uma categoria ou de uma narrativa central (CAPPI, 2014, p. 12-14).

Na análise dos dados, optei por utilizar a mesma nomenclatura para identificar os códigos criados para sistematizar os dados trazidos pelos adolescentes jovens e pelos policiais, quando se referiram ao mesmo assunto, mesmo que com perspectivas distintas sobre ele. Por exemplo, as falas sobre o papel da família na socialização dos jovens trazidas pelos adolescentes jovens e pelos policiais militares foram agrupadas no código “papel familiar”, dentro do Eixo Temático Juventude. As narrativas de ambos os grupos sobre as opções de lazer, os lugares que frequentam fora e dentro dos bairros onde moram foram agrupadas no

⁴³ A maior parte das transcrições foi feita por mim, o que foi um processo bastante interessante de (re)aproximação com o campo, de (re)leitura dos conteúdos gerados na interação pesquisadora-sujeitos participantes da pesquisa.

⁴⁵ “A Teoria Fundamentada nos Dados é entendida como dispositivo de pesquisa voltado para geração de uma leitura teórica dos fenômenos sociais, enraizada na análise dos dados empíricos” (CAPPI, 2014, p. 12).

código “espaços de lazer”, dentro do Eixo Temático Território. As falas sobre abordagem policial foram reunidas no código “abordagem policial”, no Eixo Temático Violência. E, assim, sucessivamente. Seguindo este raciocínio, agrupei as percepções de adolescentes jovens e policiais militares em 16 códigos em Juventude; 15 códigos em Violência e 12 códigos em Território. A partir do processo de codificação axial, os códigos geraram cinco subcategorias no Eixo Juventudes; quatro no Eixo Violências e três no Eixo Território, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 1. Mapa de Análise dos Dados

Juventudes	Violências	Território
- Definições de juventude	- Definições de violência	- Socialização afetiva da
- Grupo como pertencimento	(causas, consequências e tipos)	periferia - Estratégias de
- Cultura da favela	- <i>Ethos</i> policial	resistência da periferia
- Conduta ilegal, escolha pessoal	- Policial que até dá pra falar	- Periferia como espaço
- Adolescente Jovem Resistente	- Visão sobre segurança pública	vigiado/de risco

Fonte: Bruna Hercog

Por fim, a partir da codificação seletiva, cheguei a três categorias que reúnem subcategorias transversais aos três eixos temáticos. São elas: Espaço Público como experiência de Risco; Marcas de Distinção Social e Juventude como Expressão de Identidades. A análise dos dados foi feita, portanto, tendo como orientação estas três categorias e apostando que

Lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHEINEIDER; SCHMITT, 1998, p. 1).

3 JUVENTUDES E VIOLÊNCIAS: “ADOLESCENTES JOVENS RESISTENTES” E “POLICIAIS QUE DÁ ATÉ PRA FALAR”

Neste capítulo, apresentamos as perspectivas teóricas sobre os três eixos temáticos centrais: juventudes, violências e território, bem como a descrição das categorias “adolescente jovem resistente”, “policial que dá até pra falar” e “território violentado”, com as quais estamos trabalhando. Alguns dados de análise do *corpus* discursivo serão apresentados aqui e aprofundados no capítulo seguinte⁴⁶.

Juventudes e violências: o acréscimo de um “s” às duas palavras sinaliza o percurso que faremos para apresentar os conceitos de adolescência e juventude, sob as abordagens sociológica e antropológica para problematizar ritos de passagens, trajetórias de vida e estigmas que perpassam as diferentes possibilidades de vivenciar a condição juvenil na contemporaneidade. Recorremos, para tanto, a estudiosos deste campo de estudo⁴⁷ que compreendem a adolescência e a juventude em sua pluralidade e diversidade, reconhecendo as diferenças e desigualdades que atravessam a condição juvenil.

3.1. Adolescentes jovens: sujeitos ou objetos?

Afinal, o que é ser jovem? Quando começa a juventude, a adolescência se despede, como num “passe de mágica”? A juventude é apenas uma transição para a vida adulta? É possível falar em uma única juventude? Se considerarmos a juventude como a faixa etária entre 15 e 29 anos – como determina o Estatuto da Juventude -, podemos afirmar que quase 30% da população brasileira é jovem, o que representa um contingente de 52,2 milhões de pessoas (IBGE, 2010).

A título das políticas públicas voltadas para este segmento social, convencionou-se classificar a faixa etária entre os 12 e 18 anos para designar a adolescência⁴⁸ e para a juventude, aproximadamente entre os 15 e 29 anos de idade, subdivididos em três grupos etários: 15 a 17 anos (adolescentes jovens), 18 a 24 anos (jovens jovens) e 25 a 29 anos (jovens adultos)⁴⁹.

⁴⁶ V. Cap. III: “Adolescentes jovens resistentes” e “Policiais que dá até pra falar”: onde trajetórias se cruzam.

⁴⁷ Abramovay (2002 ; 2007); Gurski (2012); Novaes (2008); Margulis, Urresti (1996).

⁴⁸ V. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

⁴⁹ O parâmetro etário da juventude mais usado, a nível internacional, é o da Organização Nacional da Juventude: 15 a 24 anos. No Brasil, no entanto, a lei 11129 de 30/06/2005 - que cria a Secretaria Nacional de Juventude, o

Definir adolescência e juventude, no entanto, não é simplesmente indicar a faixa etária que a representa, mas reconhecer as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição (MARGULIS; URRESTI, 1996). Alguns autores⁵⁰ vão alertar para o imbricamento entre o conceito de adolescência e de juventude e também para flexibilidade no trato destes conceitos. Cecília Coimbra, Fernanda Bocco e Maria Lívia do Nascimento (2015) defendem o uso do termo juventude, pois, para as autoras, o conceito de adolescência está enraizado em concepções cartesianas racionalistas-desenvolvimentistas que criam uma “identidade adolescente” muitas vezes pautada na cristalização de estereótipos que associam a adolescência à instabilidade, desequilíbrio e vulnerabilidade. Estereotipação que ganha contornos ainda mais definidos quando tratam-se de adolescentes pobres, moradores de periferias.

Pablo Ornelas Rosa (2013) chama a atenção para o fato de que a infância e a adolescência, enquanto categorias sociais, nem sempre existiram, o que existem são as fases biológicas atravessadas por todos os seres humanos. O que é reforçado por Ângela Cristina Fagundes Góes (2006) quando destaca que o termo adolescência surge no início do século XX nos Estados Unidos e foi concebido como uma etapa da vida humana, a partir do reconhecimento de que em determinado tempo etário o ser humano passa por mudanças físicas e psíquicas que o distinguem da infância e precedem o mundo adulto.

Entendemos a juventude como uma categoria sociológica que compreende desde o período de maturidade fisiológica até a maturidade social, abarcando, assim, também o conceito de adolescência. Segundo Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996) o conceito de juventude é uma condição constituída pela cultura, mesmo que com base material vinculada à idade, que delimita um momento determinado, uma fase em que as mudanças são de diversas ordens (físicas, psicológicas, sociais): o corpo passa por transformações, os afetos mudam, as responsabilidades aumentam e a maneira como os jovens são vistos e tratados no âmbito das relações sociais também.

A juventude não deve ser entendida como uma “identidade cristalizada”, pois, como define Stuart Hall (1999), a identidade é uma celebração móvel formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Conselho Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), estabelecem a faixa etária de 15 a 29 anos e especificam estas subdivisões. Optamos, neste estudo, pela adoção deste parâmetro.

⁵⁰Ver Góes (2006); Malvasi (2012); Trassi (2010).

A identidade, na concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 1999, p. 12).

Não se trata apenas de uma passagem, uma preparação para se tornar adulto, é um momento que tem sua importância em si, no qual “se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes, de algum modo, ao longo da vida” (DAYRELL, 2003, p. 42). A percepção do jovem como um “vir a ser” carrega uma negatividade que traz consequências na forma como o “mundo adulto” o enxerga e o trata, seja no espaço da família, da escola, seja no âmbito das políticas públicas voltadas para este segmento social.

Sob esta percepção, o adolescente e o jovem estão sempre em condição de subalternidade ao adulto na hierarquia social. O conceito “juventude” é acima de tudo uma representação, uma demarcação de poderes, como ressalta Bourdieu (1983a, p.152) ao afirmar que as “as classificações de idade equivalem sempre a dar limites e a produzir uma ordem a qual cada um deve se ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar”.

Para Regina Novaes (2008), a condição juvenil e seus ritos de passagem são vivenciados de formas diferenciadas em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, ou entre regiões do mesmo país; das desigualdades de gênero, de preconceitos étnico-raciais. Os jovens também se distinguem em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos, de grupos etc. Afinal:

Olhada como fase natural da vida, a “juventude” é tratada como um segmento populacional bem definido, suposto como universal. No entanto, os limites etários e as características de cada uma das “idades da vida” são produtos históricos, resultados de dinâmicas sociais mutantes e de constantes (re)invenções culturais (NOVAES, 2008, p. 3).

Por serem vistos nesta condição transitória, os adolescentes e jovens foram sendo colocados ao longo da história como objetos das políticas públicas. Na perspectiva da

abordagem antropológica é em 1973 que se tem o registro do primeiro estudo, no Brasil, que aponta os problemas da juventude e não a juventude como um problema⁵¹.

No âmbito das políticas públicas, apenas na década de 1990 a juventude passa a surgir como questão na agenda política do país, tendo como marcos legais desse processo de mudança de paradigma a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁵² –, em 13 de julho de 1990⁵³. É a partir do ECA que os adolescentes começam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

[...] o tratamento dado à infância e juventude de nosso país esteve sempre acompanhado do sentido de caridade ou repressão aos desassistidos, pois quando as mesmas são vistas como “coitadinhas” recebem cuidados assistencialistas; quando são vistas como “perigosas”, recebem punição e dificilmente são reconhecidas como crianças e jovens cidadãos (SILVA, 2005, p. 17-18 *apud* ROSA, 2013, p. 30).

Notam-se avanços no que se refere à efetivação de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos dos jovens. Nesta perspectiva, é importante ressaltar a aprovação da Lei Nº 12.852, de 5 agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude⁵⁴ e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), bem como a ampliação das pesquisas acadêmicas sobre o universo juvenil.

Com relação à juventude negra, especificamente, vale destacar a Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Importante ressaltar também que durante a primeira Conferência Nacional de Juventude, em 2008, o enfrentamento ao genocídio da juventude negra foi eleita questão prioritária pelos participantes. Dentre as ações

⁵¹ “Delinquência juvenil na Guanabara: uma introdução sociológica” é considerado o primeiro estudo sociológico sobre o tema, sob a perspectiva da abordagem os problemas da juventude. Foi um estudo encomendado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Guanabara (MISSE et al, 1973 in LYRA, 2013).

⁵² Lei 10.369, de julho de 1990.

⁵³ Até a promulgação do ECA estava em vigor o Código de Menores (Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927) no qual a criança merecedora de tutela do Estado era considerada “menor em situação irregular”.

⁵⁴ O Estatuto da Juventude foi instituído através da Lei 12.582, de 5 de agosto de 2013, e entrou em vigência em 02 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. O Estatuto determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos. Foi criada a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, vinculados à Secretaria Geral da Presidência da República.

do governo federal voltadas para o enfrentamento da violência contra este segmento, destaque para o Plano Juventude Viva – Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra⁵⁵.

Em paralelo a estas conquistas, no entanto, os indicadores de violência aumentam e os adolescentes e jovens moradores de comunidades periféricas pobres são as maiores vítimas da criminalidade no país. Ainda é longo o caminho para que consigam “crescer um homem inteiro, muito mais do que a metade”, como narra o *rapper* carioca Emicida (2013). “A violência, tendo os jovens como vítimas ou agentes, está intimamente ligada à condição de vulnerabilidade social destes indivíduos” (ABRAMOVAY, 2002, p. 33).

A estrada é longa para que possam, portanto, exercer o seu papel de sujeito social. Aqui entendido, na perspectiva de Charlot (2000, p. 33 e 51 *apud* Dayrel, 2003), para quem o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. É um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. Importante, também, identificar o jovem como sujeito social do presente e não o sujeito que “virá a ser”, como se sua existência social estivesse condicionada a alcançar a condição de adulto.

O papel de sujeito social é ainda mais difícil de ser exercido no que se refere aos adolescentes jovens moradores de territórios violentados. Uma vez que:

O não-acesso a determinados insumos (educação, trabalho, saúde, lazer e cultura) diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade para ascender socialmente (ABRAMOVAY, 2002, p. 33).

Para Rose Gurski (2012), a desvalorização da experiência como produtora de subjetividade pode ser considerada um fator de estímulo ao uso de drogas e à lógica do consumo excessivo entre os adolescentes jovens. A violência funciona neste sentido como um ato simbólico, um suporte de reconhecimento que não aconteceu por outras vias.

Ou seja, para além da pobreza e da dimensão da sobrevivência, há um movimento de rompimento com o processo de marginalização social para que sejam reconhecidos como sujeitos. Para Soares (2004), muitos jovens se inserem ativamente nas dinâmicas da

⁵⁵Concebido pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República, e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Juventude Viva inclui mais de 30 ações baseadas na educação, saúde, cultura e qualificação profissional para reduzir a exposição do jovem negro à violência, conforme explicou a então secretária nacional da juventude, Severine Macedo. Serão priorizados os municípios onde a população negra se encontra mais vulnerável, com foco inicial na Região Metropolitana.

criminalidade numa tentativa de restaurar o déficit de sentido que vivem em seus cotidianos, seja por experiências de rejeição em casa, seja pelo abandono social do poder público.

Cenário que contribui para o aumento da vitimização violenta dos adolescentes jovens. O Brasil aparece em sexto lugar no ranking que compara 100 países que registraram taxa de homicídios, entre 2008 e 2012, para cada grupo de 100 mil habitantes. Fica atrás de El Salvador, Colômbia, Venezuela, Guatemala e Ilhas Virgens. Em 2012⁵⁶, 112.709 pessoas morreram em situações de violência no país, número que equivale a 58,1 habitantes a cada grupo de 100 mil⁵⁷.

De acordo com dados do Mapa da Violência (2014), a principal vítima de homicídio no Brasil é o jovem negro, do sexo masculino, oriundo de classes urbanas pobres. Entre 2002 e 2012 as taxas de homicídios de brancos diminuíram 24%, enquanto que as de homicídios de negros aumentaram 7,8%. Assim, o índice de vitimização de jovens negros, que em 2002 era de 79,9 sobre para 168,6: para cada jovem branco assassinado, morreram 2,7 jovens negros.

O panorama nacional apresenta uma taxa de homicídio entre jovens negros 155% maior do que a de jovens brancos. Em todos os estados brasileiros, exceto o Paraná, os negros, que incluem pretos e pardos, com idade de 12 a 29 anos, correm mais risco de exposição à violência, ou seja, estão mais vulneráveis que os brancos na mesma faixa etária. A região Nordeste é apontada como a que tem a maior distância entre a taxa de homicídios de jovens negros e brancos. Em 2012, foram assassinados 87 negros para cada grupo de 100 mil jovens negros na região, contra 17,4 jovens brancos para cada grupo de 100 mil jovens brancos⁵⁸.

A Bahia aparece em 11º lugar no ranking dos estados brasileiros com maior risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco. Quando comparado aos estados nordestinos, a Bahia ocupa o terceiro lugar, com uma taxa de 104,9 homicídios de jovens negros contra 29,7 homicídios de jovens brancos (para cada 100 mil habitantes). O cenário da região Nordeste é apresentado na tabela abaixo⁵⁹.

⁵⁶ Os dados são do Mapa da Violência Mapa da Violência 2014: Homicídios e Juventude no Brasil. Disponível em <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

⁵⁷ Desse total, 56.337 foram vítimas de homicídio, 46.051, de acidentes de transporte e 10.321, de suicídios.

⁵⁸ Mapa da Violência 2014: Homicídios e Juventude no Brasil. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

⁵⁹Os dados são do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014. O relatório – divulgado no dia 07 de maio de 2015 - é resultado de parceria entre a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Presidência da República, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Ministério da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil. O IVJ – Violência e Desigualdade Racial será utilizado para orientar políticas públicas de redução da violência contra jovens no país. Agrega dados relativos às dimensões: taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de

Tabela 2. Homicídios de Jovens na Região Nordeste

Taxa de Homicídio de Jovens na Região NE (por cem mil habitantes) (2008-2012)		
	Negros	Branco
Nordeste	87,0	17,4
Alagoas	166,5	19,0
Paraíba	115,4	8,6
Bahia	104,9	29,7
Pernambuco	96,9	8,4
Rio Grande do Norte	92,7	27,3
Sergipe	89,4	21,1
Ceará	58,3	14,5
Maranhão	50,2	17,9
Piauí	32,8	11,9

Fonte: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014

Figura 1. Gráfico - Homicídios de Jovens na Região Nordeste



Fonte: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014

mortalidade por causas internas, taxa de mortalidade por causas violentas, valor do rendimento familiar médio mensal, agregando ainda o risco letivo de jovens negros e brancos serem vítimas de homicídios. O estudo incluiu todos os municípios com mais de 100 mil habitantes nas 27 unidades da federação, o que corresponde a 288 cidades e 107 milhões de habitantes (pouco mais de 55% da população brasileira). Os dados utilizados são de 2012. Disponível em <<http://juventude.gov.br/cat/seguranca>>. Acesso em: 08 mai. 2015.

A situação revela-se ainda mais preocupante quando se refere ao índice de homicídios na faixa etária de 16 e 17 anos. Segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o país contava com um contingente de 190.755.799 habitantes. Desse total, 3.410.704 tinham 16 anos de idade e 3.372.242 tinham 17 anos, representando 1,8% do conjunto, cada uma, e 3,6% as duas somadas. Em 2013, 70,7% das mortes de jovens de 16 anos foram por causas externas, enquanto 29,3% foram por causas naturais. Os homicídios corresponderam a 43,1% do total de mortes nessa faixa etária. Entre a população de 17 anos: 75,2% das mortes foram por causas externas e 24,8% por causas naturais. Praticamente a metade dos óbitos foram decorrentes de homicídios (48,2%)⁶⁰.

Não é apenas entre os jovens do sexo masculino que este processo de vitimização violenta se manifesta. As mulheres jovens são atingidas cotidianamente pela violência, seja como testemunhas da morte dos homens de suas redes familiares e afetivas (irmãos, primos, amigos, cônjuges, namorados), seja como vítimas diretas em casos de violência sexual, doméstica, entre outras. Em 2013, foram registrados 5.931 casos de tentativa e 50.320 casos de estupros no país. Considerando os índices de subnotificação, que estão entre 65% e 93%, estima-se que no Brasil, em 2013, aproximadamente 143 mil mulheres tenham sido estupradas. Também entre as mulheres, a população negra é a mais vitimizada. Do total das mulheres vítimas de estupro, 54% são negras. A maioria (65%) das situações de violência sexual são cometidas por familiares, maridos, namorados e pessoas próximas (BORGES, 2014)⁶¹.

⁶⁰ Mapa da Violência 2015: adolescentes de 16 e 17 anos. Disponível em <<http://mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

⁶¹ Os dados são do 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/8o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acesso em: 10 dez 2015.

Tabela 3. Violência contra jovens no Brasil

Dados Violência contra jovens - Brasil		
Mortes violentas de jovens (2012)		112.709
Taxa de homicídio de jovens (por 10 habitantes em 2012)		58,1
Relação do número de homicídios (jovens negros / jovens brancos)		2,7
Variação da taxa de homicídio (2002-2012)	Brancos	-24,0%
	Negros	7,8%
	Jovens negros	100,7%
Mortes de jovens de 16 anos	Causas Naturais	29,3%
	Causas Externas	70,7%
	Homicídios	43,1%
Mortes de jovens de 17 anos	Causas Naturais	24,8%
	Causas Externas	75,2%
	Homicídios	48,2%
Estupros de jovens do sexo feminino (2013)	Registros de tentativas	5.931
	Registros de estupro	50.320
	Negras	54,0%
	Estimativa de estupros ocorridos*	143.000
	Estuprador pessoa próxima	65,0%

* São considerados índices de subnotificação entre 65% e 93%

Fontes: Mapa da Violência 2015: adolescentes de 16 e 17 anos e 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Estimativas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Brasil, com base em dados do levantamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) apontam que, dos 21 milhões de adolescentes que vivem no Brasil, menos de 0,5% (0,013%) cometeu atos contra a vida – isto é, cumpriu medidas socioeducativas de privação de liberdade por atos análogos a homicídio, latrocínio, estupro e lesão corporal. Apesar de os estudos apontarem para uma participação mínima – se comparada a dos adultos – dos adolescentes em atos infracionais considerados graves, a opinião pública e a mídia superdimensionam essa contribuição para o aumento dos índices de violência no país. Como assinala Riccardo Cappi (2015)⁶²: “o jovem é visto hoje como problema e não como possibilidade e recurso. O discurso sobre o jovem é pautado numa visão amedrontada e amedrontadora”.

⁶² Entrevista com o especialista em criminologia, Riccardo Cappi, intitulada *O medo é politicamente rentável*, publicada na Revista Muito, no Jornal A TARDE. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1673449-cappi-o-medo-e-politicamente-rentavel>. Acesso em: 17 de abril 2015.

Os estigmas endereçados aos adolescentes e jovens moradores de territórios violentados e estigmatizados muitas vezes contribuem para a manutenção de um ciclo vicioso de produção e reprodução da violência, uma vez que é “a partir das representações que cada sociedade constrói a respeito da juventude, portanto, que se definem as responsabilidades e os direitos que devem ser atribuídos às pessoas nesta faixa etária e o modo como tais direitos devem ser protegidos” (LÉON; ABRAMO; FREITAS [coord.], 2005, p.12).

A visão estigmatizada influencia, por exemplo, algumas tentativas de retrocesso no que se refere às políticas públicas voltadas ao segmento juvenil, a exemplo da PEC 171/93⁶³ que prevê a redução da idade penal de 18 para 16 anos. Na contramão das conquistas jurídicas já alcançadas, este Projeto de Lei propõe um passo atrás na percepção do adolescente jovem como sujeito em formação e, portanto, prioridade absoluta, conforme estabelecido pelo ECA – porém, não implementado na prática.

Neste contexto, a violência policial também é outro fator que opera na lógica da estigmatização da juventude negra e periférica. Para Michel Misse (1999), a violência policial contra negros e pobres é um reflexo da esquizofrenia do papel desempenhado pelo Estado, que ao invés de reduzir o grau em que se manifesta a associação entre vulnerabilidade e vitimização letal – via, principalmente, políticas públicas de segurança com foco na prevenção dos fatores de risco que levam ao crime – ele a incentiva, a partir de práticas violentas cometidas pelos operadores de segurança pública.

A acumulação social da violência contribui, decisivamente, não só para o aumento da criminalidade, mas também para estimular o tensionamento, que outrora existia, entre Polícia e determinados segmentos sociais, cujo corolário é a definição de um tipo social cujo perfil será preferencialmente definido e detectado pelos dispositivos de suspeição criminal (VELLOSO, 2011, p. 36).

⁶³A Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 171/93, que altera a Constituição e permite reduzir a maioria penal para 16 anos, foi considerada apta para ser votada em março de 2015 pela Comissão Especial de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Em julho foi votada no Plenário da Câmara dos Deputados, e obteve voto favorável de 308 deputados (3/5 dos parlamentares). Para ser aprovada ainda precisará passar por um segundo turno de votação na Câmara e pela votação em dois turnos no Plenário do Senado, onde precisa do voto favorável de pelo menos 49 senadores. Se o texto aprovado pelo Senado for o mesmo aprovado pela Câmara, a PEC pode ser promulgada e passará a vigorar. A alteração da maioria penal ainda pode ser questionada no STF (Supremo Tribunal Federal). Informações retiradas da matéria: *Caminho da proposta que reduz a maioria penal é longo; confira*, publicada no site da UOL. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/31/caminho-da-proposta-que-reduz-a-maioridade-penal-e-longo-confira.htm>. Acesso em: 20 de abril 2015.

Assim, o que se observa é uma descrença da população com relação às forças policiais. Dados do Índice de Confiança na Justiça Brasileira (ICJBrasil)⁶⁴, mostram que 70,1% dos brasileiros ouvidos não confiavam na polícia no primeiro semestre de 2013. Para Rosemary Gartner (1996), a ação da polícia para manter a ordem em bairros periféricos muitas vezes contribui para aumentar a violência, uma vez que desestabiliza as comunidades, reforça as divisões do grupo, isola e marginaliza amplos segmentos da sociedade.

As violações aos direitos humanos são perpetradas não apenas pelas polícias, mas pelo sistema socioeducativo e também pelo penitenciário. Com quase 600 mil presos, o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo e um dos maiores déficits prisionais do planeta com uma carência de mais de 210 mil vagas⁶⁵. A polícia é um dos agentes mais visíveis no processo imediato de acusação dos por ela considerados criminosos. Assim, “a sujeição criminal é o nó górdio de certo tipo de ilegalidade praticada principalmente pelos agentes egressos de uma situação de subalternidade social [...] e a polícia – agentes dos dispositivos incriminadores – agentes encarregados imediatos da acusação” (MISSE, 1999, p. 38)

Para grande parte da sociedade, muitas vezes, o “fazer valer as leis” está associado à atuação policial arbitrária e violenta para aqueles que devem ser “contidos”. Numa sociedade cuja cultura da violência está imbricada na sua formação e manutenção do seu *status quo*, não é de se estranhar que haja por parte da população uma percepção de que polícia eficaz é a polícia que mata, que se mune da violência para manter o *status quo* e reforçar, nas suas práticas, quem deve morrer e quem deve viver.

O paradigma tradicional das políticas de segurança pública no país continua regido por princípios como autoritarismo, militarização da polícia, pouco espaço para o diálogo entre forças de segurança e população e práticas policiais violentas direcionadas, principalmente, aos jovens negros e moradores de bairros periféricos.

As políticas ainda comportam resquícios dos regimes autoritários em que segurança pública era sinônimo de segurança nacional, segurança do Estado e não a segurança dos cidadãos. A polícia, no entanto, como explica Soares (2008), é diferente das Forças Armadas,

⁶⁴ Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujos dados foram publicados no 7º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2013).

⁶⁵Fonte: Levantamento do Sistema Penitenciário Brasileiro 2013, realizado pelo Instituto Avante Brasil. Disponível em: <<http://http://d2kefwu52uvymq.cloudfront.net/uploads/2015/02/LEVANTAMENTO-SISTEMA-PENITENCI%C3%81RIO-2013-JUNHO2.pdf>> Acesso: 10 mai. 2015.

pois não é uma instituição organizada e preparada para a defesa nacional, para o confronto bélico.

Não por acaso, a polícia nasceu em substituição aos grupos de linchadores e vigilantes de bairros, cuja ação era regida pelo interesse privado e pelas normas morais das comunidades. Representava, ao ser criada, o monopólio estatal dos meios legítimos de coerção e sua subordinação a ditames legais – o que não garantia sua orientação democrática, porque as leis poderiam ser tirânicas e o regime autoritário, mas reduzia o arbítrio no uso da força e a generalização da violência, além de preparar o terreno para o funcionamento democrático da polícia, assim que o Estado se democratizasse (SOARES, 2008, p. 12).

Para Misse (2011) prevalece na sociedade brasileira uma concepção minimalista sobre a segurança pública na qual a sua melhoria é equacionada com redução de crimes, contravenções e/ou violências na comunidade ou sociedade, desta forma o objeto da política são os crimes, as violências e não as pessoas a eles expostas.

Políticas implementadas sob esta concepção acarretam consequências como a pouca confiança da sociedade na polícia, a dificuldade por parte dos policiais em exercer a mediação de conflitos e um processo crescente de vitimização dos jovens moradores de comunidades periféricas pobres – com destaque para os adolescentes jovens, com idades entre 16 e 17 anos, negros e do sexo masculino.

Apesar da dificuldade em se obter os dados estatísticos sobre violência policial no Brasil, estudos sobre o tema apontam que o número de civis mortos pela polícia (principalmente a Militar) é excessivamente alto se comparado aos números registrados em países democráticos sem guerra civil. Desde a década de 1970, as mortes de jovens, pobres e negros têm sido comuns em grande parte das cidades brasileiras. A prática vem sendo denunciada sistematicamente por organizações nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos, pelos movimentos sociais e pelos meios de comunicação, o que gera uma pressão a favor de mudanças nas instituições policiais⁶⁶.

De acordo com o 8º Anuário da Violência do Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁶⁷, as polícias Civil e Militar mataram, nos últimos cinco anos (2009-2013), 9.691 pessoas durante o serviço e 11.197 pessoas fora de serviço, uma média de seis pessoas por dia pelas

⁶⁶ Os relatórios anuais da Anistia Internacional, da Human Rights Watch e do Departamento de Estado dos Estados Unidos trazem maiores informações sobre denúncias sobre a prática da violência policial no Brasil. Os documentos podem ser acessados nos sites das organizações (www.amnesty.org; www.hrw.org e www.state.gov).

⁶⁷ O 8º Anuário da Segurança Pública é produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e foi lançado em novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//8anuariofbsp.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

ruas do país. No mesmo período, 1.770 policiais foram assassinados. A tropa que registra o maior índice de letalidade do país está no Rio de Janeiro, seguida por São Paulo e pela Bahia. Segundo Velloso (2011), dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) revelam que ao longo dos últimos sete anos (2000-2007) o número de homicídios tem sofrido decréscimo, o que não ocorre para as incidências de autos de resistência – um mecanismo legal que contribui para concretizar o processo de suspeição criminal das polícias sobre as populações pobres⁶⁸.

Apesar de ainda poucos e duvidosos por conta, inclusive, das subnotificações, os dados estatísticos mais recentes não só confirmam o aumento dos homicídios cometidos por policiais militares ao longo dos anos, como revelam os recortes de gênero e raça das vítimas da ação policial. Para Soares (2008), o abuso do poder nas ações policiais se dá quando o policial usa da sua função de operador da segurança pública para, em um único procedimento, identificar o suspeito, julgar o réu, sentenciar a pena capital e executá-la, na contramão das garantias constitucionais.

3.2. “Adolescentes jovens resistentes”: transição como potência?

A categoria *adolescentes jovens resistentes*, com a qual optamos por trabalhar, engloba não apenas um recorte etário (15 a 17 anos) – como sinalizado no Estatuto da Juventude e já dito anteriormente – mas, principalmente, um momento em que a condição de transição parece ser mais contundente, principalmente para quem mora em territórios violentados. O entendimento de juventude nestes territórios é marcado por estigmas que condicionam a representação social do ser jovem, colocando-o na posição de subalterno, de sem direitos, de inferior na hierarquia social.

Ressaltamos aqui, como já explicado no início deste trabalho, que a decisão pelo uso do termo composto (*adolescente jovem*) – ainda que não comumente utilizado na literatura especializada – foi fruto da construção feita pelos sujeitos da pesquisa (grupo de adolescentes jovens), uma vez que durante as reflexões sobre “o que é juventude” e “o que é ser jovem”, eles e elas – mesmo tendo gêneros e idades diferentes – problematizaram as interseções entre as duas etapas. Revelaram ser “impossível diferenciar na prática o ser adolescente do ser

⁶⁸ O “auto de resistência” é fundamentado pelo artigo 292, do Código de Processo Penal - CPP (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941), onde se lê: “Art.292. Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

jovem” e reforçaram que a condição *adolescente jovem* estava muito mais relacionada ao processo de escolhas e decisões de projeto de vida e às condições oferecidas pelo contexto social no qual estão inseridos e inseridas, do que necessariamente à idade. Neste sentido, tanto Christopher, aos 20 anos, quanto Luna, aos 14 são *adolescentes jovens*.

Já “*resistente*” traduz um ponto de intersecção entre os trajetórias reflexivo-discursivos construídos por adolescentes jovens e policiais militares. Para ambos, a categoria sintetiza a representação daquele jovem que não está inserido em atividades criminosas, mas precisa superar muitas “*barreiras*” para traçar sua trajetória sem que a criminalidade a atravesse. É aquele adolescente jovem que escolhe seguir o que ambos os grupos definem como “*o caminho do bem*”.

Para os policiais, eles são descritos como “aqueles jovens que rompem barreiras, que têm a família presente, é estudioso, é todo certinho, faz curso técnico, vai para o IFBA⁶⁹, alguns têm dificuldade de voltar a estudar, encontram barreiras, mas têm força de vontade”; “com força de vontade, mas sem estrutura e ainda consegue”. Para o grupo de adolescentes jovens, o *resistente* aparece tanto nas narrativas individuais, quanto nas construções em grupo quando descrevem os diferentes tipos de jovens que vivem no território onde moram.

Considerando as especificidades – etárias e de gênero – trazidas nos relatos, o grupo aponta a adolescência jovem de uma forma geral como uma fase de tomada de decisões. É a afirmação das possibilidades e das responsabilidades que têm sobre suas decisões que mais aparecem em suas narrativas. Os adolescentes relatam que se trata de uma etapa importante: difícil; confusa; com muitos desejos e transformações físicas; descoberta da sexualidade e pressão constante para encontrar um “*caminho certo*”. Como ilustram as falas abaixo, ditas durante as Rodas de Diálogo temáticas:

Adolescente e jovem é a mesma fase de idade. Eu vou me descobrir na vida. Vou ver se aquilo que eu tô pensando vai dar certo. Muda a mentalidade. Nossa mente abre pra tudo. Queremos **ser alguém** na vida (Christopher, 19 anos, grifos nossos).

É a mesma coisa, adolescente, jovem. Acho que é **descobrimento**. Até sobre si mesmo. A pele vai mudando... a gente descobre sentimentos diferentes. É, realmente é isso, porque, tipo assim, quando você é criança, a pessoa pode até ter um amor platônico. Tipo amor de criança, mas quando é adolescente, vai mudando, torna mais sério. (Luna, 14 anos, grifos nossos).

⁶⁹ Instituto Federal da Bahia, que oferece cursos técnico-profissionalizantes para jovens e tem uma sede em Itinga.

Sentimentos e desejos que não são exclusivos dos adolescentes e jovens moradores de bairros periféricos, no entanto, nestes territórios violentados o lugar do *entre* (nem adolescente, nem jovem, nem adulto) traz desafios bastante específicos que os diferenciam de outros adolescentes e jovens da mesma idade, mas de outras classes sociais, sociabilizados em outros territórios. O grupo demonstra ter consciência das poucas possibilidades que têm – numa alusão às “*barreiras*” também citadas pelos policiais – o que tornam as escolhas ainda mais definidoras dos rumos que querem dar às suas vidas.

No entanto, esta fase do *entre* também é (ou poderia/deveria ser) a fase dos sonhos, das possibilidades, das escolhas dos caminhos, da expressão dos “territórios de resistência e criatividade” (NOVAES, 2008, p. 5). A transição como potência é a possibilidade de o jovem ser sujeito social do seu presente. Ideia que compactua com a reivindicação de Costa & Abramovay (2002) da dialética possível do uso do conceito de vulnerabilidades sociais referindo-se tanto ao negativo, ou seja, a obstáculos para as comunidades, famílias e indivíduos, assim como a riscos, quanto ao positivo, considerando possibilidades, ou a importância de se identificarem "recursos mobilizáveis nas estratégias das comunidades, famílias e indivíduos" (VIGNOLI, 2001, p. 58).

Respeitadas as diversidades que caracterizam a juventude, há sentimentos geracionais comuns que se relacionam a um processo de reinvenção das formas e sentidos de “estar no mundo”. É a partir deste lugar de instabilidade criativa que surgem pelo país afora inúmeras iniciativas capitaneadas por jovens. É preciso cuidar, contudo, para não mitificar a juventude:

Para compreender a juventude em sua diversidade é preciso ultrapassar tanto o entendimento de que a juventude é uma faixa-etária problemática (onde só se destacam aos “problemas da juventude de hoje”, enunciados em termos de gravidez precoce, as drogas e a violência) quanto, também, evitar a idealização da juventude como a única protagonista de mudanças sociais, em uma nova interpretação heroica de seu papel mítico (NOVAES, 2008, p. 6).

Os jovens não são, portanto, os únicos protagonistas de mudanças sociais, mas, podem e vêm exercendo um papel fundamental nesse processo, à medida que se sentem parte integrante de um movimento de mudança em prol de uma coletividade, seja na escola, bairro, cidade ou país e atuam como cidadãos. No entanto, esse aparente avanço na conquista dos direitos se confronta com um cenário extremamente desesperançoso e os estigmas endereçados aos adolescentes e jovens moradores de territórios violentados e estigmatizados contribuem para a manutenção de um ciclo vicioso de produção e reprodução da violência. Uma vez que é “a partir das representações que cada sociedade constrói a respeito da juventude, portanto, que se definem as responsabilidades e os direitos que devem ser

atribuídos às pessoas nesta faixa etária e o modo como tais direitos devem ser protegidos” (LÉON; ABRAMO; FREITAS, 2005, p.12).

Neste sentido, a busca pelo projeto social – bem como pela participação em grupos de Igreja e coletivos culturais – é apontada pelos adolescentes jovens da pesquisa como uma ponte para o exercício deste território de resistência e criatividade, a busca pelo “*caminho do bem*”, assim como uma forma de desenvolver habilidades que podem auxiliá-los a melhorar o desempenho na escola e na busca do primeiro emprego. Acima de tudo, os projetos sociais aparecem como espaços onde encontram afeto e reconhecimento. Mesmo que não sejam capazes de garantir a diminuição da violência, como apontam as falas: “polícia é que não resolver o problema da violência né?”; “nem projeto social, porque é o que mais tem aqui e não dá em nada”.

Acessar e permanecer nos projetos sociais nem sempre é tarefa fácil. Muitos projetos governamentais e não-governamentais exigem que estejam matriculados na rede regular de ensino – o que muitas vezes não é possível – e delimitam 17 anos como idade máxima⁷⁰. É neste momento – com 15, 16, 17 anos – que se faz presente a necessidade de buscar alternativas para contribuir com a renda familiar. Começam, aqui, os primeiros “bicos”. Contexto que contribui para o aumento dos índices de evasão escolar e também de evasão em projetos sociais.

Quatro dos cinco adolescentes jovens que construíram essa pesquisa comigo, dividiam, a sua rotina entre tarefas domésticas, entre elas cuidados com irmãos mais novos, escola, projeto social e “bicos” de garçom, ajudante de baiana de acarajé, ajudante de carga e descarga de caminhão, caixa de supermercado, entre outros tipos de trabalhos informais. Três, entre os cinco policiais que participaram da pesquisa, relataram que nesta mesma idade tiveram que conciliar os estudos com os “bicos” para complementar a renda familiar. Um deles inclusive abandonou a escola, retornando aos estudos, já adulto, para concluir o Ensino Médio.

Experiências que acontecem justamente na “fase de individuação” (LYRA, 2013, p. 80), a segunda etapa do desenvolvimento desses adolescentes, na qual a família e a escola ainda se mantêm como referência para o jovem, mas começa a perder a força pela necessidade da complementação da renda familiar. Assim, esta individuação se dá num processo de mais

⁷⁰Dois jovens participantes da pesquisa tinham 19 e 20 anos, idades acima da faixa etária permitida (até 16 anos) pelo SFCV/Projovem e não estavam matriculados na rede pública de ensino. Só permaneceram porque a coordenação local abriu uma exceção por entenderem suas necessidades específicas.

proximidade com o “mundo adulto”. O abandono da escola neste período é recorrente e denota a mudança de hábitos, que exige do jovem novos posicionamentos na esfera social.

O período de individuação do menino pobre é, ao mesmo tempo, anterior e incompleto se comparado ao processo vivido por outro jovem com a mesma idade, mas de outra classe social. Se, por um lado, esse menino passa a se relacionar com o mundo exterior de forma mais precoce do que os outros meninos, por outro, essa entrada abdica, em termos da mediação social com outros garotos da mesma idade, algo que só ocorrerá plenamente na sua fase de independência (LYRA, 2013, p.80).

Os policiais, apesar de apresentarem elementos da sua trajetória de vida semelhantes aos jovens de Itinga, sintetizados no que chamam de “*barreiras*”, a exemplo da necessidade de complementar a renda familiar, de lidar com a condição de pobreza – que atribuem à ausência de políticas sociais por parte do Estado –, só parecem identificar essas “*barreiras*” quando fazem suas entrevistas individuais e se narram jovens, pobres, moradores de periferia. Embora tenham dificuldade para enxergar os *adolescentes jovens resistentes* no bairro onde atuam como policiais, identificam-se com eles quando narram as suas próprias adolescências jovens.

Ao serem convidados, em grupo, para construir o conceito de juventude, no entanto, transitam por definições generalizantes que apontam para um olhar de descrença na geração atual. Falam de inconsequência e rebeldia: “os jovens de hoje são rebeldes, revoltados, inconsequentes, não querem nada e não pensam no futuro”. Porém, quando se narram aos 16 anos, alguns relembram que foram “aqueles jovens bagunceiros mesmo, sabe?”, diz um soldado; “eu só queria saber era de festa, de ter minha liberdade”, conta outro. Ou seja, eles parecem ter tido comportamentos e vivências semelhantes aos *adolescentes jovens* que hoje recriminam. No entanto, hoje, assumem uma dupla condição de poder na hierarquia social frente aos jovens, por serem adultos e operadores de Segurança Pública do Estado. Para exercer o poder sobre os jovens pobres e periféricos nos territórios onde atuam, parece ser preciso negar a sua própria juventude pobre e periférica.

3.3 Violências que atravessam, narrativas que (re)estruturam

“Vêi, quando a gente falou o que era juventude em Itinga, a gente só falou de violência.”
(Tí, 17 anos, estudante)

“Eu sou esse jovem aí também. Negro, de periferia.”
(Léo, 29 anos, policial)

Era o nosso segundo encontro do grupo de adolescentes jovens. Estávamos sentados em volta de uma pequena mesa, na laje da casa que sedia o CRAS de Itinga. É uma casa grande. No térreo, estão as salas de atendimento à população, onde as assistentes sociais orientam os moradores sobre o acesso aos programas federais, a exemplo do Bolsa Família, entre outros serviços prestados. Na laje, no piso superior, acontecem as atividades do SCFV/Projovem. O mobiliário se resume a um armário com chave que guarda os materiais utilizados nas atividades; uma mesa grande, algumas poucas cadeiras de plástico e um pequeno aparelho de som que vai e volta, trazido de casa pela educadora do projeto.

De um lado da pilastra, a educadora conduzia uma oficina de produção de cartazes para a festa do dia das mães. Do outro, eu e os cinco adolescentes jovens nos apertávamos num canto para escapar do sol escaldante de meio-dia. Em círculo, olhávamos olhos nos olhos. Lancei a pergunta: “o que é ser jovem?”. Com risos envergonhados as meninas falavam das mudanças no corpo, do primeiro beijo, do sonho de ser atriz e modelo. Os meninos aproveitavam para “fazer gracinha” com as meninas, cheios de “ui”, “ai” e olhares cúmplices. A conversa seguia num clima leve e amigável. Estávamos no início do nosso processo de vinculação, quando eu ainda era “professora Bruna”⁷¹.

Até que Christopher falou que ser jovem em Itinga era ter medo de morrer. Levantou o boné – cuja aba cobria os seus olhos –, suspendeu a camisa e, com ela, enxugou as lágrimas. Ainda de cabeça baixa, contou a história do seu irmão, um jovem um ano mais velho do que ele, que trabalhava para o tráfico de drogas no bairro e foi assassinado na porta de casa. Christopher ouviu os tiros e, com ajuda da mãe, retirou o corpo morto do irmão do meio da rua.

⁷¹ Como citado no capítulo “A construção do método como um entre-lugar”, a trajetória de construção do método, ancorada, essencialmente pelo processo de vinculação entre mim, enquanto pesquisadora e os sujeitos participantes. Aqui, esta vinculação afetiva neste caso pode ser percebida pela mudança do pronome de tratamento. Fui professora Bruna, transitei pelo “pró” e “senhora”, até chegar a “Bruna”.

Depois do silêncio necessário para continuar aquela conversa, os outros adolescentes do grupo começaram a narrar outros tantos casos de violência. Nas narrativas, a violência e o medo da morte caminhavam sempre juntos. Uma história puxava outra. Todos – meninos e meninas – tinham uma série de relatos para contar. Um traficante que pulou a janela e entrou para se esconder de outros traficantes que o procuravam. Um tio assassinado por dívidas de tráfico. Um vídeo no celular com cenas de um pescoço sendo cortado. Um policial que entrou em sua casa arrombando a porta, empurrando sua mãe e destruindo todas as coisas. Um amigo espancado por policiais em praça pública num domingo à tarde. Uma série de abordagens policiais acompanhadas de murros no nariz e insultos – “vagabundo”; “marginal” – sofridas por eles – os meninos – e presenciadas por elas – as meninas.

Os exemplos poderiam seguir a tarde inteira, mas Ruth interrompeu: “professora, a senhora não ia fazer duas perguntas, qual é a outra?”. “O que é violência e o que é violência em Itinga”, respondi. Tí, sentado ao seu lado, arrematou pensativo: “véeeei, quando a gente respondeu o que era ser jovem em Itinga, a gente só falou de violência!”. A agitação inicial do grupo deu lugar a um longo silêncio.

Um dia após esse encontro, estive com os policiais. Estávamos na sala de informática da Base Comunitária de Segurança de Itinga (BCS). Uma sala relativamente ampla, com ar condicionado e cerca de dez computadores que ficam disponíveis para o uso dos moradores – e costumam ser bem disputados pelas crianças e adolescentes do bairro. No centro da sala, colocamos as cadeiras e fizemos um círculo. Apliquei a mesma metodologia. Assim como aconteceu com os adolescentes jovens, os policiais trouxeram definições bem generalizantes sobre juventude – como já analisamos no tópico anterior.

Não precisei fazer a pergunta o “que é violência em Itinga?”, pois ainda quando definiam o “ser jovem” já trouxeram a temática da redução da maioria penal para o centro das discussões, o que disparou uma série de falas sobre as políticas segurança pública, a responsabilização dos jovens, entre outros conteúdos que serão analisados mais adiante quando falarmos das causalidades da criminalidade, na perspectiva dos adolescentes jovens e dos policiais.

As falas seguiam livremente, até que lancei a segunda pergunta: “o que é ser jovem em Itinga?”. Imediatamente, um dos soldados respondeu: “70% dos jovens de Itinga são usuários de droga, pesquisa minha”. A resposta foi acompanhada de risos, mas não de consenso. Enquanto alguns pareciam concordar, outros diziam frase como “não é bem assim,

é quase isso, mas acho que não tanto”. Problematizei a questão e os soldados passaram a descrever as dinâmicas de criminalidade do bairro, tendo sempre o jovem como agente de violência no centro das situações relatadas ou como reféns de uma situação em que parece não haver alternativas. Mas, sempre como “um jovem diferente”, em relação aos jovens de classes mais favorecidas economicamente: “**Aqui tem uma juventude mesmo diferente** (grifo nosso). Comparar com Vilas⁷² é utopia, né? Não que lá seja melhor do que aqui, mas o nível social e intelectual, querendo ou não é outro”; “O jovem daqui não sabe de nada, não sabe escrever, falar, não tem onde se agarrar, o cenário social é difícil, o caminho é totalmente incerto”.

Tanto nas narrativas construídas em grupo, quanto nas individuais, a definição de juventude aparece vinculada à definição de violência, tanto para adolescentes jovens, quanto para policiais. Enquanto entre os primeiros emerge a violência sofrida em seus corpos, tendo como personificação disso – na maioria dos relatos, a violência policial –, para os segundos, essa violência é fruto da participação ativa dos jovens em atos violentos e, principalmente, no tráfico de drogas.

Na busca por explicações para esse cenário, os policiais traçam uma trajetória cíclica – e parecem não conseguir sair dela – que se inicia na culpabilização do jovem; transita pela culpabilização do Estado, que não garante os direitos básicos a este jovem; ancora-se em diversos momentos na falta de direcionamento da família como causa para a “*escolha*” pelo crime e retorna ao início, concluindo que a “*escolha*” da trajetória que quer seguir, sempre será do jovem.

Mecanismo similar parece operar nas narrativas dos adolescentes jovens, porém com ênfase em duas outras causas: as “amizades erradas” que influenciam nas suas decisões e a suspeição policial, que “me faz parecer vagabundo o tempo todo, mesmo sem ser”. Apesar das percepções distintas, ambos os grupos parecem reproduzir um discurso social que associa a participação ativa de adolescentes jovens em atos violentos e/ou no trabalho para o tráfico de drogas a uma questão de “*escolha*”, e, acima de tudo, uma “*escolha do jovem*”, como diz um dos soldados do grupo: “O cara entra no crime, primeiro que ele é descarado mesmo, porque ele quer, essa foi a escolha dele, não foi a sociedade que empurrou ele”.

⁷² Vilas do Atlântico, bairro de Lauro de Freitas onde moram classes economicamente mais favorecidas.

Reforçando a ideia de uma espécie de “trajetória para a criminalidade” que começa e termina nesse jovem, que, mesmo quando não “escolhe o caminho do mal”, continua preso ao “*corpo suspeito*” que precisa superar “*barreiras*” ou ser “*normal*” para comprovar para a sociedade e as forças policiais que não se trata de um potencial criminoso.

3.4. Violência e criminalidade: subcidadania como condição

Podemos compreender a violência como sendo “tudo o que impede o desenvolvimento do ser humano” (PINHEIRO; DE ALMEIDA, 2003, p. 72). Mas, é na etimologia da palavra que também reside a sua potência: do latim *violentia*, extraído do verbo *violare*, cuja tradução é transgredir, profanar, tratar com violência; comporta no seu núcleo *visa* ideia de “força”, “vigor”, “potência”. A violência física é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”⁷³.

Na perspectiva de José Eduardo Ferreira Santos (2000), com a qual compactuamos, a violência estrutural está na base da produção das outras e constitui a violência central original, que resulta da presença e das manifestações conjuntas da globalização, nas quais a exclusão de acesso ao trabalho e à educação são fatores de grande relevância para o crescimento da criminalidade nas cidades latino-americanas. Alba Zaluar (2004) reforça esse pensamento quando diz que essa violência estrutural se reflete na violência que se dá em ações caracterizadas pelo excesso ou descontrole no uso da força física (ou de seus inúmeros instrumentos) nas interações sociais, passíveis de controle democrático, tendo como base uma ética particularista.

Para Luis Felipe Miguel (2015), a violência sistêmica e estrutural é camuflada por sua conformidade às regras; é naturalizada e invisibilizada, uma vez que ao contrário da violência aberta, não aparece como uma ruptura da normalidade. A violência se apresenta como um dispositivo de controle, uma forma de operar o poder nas classes subalternas e marginalizadas. No entanto, como bem ressalta Hannah Arendt (1994, p. 40-41) “o poder é de fato a essência de todo o governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja”.

⁷³ World Health Organization. Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority. Geneva: WHO; 1996 (document WHO/EHA/ SPI.POA.2).

A complexidade das dinâmicas da violência e criminalidade no Brasil reflete uma sociedade na qual o desenvolvimento do capitalismo foi pautado na exclusão de classes subalternas. Neste sentido, compactuamos com Marilena Chauí (2008, p. 70-71) quando afirma:

Todas as relações tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão e do favor. Isso significa que as pessoas não são vistas, de um lado, como sujeito, autônomas e iguais, e, de outro, como cidadãs e, portanto, como portadoras de direitos. É exatamente isso que faz a violência ser a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do “caráter nacional” [...] É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência.

Na construção do projeto político de nação, nascemos como uma sociedade hierarquizada, colonizada e racializada. Uma sociedade cujas marcas deixadas pelo aparato do poder do discurso colonial foram capazes de criar “povos sujeitos” (PELÚCIO, 2012). São estas marcas que revelam a violência inscrita no processo de constituição da “nação Brasil”.

Violência que é reflexo de processos históricos de orquestração política desta sociedade que naturaliza as desigualdades, pactua com a opacidade da dominação e com a generalização de “um *habitus* precário suficiente para condenar cerca de 1/3 da população de 170 milhões de pessoas a uma vida marginal nas dimensões existencial, econômica e política” (SOUZA, 2003, p. 178), constituindo o que Jessé Souza (2003) vai chamar de condição social da subcidadania, caracterizada por uma inclusão precária dos subcidadãos do processo de produção, do acesso ao consumo, à saúde, à educação, à moradia etc..

Ainda para Souza (2012) os processos de exclusão social do Brasil estabelecem na população duas condições diametralmente opostas: a alguns, a condição de “gente”; a outros, a condição de “subgente”. Um processo, portanto, estabelecido por uma hierarquia contingente e historicamente construída que é a base da legitimação da desigualdade nos contextos central e periférico. Concordamos com o autor quando afirma que a diferença entre incluídos e excluídos não é determinada apenas pela desigualdade econômica, mas por outros aspectos não-econômicos da desigualdade social como a ausência da autoestima, do reconhecimento social, do aprendizado familiar de papéis sociais, entre outros fatores. Um mecanismo ao qual o autor vai chamar de “opacidade da dominação” que naturaliza a inferioridade que faz com que a própria vítima do preconceito (seja ele de classe, gênero ou cor) acredite que ele é fruto do seu fracasso pessoal e, portanto, merecido e justificável.

O processo de naturalização da desigualdade em sociedades periféricas como a brasileira é decorrente do seu processo de modernização, que aconteceu de forma exógena, naturalizando práticas que estruturam o comportamento dos brasileiros (SOUZA, 2012). Nestas sociedades, ao contrário das europeias, não é a moral religiosa que predomina na estruturação do *habitus* (BOURDIEU, 2012), mas as práticas estabelecidas pelo Estado e pelo mercado, que configuram o que o autor vai chamar de “teias invisíveis de dominação”. Estas tessituras sociais nas quais a violência é estruturante e estruturadora compõem o que Souza vai chamar de “ralé estrutural”, que representa uma grande parcela da população brasileira cujas subjetividades são sistematicamente violentadas e “a pobreza e a miséria se fundem com as necessidades simbólicas de existência, resultando, muitas vezes, na criminalidade” (SOUZA, 2016, p. 177).

Para problematizar a relação criminalidade/pobreza vamos recorrer a uma série de autores e autoras contemporâneos/as⁷⁴ que veem comprovando que as causas da violência são das mais variadas ordens e reduzi-las a um único fator, como a pobreza, por exemplo, é uma forma simplista de compreender este complexo fenômeno social. A associação direta entre violência, criminalidade e pobreza, no entanto, repercute nas políticas públicas de segurança e na atuação das instituições jurídicas e policiais, bem como no imaginário coletivo, cuja mídia exerce um importante papel na sua construção.

No entanto, o que observamos nas últimas décadas no Brasil é que se por um lado, o número de mortes por causas naturais – aquelas que decorrem do envelhecimento ou de doenças – diminui, o que aparenta indicar que o país passa a oferecer uma maior cobertura do sistema de saúde, de saneamento básico e educacional e, portanto, diminui a pobreza, por outro, os índices de mortes por causas externas, principalmente homicídios, aumentam desproporcionalmente.

Vale ressaltar também os dados relativos ao funcionamento do sistema carcerário brasileiro. O Mapa do Encarceramento (2015) revela que de 2005 a 2012, a maioria da população prisional do país era composta por jovens entre 18 e 24 anos. Houve, nos últimos sete anos, também, um aumento da população carcerária feminina. A superlotação e condições sub-humanas nas quais vivem os presos e presas do Brasil também é outro cenário identificado pela pesquisa. No período analisado, o Brasil aparece em 4º lugar do ranking mundial de população carcerária.

⁷⁴ Caldeira (2000); Chauí (2008); Lyra (2013); Rosa (2013); Soares (2004; 2008; 2013); Zaluar (2004).

As falhas do sistema judiciário e a falta de políticas públicas de reinserção social também colaboram para o que Luiz Eduardo Soares (2004) vai chamar de reinício de um processo de estigmatização, vitimização e criminalização terciária, que podem levar à reincidência à infração, no caso de adolescentes que cometeram atos infracionais e foram submetidos ao cumprimento de pena em regime semiaberto, liberdade assistida ou condicional.

Entre 2002 e 2012, o número total de homicídios registrados pelo Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, passou de 49.695 para 56.337. Deste total, mais da metade eram jovens com idades entre 15 e 29 anos (30.702, equivalente a 53,37%), 77,0% negros (pretos e pardos) e 93,30% do sexo masculino. O Brasil conta hoje – segundo estimativas recentes⁷⁵ – com um contingente de 52,2 milhões de jovens na faixa dos 15 aos 29 anos de idade. O quantitativo representa 26,9% do total dos 194,0 milhões de habitantes projetados para o país pela mesma fonte.

O aumento sistemático de causas externas sobre a estrutura da mortalidade se dá a partir de 1980, afetando, sobretudo, adolescentes e jovens adultos do sexo masculino. Entre 1992 e 1998, a proporção de óbitos de jovens com 15 a 19 anos devido a causas externas subiu de 63% para 68% do conjunto nacional. Em todas as regiões, com exceção do Norte (57,9%) a mortalidade por causas externas nessas idades representa mais de 60% dos óbitos (IBGE).

O aumento da criminalidade e da violência fatal se dá justamente no período de transição do governo autoritário para o democrático, no período de consolidação da democracia. A década de 1980 a 1990 foi marcada pelo aumento da criminalidade e da violência fatal no Brasil. Segundo Paulo de Mesquita Neto (2011), aqui, assim como nos demais países da América Latina, os dois principais problemas desta transição são o crime organizado – particularmente o tráfico de drogas e o terrorismo os crimes comuns – em especial crimes violentos e mais especificamente homicídios.

A transição para democracia tem, de um lado, políticas de estabilização do mercado que aumentam o seu papel e, por outro, um Estado fragilizado que não consegue atender as necessidades da maioria pobre da população. Um Estado ao qual, neste novo modelo, cabe papel ativo na proteção e promoção dos direitos humanos, mas o que se vê é um aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais e torna-se ainda mais difícil o acesso aos serviços de segurança e justiça em todo país. Somam-se aos altos índices de criminalidade,

⁷⁵Mapa da Violência da Violência 2014: os jovens do Brasil. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf. Acesso em: 10 mar. 2016.

a impunidade, as arbitrariedades e a corrupção de autoridades públicas. Configura-se, portanto, uma violência estrutural que opera dentro dos limites da governabilidade deste Estado.

3.4.1 A família: regulação e culpabilização

A “opacidade da dominação” (SOUZA, 2012) opera um processo de incorporação e reprodução de discursos, que pode ser um caminho para explicar, por exemplo, porque a associação direta entre violência, pobreza e criminalidade aparece nas narrativas dos sujeitos participantes desta pesquisa. Ambos os grupos colocam na família a responsabilidade maior pelo direcionamento dos jovens moradores de periferia, desconsiderando questões sociais e estruturais que são de extrema relevância para se compreender o fenômeno da criminalidade no Brasil.

Não estamos aqui querendo subestimar o papel da família enquanto instância primária de socialização de crianças, adolescentes e jovens de distintas classes sociais. No entanto, quando se tratam das classes pobres, há uma narrativa preponderante na qual a família teria o papel quase que exclusivo de evitar a inserção dos adolescentes e jovens nas dinâmicas da criminalidade. Esta mesma família, no entanto, responde a uma série de violências estruturais. Assim, mais uma vez, observa-se o reforço de uma narrativa onde o fenômeno da criminalidade é resumido a uma “*escolha*” errada feita pelo jovem, como apontam as falas dos soldados participantes da pesquisa:

A grande maioria dos pais não tá nem aí, quando vê o filho já perdeu de ano, já tá envolvido com drogas [...]. Ser jovem hoje em dia é ser irresponsável e inconsequente para mim, no que eu vejo no geral.

Meu sobrinho teve do bom e do melhor, mas não aproveitou. O caminho que ele escolheu a partir dos 13 anos foi bem diferente do que a mãe queria para ele. E olha que não faltou educação, não faltou conselho, não faltou família, não faltou nada disso. Por isso que hoje em dia eu acho que você desviar para o caminho do mal não é só pelo seio da família. Acho que é a mente mesmo, é amizades na rua. Acho que ser jovem hoje tá bem mais fácil do que antigamente.

Narrativas semelhantes foram observadas junto aos adolescentes jovens, como aponta o relato abaixo, no qual Christopher narra o processo de inserção do irmão no tráfico de drogas

e descreve elementos que apontam para questões internas da família e para as “*influências das amizades*”.

[Christopher] Quando vim pra Itinga meus pais já estavam separados. Minha mãe tava com outro cara, só que pra mim ela tava mais querendo ajudar ele do que ser um casal. Até hoje ele precisa de ajuda. Eles já se separaram de novo, mas até hoje ele precisa de ajuda.

[Bruna] Ele tem problemas de saúde?

[Christopher] Ele é cachaceiro mesmo. Cachaça não é saúde não, é escolha. Eu acho descaração. Porque ele já parou de beber, ele para se ele quiser. Só que a vergonha na cara que ele tem é pouca. Aí assim que eu cheguei aqui também eu fui logo me misturando com pessoas de má índole. Mas, é como se diz, é do jovem conhecer. Graças a deus eu conheci e não me misturei.

[Bruna] Quem são esses jovens de má índole?

[Christopher] Tem muito desses aqui em Itinga. Mas, por incrível que pareça por eu ser o mais novo, eu fui mais cabeça do que meu irmão.

[Bruna] Seu irmão se envolveu com eles?

[Christopher] Até demais. Se envolveu tanto que os de má índole agora tá vivo.

[Bruna] E ele não, né?

[Christopher] Ele achava que era amigo, que tava todo mundo do lado dele. E eu vendo tudo por fora. Todo mundo dava conselho, eu dava conselho a ele. Mainha? Mainha nem sabia. Ela suspeitava que ele andava errado, mas não tinha certeza⁷⁶.

Os policiais, por sua vez, relatam situações em que relatam a ausência da família no processo de socialização dos adolescentes jovens, como ilustra este diálogo.

[Maia] A gente trabalha junto com eles e não é à toa que a gente começa a fazer uns trabalhos para permitir que eles conheçam outras coisas, porque a gente percebeu que tem um público muito jovem que consome, que trafica, que não tem oportunidade, que não trabalha, que não frequenta escola. Pai só vai na escola quando o diretor liga e informa: “se a senhora não comparecer na escola eu vou cortar sua Bolsa Família.

[Léo]: Você falou uma coisa que eu não concordei: ‘não tem oportunidade’. Como não tem oportunidade? As escolas estão aí.

⁷⁶ O exemplo traz um trecho da entrevista individual de Christopher, porém aponta para aspectos que foram reforçados pelos outros adolescentes do grupo durante os momentos de discussões coletivas.

[Maia]: A escola ensina valor, a família ensina valor. Então quando eu falo de oportunidade não é ‘a escola tá aí, a universidade tá aí’, mas a gente não aprende os caminhos, a gente aprende na tora.

[Arthur]: Mas quando a gente fala a questão da oportunidade é de direcionamento, entendeu?

[Léo]: Eu acho o seguinte. A gente veio de família humilde, de família pobre, estudamos, galgamos um nível social melhor do que teríamos. Então eu falo que eu tenho as mesmas ideias que ele... [faz uma pausa na fala, busca as palavras, silencia por alguns segundos e retoma]. **Eu acho que nossa visão é meio errada dessa forma, porque a gente olha assim ‘ah se eu fiz, se eu consegui, se eu estudei, se eu passei num concurso público, você também pode. É um exemplo, mas é um exemplo que a gente quer impor** (grifos nossos).

A família é apontada – por jovens e policiais – como a instância socializadora que deveria ser capaz de oferecer o que os policiais chamam de “*direcionamento*” e os adolescentes jovens chamam de “*proteção*”. Falam, no entanto, de uma família abstrata. Uma família “modelo” que para Frantz Fanon (2008) vai ser sempre atrelado à família branca.

A família branca é depositária de uma determinada estrutura. A sociedade é, verdadeiramente, o conjunto das famílias. A família é uma instituição que pressupõe uma instituição mais vasta: o grupo social ou nacional. Os eixos de referência permanecem os mesmos. A família branca é o lugar de preparação e de formação para a vida social. “A estrutura familiar é interiorizada no superego e projetada no comportamento político” (social, diríamos nós) (Marcus). (FANON, 2008, p. 132-133).

Passam de um conceito abstrato de família – no qual cobram em suas narrativas o lugar de referência –, para localizar a “*família humilde*”, da qual fazem parte (adolescentes jovens e policiais). Nesta família, reconhecem uma situação de pobreza; mães que em sua maioria são as que assumem sozinhas a responsabilidade com a criação e o sustento dos filhos; casos de violência doméstica e alcoolismo; entre outras problemáticas que também não são exclusivas das famílias pobres, nem tampouco justificam a criminalidade, o que seria mais uma vez reforçar o estigma associado a estas populações.

Quando falam de si mesmos e também quando falam dos jovens de Itinga, os policiais apontam que para evitar a inserção dos jovens na criminalidade é preciso manter a “mente ocupada”: “O que sempre fez a diferença é minha mãe tá mantendo minha mente ocupada com alguma coisa”; “o jovem de hoje precisa ocupar a mente pra não ficar de boqueira”. Percepções que apontam para o reforço de um olhar de que o jovem pobre deve ser afastado do crime, numa perspectiva que não o coloca como sujeito ativo e capaz de fazer as suas próprias escolhas e recai mais uma vez numa culpabilização do jovem sem uma reflexão dos

problemas estruturais que estão por detrás da falta de acesso a uma educação de qualidade, a oportunidade de empregos qualificados, entre outros direitos que lhes são negados.

A incorporação do que Souza (2013) vai chamar de *habitus secundário* levaria a construção desse imaginário social que se repete nas narrativas de jovens e policiais em que a família é entendida como essa estrutura nacional que “normaliza” os hábitos, as atitudes, os posicionamentos no espaço social que vai garantir essa “normalização” dos adolescentes jovens para que enquadrem nas regras brancas e sejam, portanto, merecedores de aceitação social.

Problematizar esta vinculação entre pobreza e marginalidade tomando como base a célula “família” para justificá-la é central na discussão que Souza (2012) faz sobre a institucionalização do padrão especificamente periférico de cidadania e subcidadania. Neste sentido, as percepções de adolescentes jovens e policiais sobre os motivos que levariam o jovem a participar ativamente das dinâmicas de criminalidade ora parecem seguir uma “lógica”, ora revelam perspectivas contraditórias, o que decorre do que Zaluar (2014) vai chamar de “mecanismo de reprodução de violência”:

Estas ‘teorias’ tão dispares, e, às vezes contraditórias, na fala de uma mesma pessoa, advêm da dificuldade em pensar o espaço aberto à liberdade individual de escolher seu caminho em meio a condições determinantes e tão adversas, pois eles percebem os sinais de mecanismos já assentados do que poderíamos chamar de ‘reprodução da violência’, ao mesmo tempo que tentam entender por que uns e não outros caem na vida criminosa (ZALUAR, 2014, p. 152).

Os fatores que contribuem para os altos índices de jovens vítimas de atos violentos são diversos e complexos: elevados índices de desemprego juvenil, evasão escolar, desigualdade socioeconômica, falha nos sistemas de proteção social, fragilidade no sistema jurídico, entre outros. Como afirma Regina Novaes (2008, p. 7), é “entre os jovens que encontramos as contradições presentes na sociedade brasileira”. Contradições que perpetuam um sistema social que por um lado reforça a manutenção de privilégios de uns e o lugar de subcidadãos de outros.

No entanto, a representação social da violência é sustentada pela recorrente culpabilização da vítima e por um processo de estigmatização das classes urbanas pobres que acaba por justificar a violência contra setores vulneráveis. A criminalidade, no entanto, não é uma etiqueta social aplicada apenas por policiais, promotores, juízes criminais, isto é, pelas

instâncias formais de controle social. O etiquetamento social se dá de várias formas, a partir das diferentes instituições sociais (mídia, escola, família, igreja...).

3.4.2 Drogas versus trabalho: “caminho do mal” versus “cidadão de bem”

Nas narrativas de adolescentes jovens e de policiais, o “caminho do mal” é associado ao envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas. A percepção sobre a criminalidade perpassa esta associação. Os crimes, para eles, decorrem do uso e/ou tráfico de substâncias ilícitas, sem que, muitas vezes demonstrem fazer uma distinção entre as duas práticas, mesmo que legalmente apresentem tratamentos diferenciados⁷⁷: “aqui se o jovem não é usuário tem algum parente enraizado de alguma forma”; “O tráfico é enraizado em Itinga”.

Nas regiões metropolitanas brasileiras, o tráfico de armas e drogas é a dinâmica criminal que mais organicamente se articula à rede do crime organizado, mais influi sobre o conjunto da criminalidade e mais se expande pelo país, sendo identificada como a “matriz da criminalidade mais apta a recrutar jovens vulneráveis e a se reproduzir” (SOARES, 2004, p. 6).

O tráfico muitas vezes desponta como uma possibilidade de o jovem morador de comunidades periféricas afirmar-se enquanto indivíduo, respondendo com atos violentos à condição de corpo passível à violência a qual está submetido. Desta forma:

Muitos desses jovens acabam se socializando através de atividades marginais e/ou criminais, exatamente por reproduzirem a lógica dos estigmas que sofrem, decorrentes da vinculação entre pobreza e criminalidade, como por exemplo, a partir da violência e outras atividades ilícitas como roubos, furtos e tráfico de drogas (ROSA, 2013, p. 120).

Lembro-me, aqui, quando Christopher⁷⁸ narrou o assassinato do seu irmão, um jovem de 19 anos que trabalhava para o tráfico de drogas no bairro, tinha uma filha recém-nascida, pagava o leite e ajudava em casa com o dinheiro do tráfico. Christopher lembra as palavras

⁷⁷ A Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2016 institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad); prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em 10 fev. 2015.

⁷⁸Os adolescentes jovens e policiais militares inseridos na pesquisa foram orientados a criar o seu nome fictício, como parte dos combinados firmados entre pesquisadora e pesquisados.

ditas pelo irmão: “é um dinheiro [o do tráfico] muito mais fácil de ganhar, sem precisar ficar pagando pau pra patrão nenhum”.

Cristopher disse não querer seguir esse caminho e não se importar que os outros meninos da rua rissem dele por isso: “pô, antes ganhar 5, 10 reais do que ganhar algema e bala pelo corpo”, afirmou. O trabalho, assim como o pertencimento à família, ao projeto social entre outros espaços de vinculação é apontado na fala dele, assim como dos outros adolescentes jovens do grupo, como garantia de “dar dignidade” ao jovem. Uma percepção que aproxima as narrativas de adolescentes jovens e policiais, quando se recordam das suas adolescências e colocam sempre o trabalho no centro das suas falas como “caminho” para não levá-los à criminalidade. O emprego é a garantia de ser tratado como “*cidadão de bem*”, mesmo que seja um trabalho subalternizado, em que o jovem tem sua mão de obra explorada e poucas possibilidades de crescimento profissional e pessoal. Uma vez que:

Não só a divisão entre classes, mas também a oposição entre as minorias sexuais, raciais e culturais e a cultura dominante vai assumir a forma da oposição entre mente e corpo. Entre as classes vai operar o capital cultural, o trabalho intelectual e mental das frações burguesas que irão se opor ao trabalho muscular, manual e corporal das classes trabalhadoras como instância legitimadora do diferencial de trabalho e prestígio relativo (SOUZA, 2012, p. 79)

No diálogo abaixo, que aconteceu quando os adolescentes construam a história de Ruan Felipe, o “*jovem de projeto social*”, identificado entre os cinco perfis que representavam a juventude de Itinga⁷⁹, é possível perceber como essa associação opera. O trecho ilustra cerca de vinte minutos de idas e vindas onde pensavam em como chegar ao objetivo: encontrar uma “profissão muito boa para ele”.

[Luna]: vamos pensar em uma profissão muito boa para ele

[Jamerson]: já sei! Porteiro de prédio

[Luna]: ah, não sei. Essa é boa, mas...

[Ruth]: porteiro de prédio é sempre gente boa. Gostei.

[Luna]: já sei! Já sei! Bilheteiro de cinema.

[Todos]: Massa! Isso!

⁷⁹ A oficina de construção dos perfis de jovens de Itinga foi umas das atividades da segunda etapa da metodologia e será descrita no capítulo “*Adolescentes jovens resistente*” e “*Policiais que dá até pra falar*”: onde trajetórias se cruzam.

Outro exemplo pode ser encontrado na fala da adolescente jovem Luna sobre sua relação com o universo do trabalho e demonstra um conflito entre escolher o que sente desejo e algo que te dê algum retorno financeiro. Mas, destaca que o que mais quer é poder começar a trabalhar o mais rápido possível para poder ajudar em casa:

Eu penso em estudar alguma coisa que eu ganhe muito dinheiro e que não tenha matemática, porque tudo hoje tem matemática [...] mas, agora queria trabalhar em qualquer coisa que me desse dinheiro porque o que quero mesmo é trabalhar. **Secretária, por exemplo, acho que eu seria uma ótima recepcionista** (Entrevista Jovem 3 – LUNA, 2015, grifos nossos).

É o trabalho que vai garantir ao jovem o status do “*resistente*”, do “*cidadão de bem*”, o trabalhador, em contraposição ao lugar de “*enraizado*”, “*envolvido*”, “*vida loka*”. No entanto, mesmo quando ele opta pelo caminho de superação – que está associado a vencer essas “*barreiras*” da condição de subalternização – o estigma pode operar desconsiderando as escolhas e fazendo com que ele internalize a condição de corpo passível de violência: “ele falou que eu tinha roubado o dinheiro dele, mas isso é parte da vida de quem quer viver honestamente”, diz Christopher ao relatar o caso onde foi acusado de roubo pelo patrão, chamado de “vagabundo” pelos policiais e conduzido à delegacia quando ainda tinha menos de 18 anos. Esta fala aponta para um processo de incorporação do estigma, presente na definição de *habitus*, de Bourdieu, uma vez que o adolescente jovem para não só assumir a condição estigmatizada de ladrão, como se autorresponsabilizar por ela.

3.4.3 Conduta ilegal, escolha pessoal

A incorporação do estigma parece justificar porque nas narrativas dos adolescentes jovens e policiais emerge a culpabilização do jovem por não conseguir evitar sua inserção na criminalidade, em narrativas que reforçam que a “*conduta ilegal é uma escolha pessoal*”. Em vários momentos – tanto em grupo quanto individualmente – anunciam que a criminalidade é um tema complexo, que perpassa pela ausência do Estado, pela falta de oportunidades de emprego, entre outros fatores, porém, na maior parte das vezes, recai na criminalização do sujeito. Aqui, vale ressaltar que:

A escolha das condutas criminalizadas não é algo que acontece naturalmente, mas, ao contrário, depende das condições específicas de cada

sociedade, de suas relações de força, dos grupos que detêm o poder, de sua cultura. O crime remete a uma maneira específica de pensar a violência. O crime não é uma realidade natural, não existe por si mesmo, mas é algo socialmente construído. Isto mostra que o crime não é uma realidade em si, definida uma vez por todas, mas que a própria sociedade contribui para mudar esta definição no tempo e no espaço (CAPPI, 2016, p 107).

No entanto, com base na incorporação do argumento “*conduta ilegal é uma escolha pessoal*”, a repressão violenta é justificada pelos policiais no corpo criminoso: “foi a escolha dele, não foi a sociedade que empurrou ele. A sociedade pode ter empurrado ele pro abismo, mas ele se joga se ele quiser”. Nas suas narrativas, os policiais não parecem diferenciar o corpo criminoso do corpo suspeito, tampouco fazem uma reflexão sobre em quais corpos se encaixam e se fincam a etiqueta “criminoso”.

Os adolescentes jovens, por sua vez, entendem que a repressão violenta por parte da polícia – apesar de não concordarem com ela – pode ser uma consequência do adolescente jovem que “*escolheu o crime*”. Questionam-se sobre o que fazer para que o corpo suspeito não seja confundido com o corpo criminoso. Os adolescentes apontam alguns caminhos, como parecer “normal”, o que muitas vezes significa violentar suas subjetividades e desejos.

“*Vencer as barreiras*”, traçar histórias de superação parece ser o caminho - tanto para os adolescentes jovens, quanto para os policiais - para não fazer a “*escolha errada*”. Desta forma, apresentam as suas narrativas individuais apontando os esforços para fazer a “*escolha certa*” e os estigmas e violências sofridos que atravessam essa decisão. A incorporação do estigma gera uma sucessão de violências efetuadas pela sociedade. O crime é a violência manifestada pelo estigma.

4. “*ADOLESCENTES JOVENS RESISTENTES*” E “*POLICIAIS QUE DÁ ATÉ PRA FALAR*”: ONDE AS TRAJETÓRIAS SE CRUZAM

*Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos,
morrendo a vida, fodidos e mal pagos.
Que não são, embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais
da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata
(GALEANO, 2002)*

Neste capítulo, aprofundaremos a análise dos dados empíricos, apresentando as percepções dos adolescentes jovens e dos policiais sobre os processos de estigmatização das populações pobres, por meio do cruzamento das suas narrativas individuais e das tipificações juvenis construídas por ambos os grupos durante as oficinas.

Na primeira parte, serão apresentadas as narrativas individuais dos sujeitos participantes da pesquisa, para que possam se apresentar. Reforçamos aqui a importância de que as trajetórias dos sujeitos sejam apresentadas para que suas subjetividades – violentamente eliminadas pelos processos e mecanismos opressores da sociedade – possam ser vistas neste estudo.

Na segunda parte, nos deteremos na análise das percepções de adolescentes jovens e policiais sobre o processo de estigmatização da juventude moradora de bairros periféricos, identificando e contrapondo as narrativas de violência na relação entre eles. O que será feito por meio do cruzamento e análise das informações que emergiram a partir dos diversos instrumentos metodológicos utilizados (rodas de diálogo, oficinas, entrevistas individuais), tendo como referência as categorias centrais de análise: *Espaço Público como experiência de Risco; Marcas de Distinção Social e Juventude como Expressão de Identidades*, como citado no capítulo metodológico.

4.1. Christopher: “descobri que podia conhecer pessoas de uma forma diferente, sem brigar”

[Christopher] Não sei se quero participar. Tenho todos os dias da semana livres, mas vou pensar. Tenho muito pra falar sobre violência aqui em Itinga. Posso falar o quanto você quiser. Mas, não sei. Vou pensar.

[Bruna] Vou ficar muito feliz se você puder fazer parte deste grupo de pesquisa, Christopher. Mas, essa é uma decisão sua. Pense com carinho. Na semana que vem estarei aqui, no mesmo horário.

Esse foi o meu diálogo inicial com Christopher. Na semana seguinte, ele foi o primeiro a chegar à sede do CRAS e a me comunicar que gostaria de integrar o grupo. Na roda de conversa inicial, foi quem logo pediu para falar. Assim que terminei de me apresentar e tecer breves palavras sobre os objetivos da pesquisa, ele perguntou: “o que a senhora acha da polícia? Ela ajuda ou atrapalha?” Na roda, falou bastante sobre temas como preconceito racial, desigualdade social e violência policial, em uma fala bastante articulada e crítica.

A entrevista individual foi feita em uma sala de atendimento do CRAS. Sala pequena, com ar condicionado. Durou cerca de uma hora e meia. Christopher estava sentado em minha frente. Trazia uma feição triste e balbuciava poucas palavras. Ficou o tempo todo com o boné cobrindo o rosto. Perguntei se estava disposto a fazer a entrevista naquele dia, ou se preferia que eu voltasse em outro momento. “Quero”, balbuciou. Expliquei os objetivos da entrevista, reforçamos o acordo sobre o sigilo das identidades. Liguei o gravador. “Hoje é a data da morte de meu irmão”, disse, levantando o boné que lhe cobria os olhos. Respirei fundo. Começamos a entrevista.

A perda do irmão era tema recorrente na fala de Christopher, desde o primeiro encontro do grupo. Na nossa conversa inicial sobre juventude e violência, ele trouxe parte da história, sempre acompanhada de lágrimas e palavras engasgadas. No dia da entrevista individual falou com mais detalhes sobre sua relação com irmão e narrou a cena do seu assassinato. Foi preciso interromper a entrevista algumas vezes, para que o choro do adolescente jovem pudesse correr livremente.

Christopher, quase sempre, trazia um olhar triste. Ele é alto. Bem alto. Sua fala é firme. Com 20 anos, é o mais velho do grupo. Tem a pele negra e se autodeclara negro. Olhos escuros. Ombros ligeiramente curvados. Só o vi duas vezes sem boné e nunca o vi sem a camisa do seu time de futebol. Assim como também nunca o vi sem o seu celular, de onde

saiam as suas músicas prediletas. Na maioria dos encontros, sugeri a ele que começasse a atividade, apresentando a música para o grupo. No dia da sua entrevista individual, antes de narrar o episódio do assassinato do irmão, escutava no celular a canção “Só os loucos sabem”, de Charlie Brown Jr.:

Agora eu sei exatamente o que fazer/Bom recomeçar, poder contar com você/Pois eu me lembro de tudo, irmão/Eu estava lá também/Um homem quando está em paz/Não quer guerra com ninguém/Eu segurei minhas lágrimas/Pois não queria demonstrar a emoção/Já que estava ali só pra observar/E aprender um pouco mais sobre a percepção/Eles dizem que é impossível encontrar o amor/Sem perder a razão/Mas pra quem tem pensamento forte/O impossível é só questão de opinião/E disse os loucos sabem/Só os loucos sabem/Disso os loucos sabem/Só os loucos sabem/Toda positividade eu desejo a você/Pois precisamos disso nos dias de luta/O medo cega os nossos sonhos/O medo cega os nossos sonhos/Menina linda, eu quero morar na sua rua/Você deixou saudade/Você deixou saudade/Quero te ver outra vez/Quero te ver outra vez/Você deixou saudade/Agora eu sei exatamente o que fazer/Vou recomeçar, poder contar com você/Pois eu me lembro de tudo, irmão/Eu estava lá também/Um homem quando está em paz/Não quer guerra com ninguém.

Está sempre acompanhado de uma pasta de plástico, onde guarda os desenhos que faz. Tive acesso a essa pasta no dia da sua entrevista, quando retirou as folhas de ofício com os seus grafites desenhados. Pediu que fotografasse, um por um, enquanto explicava o significado de cada um deles. A maioria dos desenhos trazia nomes grafitados, que se referiam a pessoas da sua família: irmãos, mãe, sobrinhos. Um nome feminino era destaque em vários desenhos. Perguntei quem era. “Foi uma menina aí que eu gostei muito, mas já passou”, disse. Outros desenhos traziam escritos com mensagens de esperança e prosperidade.

Figura 2. Desenho feito por Cristopher



Fonte: Bruna Hercog (foto)

Eu praticamente ando em tudo que é lugar, eu me mostro mesmo triste, uma pessoa feliz, uma pessoa alegre. Não gosto de falar com ninguém lá da rua, eu passo, se me der vontade eu falo, se não, não falo, se der preu, assim, se me chamar pra conversar se eu tiver querendo conversar eu converso, prefiro manter a relação com a rua onde eu moro bem vamos dizer assim, bem curta, falo só o necessário, falo com o pessoal que meu irmão conversa, eu não confio em ninguém, só confio em minha mãe mesmo porque é meu sangue (Entrevista Jovem 1 – CRISTOPHER, 2015).

Cristopher nasceu em Salvador e morou com a mãe, o pai e três irmãos em um bairro da periferia até os oito anos, quando vieram para Itinga. Os pais se separaram. Hoje, mora com a mãe, um irmão e dois sobrinhos em um dos loteamentos do bairro. O padrasto – que conviveu com eles durante alguns anos – mora na casa ao lado. A separação aconteceu por conta dos problemas do padrasto com alcoolismo. Questiono se ele fazia algum tipo de tratamento para o alcoolismo, ao que ele responde encurtando a conversa: “cachaça não é saúde não, é escolha. É discaração. A vergonha que ele tem na cara é pouca”. Sua família é beneficiária do Programa Bolsa Família⁸⁰. A mãe é dona de casa. A relação com o pai é bastante distante, tanto emocional quanto financeiramente: ele não contribui com ajuda financeira, nem paga pensão alimentícia. Sobre as memórias de infância, diz:

Há tenho um bocado. Tem boas, tem ruins. A boa é que eu só ficava andando jogando bola lá, as brincadeiras de criança de antigamente. Só futebol. Não tinha tanta discriminação que nem hoje com certos policiais porque hoje você até jogando bola em alguns campos pode ser abordado. Antes não. Apesar de morar em um lugar que todo mundo fala que é boca quente, que lá é ruim, é perigoso, eu não sentia medo nenhum, até hoje quando vou lá, que o povo diz que é perigoso, mas eu não sinto medo [por “lá” refere-se ao bairro que morava em Salvador antes de mudar-se para Itinga]. Quando cheguei em Itinga, a única mudança que eu lembro é que minhas amizades aqui eu consegui tudo brigando. Brigando. É, na porrada. Os melhores amigos são assim. (Entrevista Jovem 1 – CRISTOPHER, 2015).

A paixão pelo futebol acompanha Christopher até hoje. Faz parte de uma Torcida Organizada (T.O) e não perde um jogo do seu “time do coração”. A camisa da T.O. é a sua marca protetora e sua marca de respeito, de legitimidade. O grafite também está entre as suas paixões. Da chegada em Itinga, conta que assim que chegou “fui logo me misturando com pessoas de má índole. Mas, é como se diz, é do jovem conhecer. Graças a Deus eu conheci e não me misturei”. Por “pessoas de má índole” refere-se a jovens inseridos nas dinâmicas do tráfico de drogas do bairro. Um dos seus irmãos trabalhava para o tráfico. Ele foi assassinado

⁸⁰ O Bolsa Família é um programa do Governo Federal criado em 2003 que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade social no Brasil.

na porta de casa. Christopher é o filho mais novo. O irmão que morreu deixou uma filha – à época a namorada dele estava grávida – que hoje está com um ano e meio. Christopher diz que a sobrinha “parece pra caramba com ele”.

Christopher assumiu para si, apesar de mais novo, a tarefa de cuidar do irmão e tentar “levá-lo para o lado bom”, pois, segundo ele, a mãe não sabia que o filho trabalhava para o tráfico de drogas. Em muitos momentos, foi ele quem socorreu o irmão de situações de risco e conta que evitou sua morte por pelo menos duas vezes. “Fiz escolhas diferente das de meu irmão, pra continuar vivo”, diz o adolescente jovem. Desde os 14 anos, ele concilia os estudos com o trabalho.

O primeiro “serviço” foi com carga e descarga de caminhão. Trabalhava pegando fardo de roupas. Era um trabalho que envolvia viagens e ele conseguiu colocar o irmão para trabalhar junto com ele e assim se afastar “das más companhias”. Por conta das viagens ele precisou deixar os estudos temporariamente, mas depois retornou. Ficou dois anos afastado da escola e não conseguiu finalizar o Ensino Médio.

Minha fama de colégio é muito boa [entoa a palavra “boa” em um tom irônico]. Porque eu brigo muito, tirando isso, só notas boas. Uma coisa que eu nunca deixei pra trás é nota boa. Gosto só de Português. Odeio Matemática. Num suporto Geografia. E não vou com a cara da História. Só de ser o melhor aluno da sala é uma coisa boa, se não fosse uma briga eu seria o melhor, assim me disseram. Os professores sempre me elogiaram, eu sempre fui atencioso, estudioso. Sempre pra frente. Só repetia o ano quando ficava na discarcação de não estudar (Entrevista Jovem 1 – CRISTOPHER, 2015).

Também já fez diversos tipos de “serviços”, como ajudante de pedreiro, caixa de mercado, garçom, entre outros. Foi levado por sua mãe ao SFCV/Projovem, para que tivesse “uma ocupação”. Mesmo tendo completado a idade de atendimento prevista pelo projeto, pediu para continuar a participar das atividades. Conta que foi o primeiro lugar que conseguiu fazer e manter amizades que não foram feitas “na base da porrada”.

Esse relacionamento entre o Projovem e eu é muito longo. Foi minha mãe que procurou, no momento eu não queria não. Eu era fechado pra conhecer pessoas. Aí depois que eu descobri que podia conhecer pessoas de uma forma diferente sem brigar, achei que ia ser melhor pra mim e pra amizade. Já pensou se eu tenho amigo de olho roxo e sabendo que fui eu que deixei roxo? Eu chamaria de amizade marcada (Entrevista Jovem 1 – CRISTOPHER, 2015).

Sobre a sua relação com a polícia em Itinga, Christopher diz: “Só me sinto seguro dentro de casa”. Reconhece que existem vários tipos de policiais e faz questão de ressaltar que

alguns agem dentro da lei, de forma correta e que “alguns até quando vêm que o jovem está indo pro lado errado, fala com os familiares”, mas traz uma série de relatos de situações em que se sentiu discriminado. Conta que é abordado frequentemente por policiais e muitas vezes de forma violenta. A situação na qual mais se sentiu discriminado pela polícia aconteceu quando tinha 17 anos e a bomboniere onde trabalhava foi assaltada:

Uma coisa que mais me marcou até hoje é que eu trabalhava numa bomboniere e o próprio dono da bomboniere olhou pra mim e falou que eu tinha dado o lugar de onde ele guardava o dinheiro dele. Ai isso me marcou e até hoje eu tenho raiva, mas não porque ele falou que fui eu que fiz, não porque ele me disse, mas porque ele falou e os policiais acreditaram nele. **Eu era menor de idade e já não tinha um rosto muito bonito pros policiais, então...** Ele falou que eu tinha roubado o dinheiro dele, **mas isso é parte da vida de quem quer viver honestamente.** [O que os policiais fizeram? Perguntei] ah, coisa boa, que nem os policiais hoje em dia fala né? A gente agiu dentro da lei. Dentro da lei pra eles foi parar o carro na frente da minha casa, invadir minha casa com arma em punho e procurar o ladrão chamado Cristopher. Quando me viu, eu era bem menor, olhou na minha cara e perguntou se eu era Cristopher eu falei sou. Eles falaram: mas eu tô procurando o vagabundo. O único Cristopher que existe nessa casa sou eu. Eles me levaram na viatura, na viatura não, num carro comum e queriam porque queriam o dinheiro, eu não tinha dinheiro nenhum pra dar e me levaram pra delegacia, chegando na delegacia eu já tava algemado. Ai eles me levaram pruma sala vazia e falaram que se eu não desse o dinheiro que eles iam eles iam quebrar meu cotovelo, eu fiquei quieto. Eles faziam a pergunta e eu respondia e quando eu respondia do meu modo, eles pegavam o saco e jogavam por cima do meu rosto e fazia eu ficar sem ar. Quanto mais eu gritava mais porrada no cotovelo eu levava. Mas isso até o delegado chegar. Era um conhecido de minha mãe, então, quando eu cheguei na sala do delegado, ele perguntou se eu fui agredido eu falei oxe, mais do que agredido, ele perguntou quem foi o policial, falei quem foi o policial e porque fui agredido e ele viu que eu não tinha nada a ver com o roubo, o dono da bomboniere inventou de querer retirar a queixa, eu falei que não precisava tirar a queixa não, que serviu de experiência pra mim, **depois de ter tomado porrada, minha porrada não vai ser tirada por ninguém** (Entrevista Jovem 1 – CRISTOPHER, 2015, grifos nossos).

No seu relato, Cristopher aponta para processos discriminatórios que se dão de diferentes formas e são cometidos por diferentes agentes sociais. Ele primeiro é acusado pelo seu patrão. Em seguida, é acusado e julgado pelos agentes do Estado, que antes de uma apuração do caso já o tratam como “vagabundo”. É incisivo em afirmar que a maior traição para ele foi os policiais terem acreditado no seu patrão. Em outros trechos da sua entrevista, Cristopher vai destacar que o grande problema da atuação policial é que, nas comunidades periféricas, os policiais não atuam em defesa da segurança dos cidadãos que moram lá, ao contrário, a presença da polícia é em grande parte das vezes uma ameaça. Para ele, “o medo

do jovem é de morrer. Se ele denuncia a violência da polícia, ele não tem proteção, a justiça não protege. Ele vai morrer. Se fala, morre”.

Após trazer alguns outros relatos sobre violência policial, Christopher termina sua entrevista dando uma sugestão para melhorar o problema da segurança pública no Brasil:

Uma sugestão que eu acho que todo mundo queria hoje em dia é que não houvesse policiais. Mas, se não houver policiais, não há segurança. Como eles dizem né? A segurança do governo. Eu simplesmente faria o quê? Tirava os policiais que já tenham a fama de ser um tipo de matador, de agressor, e colocaria outros policiais de boa índole que trabalha pela lei no lugar deles. Eu tiraria, eu baniria da lista do governo (Entrevista Jovem 1 – CRISTOPHER, 2015).

4.2 Jamerson: “me sinto mais adulto sabe, mais dono de mim”

[Jamerson] A pró da pesquisa chegou! A pró chegou!

[Bruna] Que ótimo! Vamos começar a atividade?

Fui recepcionada com animação por Jamerson, ao me avistar subindo a escada que leva à laje do CRAS onde realizamos os encontros da pesquisa. Durante a conversa inicial com todos os participantes do SFCV/Projovem, ele foi o primeiro a demonstrar interesse em fazer parte do grupo.

A entrevista individual foi feita em uma sala de atendimento do CRAS. Ficamos frente a frente. Expliquei os procedimentos da entrevista para ele, liguei o gravador e começamos a conversa. Estava atento às perguntas, mas não abandonou os fones de ouvido. “Não prefere desligar o celular e tirar esses fones, perguntei?”. Ele respondeu: “Não, tô te ouvindo pró, pode falar”. E assim fizemos a entrevista que teve cerca de uma hora de duração.

Jamerson é muito sorridente. Poucas vezes o vi sem seu sorriso peculiar. Sempre se mostrou muito afetuoso com a educadora do projeto, comigo e com os outros adolescentes. Quando começamos a nos encontrar ele tinha 19 anos. Completou 20 ao longo da pesquisa, momento que para ele foi muito significativo. “É se sentir mais adulto, sabe, dono de mim”. Tem estatura mediana, a pele negra e autodeclara-se pardo. Costuma vestir-se com camisetas de bandas de rock e usar um bracelete de couro, com rebites “estilo roqueiro”.

Nasceu em Salvador, num bairro de periferia. Quando ele tinha dois anos sua família se mudou para um bairro de Lauro de Freitas. Cerca de três anos depois mudaram-se para Itinga, onde moram até hoje. Sobre a mudança de bairro, conta que a saída foi motivada por um problema que a sua mãe teve com um traficante local. Precisou sair de lá, pois estava sendo ameaçada. Jamerson teve um tio que trabalhava para o tráfico e foi assassinado. Ele conta que o medo de ameaças e o medo da morte era algo constante e recorrente na sua memória de criança e adolescente.

Traficante de merda. Queria se vingar de minha mãe porque minha mãe alugou a casa dela. Aí esse traficante de merda ficou querendo matar minha mãe. Como é que uma pessoa com um revólver vê dois diabos na frente. Eles pensam que são os diabos, mas não, são uns anjos que ele viu na frente de minha mãe, viu todos os dois, quando viu foi dar um tiro e passou de raspão em minha mãe [ele me mostra em seu corpo o lugar onde foi o tiro: na altura do ombro direito] aí minha mãe pegou deu uma queixa nele. Eu falei mainha não vá, não vá, porque você sabe como é, espere pela mão de Deus, ela esperou, aí foi passou um dia a gente se mudou pra cá, minha vó ficou lá, quando a gente se mudou pra cá que veio ver tal traficante morreu na frente do filho e da mulé e aí eu fiquei assim ô que bom que eu não quero mais ver na minha frente, porque se eu visse eu matava. Mas como eu pedi na mão de Deus... Mas sentia raiva dele, sentia raiva dele mesmo (Entrevista Jovem 2 – JAMERSON, 2015).

Tem três irmãos, um de 18 e um de 11 anos, este mais novo do segundo casamento da mãe. A avó é uma referência importante para Jamerson. Como a mãe trabalha o dia todo fora de casa – ela é corretora de imóveis em Itinga – a avó, dona de casa, com 67 anos, tem um papel importante na criação e no cuidado dele e dos seus irmãos menores. Ela divide com a mãe o lugar de autoridade no seu espaço familiar. Seu pai é caminhoneiro. Separou-se da mãe dele quando ela ainda estava grávida. Ele só morou com o pai por um curto período de tempo quando já tinha 18 anos.

Meu pai? Eu fugi da casa dele. Aí fugi, fui de novo, tomei uma surra dele porque ele foi dizer que eu roubei o dinheiro de minha avó que tinha sido roubado aí eu disse a ele que não fui eu. Aí eu peguei a cadeira e piquei nele, mas ele segurou a cadeira e me deu um empurrão na caixa do peito que eu senti falta de ar, peguei minha roupa, minhas coisas, me dá meu transporte que eu vou embora daqui agora. Não cheguei a morar com ele e minha mãe. Ele é vivo, trabalha em caminhão. É caminhoneiro. Eu também vim trabalhar com caminhão, mas Bruna, sabe como é família quando alguém faz aniversário? Finge que não lembra que eu faço aniversário. Ele sabe qual é a data que eu nasci ele disse ‘eu esqueci meu filho’, aí eu desliguei na cara dele. Disse que tava ocupado, que ia trabalhar. **Eu disse a ele que ia esquecer que ele era meu pai.** Ele lá trabalhando com minha tia e eu aqui com minha mãe (Entrevista Jovem 2 – JAMERSON, 2015, grifos nossos).

Das memórias de infância, conta que gostava muito de brincar na rua e que podia ficar até uma hora da manhã “gastando”. Adorava andar de skate e patins. Mas, diz que hoje não tem mais espaço para a brincadeira, porque o seu objetivo é passar de ano. No momento da pesquisa, ele estava cursando o primeiro ano do Ensino Médio. Não está nos seus planos fazer uma faculdade porque a prioridade é trabalhar para ganhar dinheiro e ajudar em casa. Atualmente trabalha como ajudante de uma baiana de acarajé, mas conta que já fez serviços diversos como caixa de supermercado, ajudante de caminhoneiro, entre outros. Sua família é beneficiária do Programa Bolsa Família. Concilia a rotina de estudos e trabalho com o SFCV/Projovem desde 2013, quando foi levado pela mãe para se inscrever no Projeto. Jamerson lembra: “meus amigos falou pra minha mãe e minha mãe falou pra eu vim, que tinha um salário que a gente ganhava antigamente”.

Um marco da sua adolescência foi quando “virou roqueiro”. Processo que aconteceu quando tinha 17 anos e começou a escutar músicas de rock e a se vestir todo de preto. Foi a fase em que começou a beber e a fumar cigarro. Conta que no começo bebia muito, “até dizer chega”, mas que hoje diminuiu a quantidade de álcool e está parando de fumar. Conta que gosta de se vestir de preto e usar braceletes. Mas, que sofre preconceito dos outros jovens por conta disso, mas ele diz “prefiro que me critiquem por se roqueiro do que me chamar de pagodeiro”.

Jamerson diz não ter uma religião específica, mas esporadicamente acompanha a avó nos cultos das Testemunhas de Jeová⁸¹: “de vez em quando eu gosto, de vez em quando não, não vou com minha vó pra igreja porque sinto preguiça de ir”. Conta que não gosta muito de sair, mas diz que não perde o “rap que tem toda sexta-feira no Largo do Caranguejo”. Além do rock que é a sua paixão, também gosta de fazer grafite. “Se você for lá no Largo [do Caranguejo], você vai ver toda a pintura que eu faço, todos os detalhes no chão. Grafite consciente no balcão tem um nome diferente que eu botei”.

Na televisão, tem o hábito de assistir novelas da Rede Globo. Seus programas preferidos são Os Simpsons e a série de mangá Death Note. Nesta série, Jamerson diz se identificar com o protagonista: Light, um estudante de ensino médio que descobre um caderno sobrenatural no qual pode matar pessoas se os nomes forem escritos nele enquanto o portador

⁸¹Testemunhas de Jeová é uma religião cristão, fundada em 1869 nos Estados Unidos por Charles Taze Russel e tem a sua doutrina contida nas obras: “Estudos das Escrituras” e “Tradução do Novo Mundo das Escrituras” (CHEHAIBAR, 2010).

visualizar mentalmente o rosto de alguém que quer assassinar. A partir daí Light tenta eliminar todos os criminosos e criar um mundo onde não exista o mal e tornar-se o “deus do novo mundo”, mas seus planos são contrariados por L, um famoso detetive particular.

Assim como Light, em *Death Note*, Jamerson se diz destemido, reforça que não aceita injustiças e quando preciso enfrenta a polícia, sem medo, para fazer valer os seus direitos como cidadão.

Tem tantos jovens que quando passa policial, prende. Eu mesmo já tirei dois da cadeia já, porque eu já era de maior. Com meus 18 anos eu já me sentia de maior. Cheguei lá e disse que era meus irmãos e que eu ia chegar em casa e falar com minha mãe. Aí o policial liberou e disse que não queria mais ver os dois na frente dele. ‘Se ver, eu mato’, ele disse e eu respondi: ‘ó o respeito, porque a lei não é pra matar, a lei é pra prender. Então mate um dos meus irmãos que você vai ver o que é vingança’. Eu disse na cara dele que não tenho nenhum medo de policial (Entrevista Jovem 2 – JAMERSON, 2015).

Sobre sua relação com a polícia em Itinga, traz alguns casos onde foi abordado e destaca um deles:

Tinha quase 18 anos na primeira vez que fui abordado. Sabe o que é raiva? Minha lágrima desceu de raiva, porque eu não gosto de jeito nenhum de ser revistado. Ele bateu com força nas minhas bolas e eu fiquei assim ‘tá miserável, você vai ver!’. Aí eu me virei e vi o nome dele peguei fui no Balcão de Justiça e disse que tal policial, eu sei que a abordagem é normal, mas ele veio com toda força pra cima de mim, quase quebrava minha coluna. Ele usou violência. Fui abordado ali, perto da casa de minha tia, todo mundo vendo. Minha tia me deu dinheiro pra comprar biscoito e vi eles passando. Falaram pra mim: ‘o que é desgraça que você tá escondendo aí, sua miséria, sua desgraça’. Eu disse: ‘não tô escondendo nada. Só tava comendo biscoito’. Ele mandou eu encostar na parede e botar a mão pra trás. Eu de gaiato, continuei comendo o biscoito. A lágrima descendo de raiva. Aí veio minha tia de lá e disse que eu era sobrinho dela, que era normal, não usava droga nem nada, aí ele me liberou (Entrevista Jovem 2 – JAMERSON, 2015).

Nos seus relatos de contato com policiais, ele diz que começou a ser mais respeitado pela polícia quando fez 18 anos. E traz alguns casos:

A primeira vez que defendi ele [o irmão] foi uma vez que ele passou sem capacete na festa de São João e os homi enquadraram. Eu desci do carro e defendi ele. Disse ao policial que só porque ele tava sem capacete ele não podia dar um tapa na cabeça dele. Aí ele pegou e disse: ah porque ele tá sem capacete e documento na mão. Eu disse ao policial que a moto não tem documento e a segunda coisa é que ele é burro de esquecer o capacete. Aí eu disse que a moto era minha e que podia liberar, eu disse que a moto era minha, que era meu suor, aí ele disse: desculpa e eu disse: acho bom, pegue seu carro e se pique porque senão eu pego minha moto e vou no Balcão de Justiça. Quando ele ouviu justiça, imagine que ele se saiu, ele e os amigos dele e eu falei pra meu irmão: vá em casa e pegue a moto e o capacete. Se

eu tô em casa e os amigos vê você morto, ele falou: tá bom irmão – me chamou de irmão -, tá, vou em casa, quando foi em casa que voltou pegou o documento, aí foi de boa (Entrevista Jovem 2 – JAMERSON, 2015).

Sobre a caracterização do que seria um “elemento suspeito” para a polícia, Jamerson afirma que os policiais costumam observar se o corpo do jovem tem alguma marca que possa indicar que ele usa drogas: “se tem boca de quem fuma maconha, por exemplo, ou às vezes bota a lanterna no nariz pra ver se tá cheirando ou não”. Jamerson diz o que acha que deveria mudar na atuação policial para diminuir a violência contra os jovens: “rodar 24h, o dia todo e tipo não pegar pessoa inocente e só enquadrar e não bater, isso que deveria mudar”. Terminamos a entrevista com ele me fazendo um convite: “vá lá no Largo do Caranguejo ver toda minha pintura que faço no chão”.

4.3 Luna: “gosto de ser diferente, mas diferente do meu jeito”

[Luna] Eu quero participar, pode colocar meu nome aí na lista.

[Bruna] Se você preferir, pode me dar o nome depois.

Durante a conversa de apresentação da pesquisa, Luna disse que não tinha certeza se teria tempo para participar da pesquisa, mas que queria muito. Mesmo um pouco indecisa, deu o nome no mesmo dia. Não faltou a um encontro e era sempre bastante pontual.

A entrevista individual foi feita em uma sala de atendimento do CRAS. Antes de começarmos, enquanto eu explicava os procedimentos da entrevista, Luna colocava o celular perto do ar condicionado, “para tomar um arzinho gelado, Bruna. Tá calor!”. Ela me fez algumas perguntas sobre como eu ia usar a entrevista na pesquisa. Perguntou também: “como você vai organizar isso tudo pra virar o livro depois?”. Respondi: “sabe que eu ainda não sei, mas vou descobrir!”. Luna escolheu o melhor lugar para posicionar o gravador, “para a voz ficar perfeita” e começamos. Foi a entrevista mais curta, com pouco mais de trinta minutos de duração.

Eu sou fácil de fazer amigos, porém eu sou tímida, quando tô nervosa começo a falar sem parar, sou tímida moderada, odeio matemática, tava muito fraca, não filo aula, gosto de fazer os deveres. O que tiver achando errado eu falo para a professora. Quando entro na escola fico até terminar, não gosto de ficar mudando de colégio (Entrevista Jovem 3 – LUNA, 2015).

Luna é de poucas palavras. Fala baixinho. Tem opiniões firmes. Está sempre bastante produzida – com penteados novos, maquiagem, roupas coloridas. Define-se como “tímida moderada”. Com 14 anos, ela é a mais nova do grupo. Nasceu em Salvador e morou com a avó, num bairro localizado na periferia da cidade, até cerca de sete anos, quando a avó morreu e então ela foi morar em Itinga com o pai e a mãe, com quem vive até hoje. Luna tem mais cinco irmãos – três homens e duas mulheres -, todos mais velhos do que ela. São casados e moram em suas casas. A mãe trabalha em casa nos serviços domésticos e o pai trabalha com representação comercial. Quando era pequena, o pai e a mãe trabalhavam fora de casa e por isso a avó era quem cuidava da garota. Conta orgulhosa que “sou assim filha única na parte de morar” e tem um quarto só para ela. Diz que a relação com os pais é muito boa e que com a mãe tem mais abertura para conversar sobre o seu adolescer: “minha mãe é mais liberal, conversa sobre namorado, prevenções de doença, gravidez, tudo, tudo. Já meu pai quando a gente começa uma conversa mais pra adolescente, ele para logo, acho que pai é mais fechado mesmo né?”.

Luna nunca repetiu o ano e no momento da entrevista já havia sido aprovada para o 1º ano do Ensino Médio. Sempre estudou em escolas da rede municipal de ensino. Concilia os estudos com o projeto social. Está no Projovem há dois anos e começou a frequentar o projeto, pois pediu a mãe para matriculá-la quando ficou sabendo que iriam oferecer cursos gratuitos. Pelo projeto, já fez cursos de informática na Base Comunitária de Segurança de Itinga e de dança e ressalta:

Acho que posso usar os conhecimentos dos cursos para o trabalho. Vamos supor que vou colocar o currículo numa empresa e ele vai ver que eu tenho especialização, certificado e vai me escolher, claro, então vai me ajudar muito (Entrevista Jovem 3 – LUNA, 2015).

Luna, quando criança, tinha dúvidas entre seguir a carreira de modelo ou de bailarina:

Queria ser modelo, toda criança sonha em ser modelo, eu acho, aí minha mãe queria me inscrever num curso de bailarina porque eu via as meninas na televisão e eu queria fazer igual. Quando eu era menor ficava imitando e conseguia ficar na ponta do pé. Aí minha mãe queria me colocar na escola de bailarina de Carlinhos Brown, mas como era de graça, era muito difícil conseguir. Aí eu desisti, mas ainda hoje eu penso em ser modelo ou atriz, quando tem peça na escola parece que o personagem é eu, me empolgo na história, você fala uma coisa e já vem um filme na minha cabeça (Entrevista Jovem 3 – LUNA, 2015).

Agora, diz que tem outros planos para o futuro:

Eu penso em estudar alguma coisa que eu ganhe muito dinheiro e que não tenha matemática, porque tudo hoje tem matemática [...]. Acho que devia ter

mais possibilidade de emprego para aprendiz. Eu quero muito trabalhar como menor aprendiz, desde sempre eu quero, por agora queria trabalhar em qualquer coisa que me desse dinheiro porque o que quero mesmo é trabalhar (Entrevista Jovem 3 – LUNA, 2015).

Das memórias de infância, lembra da liberdade que tinha para brincar na rua e que adorava mexer em terra, jogar bola e brincar de boneca: “*Saía pra rua toda cheirosinha e voltava suja*”. Conta que quando tinha por volta de seis anos gostava de pegar escondido os sapatos e os vestidos da mãe e sair pela rua desfilando.

Pra mim ser adolescente é fazer suas escolhas, sabendo cair e levantar. Porque a gente ainda tá aprendendo. Não pode ter medo de mostrar quem você é. Hoje em dia vários adolescentes não têm medo de mostrar quem são porque as coisas estão sendo mais fáceis de conseguir, mas ainda tem muito preconceito. Às vezes você só quer ser quem você é não tentar ser os outros. **Eu sou uma menina que gosta de ser diferente, mas diferente do meu jeito**, não gosto de rosa - se bem que eu tenho muita coisa rosa. Eu sou pequenininha. Gosto de ser pequena, mas queria ser menor ainda. Eu gosto das coisas em mim, odeio mentira e falsidade. Quando não tô bem eu falo. Não consigo mentir, me sinto mal quando eu minto, não dá pra esconder (Entrevista Jovem 3 – LUNA, 2015, grifos nossos).

Sobre as paixões, uma é evidente: os olhos da garota brilham quando fala do ídolo, o jovem cantor canadense Justin Bieber. Entre os seus programas preferidos na televisão está a novela da Rede Globo, *Malhação*. Os atores preferidos são divididos em duas categorias: os mais velhos – Tarcísio Meira e Fernanda Montenegro – e os mais novos – Isabella Santoni, Rafael Vitti e Arthur Aguiar, Felipe Simas e Ana Julia e “quase todo o elenco de *Malhação*”. Assistir televisão é uma das diversões preferidas da garota, que também gosta de ir à praia, à sorveteria e ao shopping. Em Itinga, costuma encontrar as amigas no Largo do Caranguejo e na Praça de Lauro de Freitas. Nos finais de semana também vai com a família à missa na Igreja Católica.

Sobre sua relação com a polícia em Itinga, diz que:

Quando era pequena sempre gostava de polícia, achava normal, não achava esse bicho de sete cabeças não, mas nunca tive tanto contato assim com policiais. Aí cheguei na Base [*a Base Comunitária de Segurança onde ela faz aulas de informática*] e achei que ia ser chata a aula de informática, mas não foi, gostei e me inscrevi de novo pelo Projovem. Esse contato com os policiais não é como o povo fala, que policial é ruim e tal. Sempre me senti tranquila. Mas, entre os policias mesmo é óbvio que tem uns que são maus e outros que fazem o bem. Eu penso assim nem todo mundo é igual, como no mundo mesmo. Uns roubam, outros trabalham, mas a grande maioria se vende ao mau, dinheiro fácil (Entrevista Jovem 3 – LUNA, 2015).

Luna fala sobre injustiça, práticas corruptas por parte dos policiais e sobre o sistema judiciário. Aborda também as desigualdades sociais, que segundo ela, são as responsáveis pela diferença de atuação da polícia e do sistema judiciário em bairros populares e bairros de áreas de classes mais favorecidas.

Acho que a punição dos policiais que muitas vezes não é usada, ainda mais quando a vítima é de família humilde. Acho que justiça deve ser mais justa e a favor do certo, porque tem muito juiz que aceita propina, começando por aí, porque aí é a lei (Entrevista Jovem 3 – LUNA, 2015).

O povo da favela é oprimido diferente. Porque na favela existe facção e na classe mais alta existe máfia, mas os crimes são os mesmos (Entrevista Jovem 3 – LUNA, 2015, grifos nossos).

Mas, para a redução da violência e da criminalidade nos bairros periféricos, a garota acredita também que os jovens precisam mudar as suas condutas:

Acho que tem que mudar o caráter de muitos, a conscientização de cada um deles. E o maior problema hoje são as drogas. Porque hoje em dia o de 14 já tá sabendo matar e roubar, fazer tudo, enquanto tem uns querendo o melhor, outros que não tão nem ai, são desinteressados, não querem nada com a vida, não tão com nada, não dão valor a própria vida, porque eles sendo marginais eles põem a própria vida em risco. Oportunidade não falta em algumas famílias, em outras falta muito, mas acho que da maioria não falta, porque tá tendo alimentação, curso de graça. Se procurarem o melhor e mostrar pra família que tão melhores, vão ter mais aceitação da família. Isso vai também da cabeça fraca. Também tem a ver isso com a família deles, se a família aceita ou rejeita eles (Entrevista Jovem 3 – LUNA, 2015).

4.4 Léo: “não me sinto livre, me sinto um cidadão potencialmente enjaulado”

[Bruna] Gostaria que vocês se apresentassem, falassem o nome e um pouco sobre vocês.

[Léo] Sou Léo e estou no *front* pra proteger a sociedade.

Assim, o soldado se apresentou no nosso primeiro encontro. Ao final da conversa, me perguntou: “o que a senhora sentiu depois de ouvir tudo o que a gente falou aqui?”. Léo se referia às duas horas de conversa que tivemos com o grupo, nas quais os policiais relataram casos de agressão vividos na formação policial e reforçaram o preconceito da sociedade e da mídia contra eles.

A entrevista de Léo foi a mais longa de todas – com 2h10min de duração, rendeu 16 páginas transcritas. Foi realizada no Laboratório de Informática da Base Comunitária de Segurança. Ficamos sentados um na frente do outro durante toda a entrevista. Não tivemos

interrupções. O soldado estava sem o colete à prova de balas e não portava armas visíveis. Léo foi o primeiro soldado que entrevistei. Senti-me confortável ao entrevistá-lo, mais do que imaginava. À medida que o escutava, ia me dando conta de que estava conseguindo enxergá-lo para além da farda. Vi o menino “bagunceiro” no seu riso espontâneo e em suas mãos inquietas. Vi o menino “indignado” que relatava situações muito cruéis onde ele e a mãe foram vítimas de racismo. Também vi o policial que dizia reproduzir uma violência e um racismo para o qual não há como escapar. Escutei falas muito difíceis de digerir e era impossível ao escutá-lo deixar de lembrar os relatos de jovens e de mães que perderam seus filhos em decorrência da violência policial com os quais tenho me deparado ao longo da minha trajetória profissional, acadêmica e do meu ativismo em defesa dos direitos humanos.

Nos encontros, Léo costumava ser o mais falante do grupo. Sempre bem humorado e brincalhão. Tem a pele negra. Identifica-se como negro. Com 29 anos, é o mais novo do grupo dos policiais. Nasceu e foi criado em Salvador e sempre morou em bairros localizados na periferia da cidade. É fanático por futebol, diz que não perde um jogo do seu time. Tem três irmãos. Mora com a mãe e com um dos irmãos. Não tem filhos. Tem três sobrinhos, filhos da sua irmã. Foi criado pela mãe. Os pais se separaram quando ele ainda era bebê. Teve pouco contato com o pai. A mãe trabalha como empregada doméstica e faz outros “bicos” para aumentar a renda, como revender produtos cosméticos. Ela é casada com um policial militar.

Sobre o tempo de criança, diz: “Era mais livre, né? Costumo dizer que a gente ficava na rua até uma, duas horas da manhã batendo papo. Hoje não dá mais. A polícia passava e não abordava a gente”. Ele faz uma diferenciação do seu tempo de adolescente e do contexto atual, que acredita ser muito mais perigoso, pois “a bagunça dos jovens hoje é de outra forma: consumindo drogas, bebidas”. Narra-se como um “adolescente bagunceiro, daqueles bagunceiro mesmo, que quebrava tudo”. Quando lembra a sua época de adolescente jovem, Léo ressalta a liberdade e autonomia que tinha:

Aí o que mudava era assim, eu via muitos colegas que dependia dos pais, aí os pais perguntavam para onde ia. Eu não, eu tinha meu dinheiro no bolso e ia para onde eu queria. Minha mãe só queria saber a hora que eu ia voltar, se ia voltar. Eu era muito livre [...]. Cheguei a experimentar drogas. Experimentei maconha, cocaína, assim, em festa, de tá com as pessoas erradas, mas eu digo que não eram as pessoas erradas, porque fui eu, né? Ninguém me obrigou, porque bate a curiosidade e pá, aí, tem os efeitos negativos, **a periferia tá aí para mostrar isso: os caminhos que eu poderia levar se continuasse usando**. Acho que usei umas duas ou três vezes e depois disse, porra velho, não quero, principalmente porque a maconha deixava muito fedendo e aí socialmente eu não ia ser aceito. E eu tinha medo de minha mãe saber porque ia ser uma decepção muito grande. Aí parei,

continuei trabalhando. Eu digo sempre que tomei muita decisão sozinho na minha vida. Continuei o relacionamento, fiquei nove anos com essa pessoa. O trabalho me deu maturidade, a palavra certa é essa, me deu maturidade muito cedo (Entrevista Policial 1 – LÉO, 2015, grifos nossos).

A liberdade para ele estava atrelada ao fato de ainda aos 14 anos já ter um dinheiro seu, fruto dos “bicos” que fazia. Após perder três anos consecutivos na escola, começou a trabalhar para pagar o curso de férias – preparatório para fazer a prova de recuperação. Fez “bicos” como vendedor de cachorro quente, ajudante em feiras livres, funcionário de uma mercearia. Aos 16, recebeu uma proposta para trabalhar em uma empresa, de onde só saiu para entrar na Academia de Polícia Militar da Bahia. Aos 20 anos, conseguiu terminar o Ensino Médio.

Eu perdi de ano. Na época tinha curso de férias e como minha mãe ficou revoltada porque eu perdi, ela falou: você vai trabalhar para pagar o seu curso de férias. Aí fui trabalhar numa banca de cachorro quente. Quando tava na 7ª série comecei a trabalhar numa empresa. **Aí quando você começa a ganhar dinheiro, você acha que é dono do mundo. Resultado: perdi de ano.** No ano seguinte, eu abandonei, evadi, não fui mais (Entrevista Policial 1 – LÉO, 2015, grifos nossos).

Conta que nunca havia sonhado em ser policial e que a escolha da profissão foi pautada exclusivamente pelo “lado financeiro”. Por encontrar dificuldades em acessar o mercado de trabalho, decidiu prestar concurso para a polícia em busca de estabilidade.

Eu nunca sonhei em ser polícia na verdade. Eu tinha polícia em casa, meu padrasto, via como era, as mazelas e as benesses, mas o mercado de trabalho não me oferecia outras oportunidades. Se eu pegar os amigos do meu naipe, tenho amigos formados em publicidade, administração, eles não ganham o que eu ganho. Tem colega meu que tem cinco anos de formado e não tem um carro, uma moto. Eu já tenho carro e já tenho moto. Eu fui mais pelo lado financeiro. **Quando eu cheguei aqui parece que você enraíza, que seu sangue começa...** E eu gosto. Por acaso eu tô estudando pra sair da polícia. Não tenho mais a liberdade que eu tinha, eu não ando da forma que eu andava, eu ando assustado, eu ando com duas armas na cintura, eu ando de colete (Entrevista Policial 1 – LÉO, 2015, grifos nossos).

O soldado questiona a formação recebida na Academia de Polícia. Diz que não foi suficiente para se sentir preparado para atuar. Diz acreditar que os conteúdos teóricos não dialogam com a prática. Sobre o aumento constante da criminalidade, acreditar estar associado à impunidade característica do Brasil, principalmente dos órgãos judiciários e por conta deste cenário, bem como da falta de políticas de educação, saúde, moradia, a polícia acaba assumindo a função de combater a criminalidade, mas, na prática, os agentes não estariam

preparados para isso. Questiona o papel assumido pela polícia nos bairros periféricos: “o que acontece é a ausência de políticas públicas dentro da favela. A maioria desses jovens morre em confronto com os traficantes e **a polícia hoje tem feito o papel de segurança de boca de fumo** (grifos nossos)”.

Afirma que é preciso controlar a emoção para fazer um bom trabalho. Em vários momentos da entrevista, refere-se ao seu “excesso de emoção” como uma condicionante perigosa para a atuação policial. O “adolescente bagunceiro” deu lugar ao “policial emocionado”:

Era pra ter entrado [na Polícia] com 22 anos, mas eu até agradeço, porque se eu entrasse com 22 minha cabeça não seria a mesma. Teria feito besteira. Querendo ou não a gente tem, entre aspas, um poder, que a gente tá armado naquele lugar. É um *superstar* daquele lugar. Hoje eu tenho maturidade para saber o que é isso, não andar mais da forma que eu andava, com as amizades que eu andava, não são pessoas ruins, mas são **pessoas emocionais**, quer dizer eu disse antes que eu era um jovem baderneiro, eu era baderneiro mesmo, de bagunçar em festa, quebrar tudo, quer dizer **se eu tivesse essa maturidade com a arma na cintura eu estaria preso ou morto já**. (Entrevista Policial 1 – LÉO, 2015, grifos nossos).

Diz que a maior consequência de ter escolhido a carreira de policial é a perda da sua liberdade:

Eu não tenho mais a liberdade que eu tinha, não ando da forma que andava. Ando assustado, ano com duas armas na cintura, de colete [...]. A polícia proporciona que a gente não é livre. Eu não sou livre. A gente tem um estatuto que eu posso ser preso de uma hora pra outra. Na iniciativa privada isso não acontece nunca, você vai faltar, vai ser punido financeiramente, mas não vai ter privação de liberdade, então, por mais que eu goste, que eu não tenha vindo por amor, mas tenha amado o que eu faço, sempre peço que eu saia, mas enquanto eu fique que eu tenha dignidade para fazer da forma correta [...]. **Eu não me sinto livre, me sinto um cidadão potencialmente enjaulado** (Entrevista Policial 1 – LÉO, 2015, grifos nossos).

Sobre a juventude de Itinga, acredita que grande parte dos jovens do sexo masculino é de “envolvido” com drogas, seja por uso ou por tráfico. As causas desse “envolvimento” são atribuídas à ausência de políticas sociais e, principalmente, a falta de bases familiares. Mostra-se pessimista com a possibilidade de uma “recuperação” destes jovens: “de acreditar eu acredito, mas perpassa por várias coisas, por várias bases que não existem no município, primeiro família, segundo município”. Outro fator que levaria o jovem a se inserir na criminalidade, para ele, é o encantamento pelo universo do tráfico: “eles se iludem, é difícil tirar um cara hoje do tráfico que ganha R\$ 100 por dia para trabalhar 30 dias, ganhar um

salário mínimo”. Reforça em vários momentos da entrevista que ele, um **jovem negro de periferia** (grifo nosso) conseguiu se tornar um “cidadão de bem”.

Querendo ou não **o povo pobre é negro por questões de escravidão e abandono social e intelectual** que o povo negro sofreu desde que chegou ao Brasil e outras questões. Eu vi que minha vida ia tomar esse rumo [o da inserção nas dinâmicas do tráfico de drogas] e **eu mudei minha realidade dentro de mim**. Mesmo sem pai, sem mãe, sem professor pra cobrar. Então o que tem que internalizar no jovem hoje é: rapaz você é o senhor do seu destino, sua mãe vai lhe buscar na delegacia? É isso que você quer? Quando a gente pega um menino desse aí com arma e com droga, a mãe ainda vem aqui dizer que ele é inocente. Quer dizer, seu filho trabalha: não? E como seu filho tem um tênis desse de 400 reais? O pai e a mãe sabe tudo que acontece e não faz nada, não faz e hoje tá no cenário que tá. E é daí pra pior. (Entrevista Policial 1 – LÉO, 2015, grifos nossos).

Sobre a violência policial contra os jovens, acredita que:

A polícia não é sanguinária da forma que falam. O crime é sanguinário. As pessoas são sanguinárias. A gente pega situações de crimes aqui que os bandidos matam outros bandidos. Coisas bárbaras. Peguei outro dia o cara nu, amarrado no poste, e o outro espancando ele e era dívida de drogas. A gente chegou, os caras deram tiro na gente. As pessoas analisam o fato concreto. Foi um assassinato. Mataram um menino de 17 anos. Mas você não sabe o que aconteceu, não sabe o risco que aquele menino de 17 anos cria pra mim. **Não importa se tem 12, 13, 14 anos, se tiver armado e dando tiro nós vamos ter que reagir. É questão de defesa nossa, de preservação de nossa vida**. (Entrevista Policial 1 – LÉO, 2015, grifos nossos).

O soldado Léo diz não acreditar que exista um tipo suspeito. Para ele, o que existem são características e atitudes suspeitas:

No meu entendimento não tem indivíduo suspeito, existe **característica de um suspeito**, existe a forma dele agir, porque eu ouço muitos policiais parafraseando teorias lombrosianas⁸² do cara negro, com boné na cara, bermuda de marcas conhecidas pelo crime, eu acho que é mais **a atitude, a forma que o cara lhe olha**. (Entrevista Policial 1 – LÉO, 2015, grifos nossos).

Ao narrar sua adolescência jovem, identifica duas situações principais onde foi vítima de racismo:

Marquei com minha mãe no shopping para comprar um tênis. Ela chegou primeiro, ficou na loja e acho que comprou algumas coisas. Estávamos saindo da loja aí o segurança veio pra ela: senhora, vá devolver. Alguma coisa assim [sua mãe é negra?, perguntei] ela é mais clara que eu [ele

⁸²O soldado refere-se à Cesare Lombroso, considerado o criador da antropologia criminal e da Escola Positiva de Direito Penal. Na teoria positivista de Lombroso, o crime estaria relacionado a uma herança genética. Nos seus estudos deu grande valor às formações cranianas, classificando em fosseta occipital, braquicéfalo, plagiocéfalo, e examinou as deformidades fisionômicas como o tamanho das orelhas, mandíbulas etc.

respondeu]. Aí ele disse assim vá devolver o que a senhora pegou. Aí minha mãe disse não tô entendendo e ele: tá entendendo sim, aí pegou ela pelo braço. Eu já tinha acho que 20 e poucos anos, aí eu empurrei ele e disse: como é, não pegue em minha mãe assim não! Aí veio mais dois seguranças e me empurraram. Só que tinha um policial próximo e aí, não sei se ele era funcionário do shopping. Ele falou calma, ele tá falando que eu peguei, aí ele disse a senhora sabe o que a senhora tem que devolver. Minha mãe sentou no chão do shopping e disse: venha tomar aqui então! Para resolver a confusão, o policial conversou com ela e ela disse era esposa de policial e mostrou a nota de compra. Aí descemos pro módulo. Eu tava em pé e minha mãe sentada. Entrou um sargento da polícia. Aí eu sentei. Ele entrou e **nos tratou como marginais**. Chegou falando: quem foi que tava roubando aí? O policial falou que ninguém tava roubando, que minha mãe era esposa de um policial e tal. Aí ele ficou meio assim. Mandou a gente pra uma delegacia na Barra. Aí chegou lá minha mãe foi revistada, entrou numa sala, tirou a roupa tudo, mostrou a nota para provar que não tinha nada. Me revistaram também. Aí o cara, o segurança, era mais negro que eu disse que viu, que tinha câmara, ele falou na delegacia. Acho que foi o mais nítido de racismo que eu tive foi isso aí.

Tive problema com minha ex-sogra. Minha ex-esposa é branca, do cabelo liso e minha sogra não aceitava o relacionamento. Até hoje ela tá muito feliz porque eu terminei, porque ela dizia que não queria ter neto do cabelo duro. Mas ela me tratava na falsidade, primeiro ela disse que era porque eu era novo, comecei com minha ex-esposa eu tinha 27 e ela 29, terminei eu com 29 e ela com 32, depois alegou que era questões que eu era policial, que era perigoso. Depois ela revelou qual era o medo dela, [ela falou isso pra vc?, perguntei]. Pra mim não porque eu disse a minha ex-esposa que se ela falasse pra mim eu dava voz de prisão a ela, mas ela falava nas entrelinhas, tanto que passei três anos com minha ex-esposa e nunca tive uma relação boa com ela porque eu sabia a forma de pensar dela. Eu acho que **alguém que segrega alguém pela cor não deve nem ser levado a sério**. Foram os dois episódios mais contundentes, **o resto é velado, né?** O pessoal nunca diz o que é e te trata como se nada tivesse acontecendo. (Entrevista Policial 1 – LÉO, 2015, grifos nossos).

4.5 Luiz: “a polícia não aperta o gatilho sozinha”

[Luiz] A senhora fez aquelas oficinas do Programa Conjunto, não foi? Eu lembro da senhora.

[Bruna] Exatamente. Lembro de você também.

Luiz era o único do grupo que eu já conhecia. Ele havia participado das atividades de formação do Programa Conjunto da ONU “Segurança com Cidadania”, no qual participei como consultora de comunicação para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como já dito anteriormente. Luiz participou de duas ações⁸³ que,

⁸³As ações as quais se referem foram a Oficina Palavra de Polícia, com a atriz e poetisa Elisa Lucinda; o Curso de Policiamento Comunitário, com especialistas do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e o Papo de

segundo ele, foram muito importantes para mudar o seu olhar sobre a polícia e mudar a sua prática diária enquanto policial.

A entrevista individual durou pouco mais de uma hora. Começamos na Sala de Informática da Base e logo em seguida fomos remanejados para a sala do videomonitoramento⁸⁴. É uma sala bem pequena cercada de monitores que trazem as imagens registradas pelas câmeras de vigilância espalhadas pelo bairro de Itinga. Foi bastante desconfortável para mim fazer a entrevista naquele espaço. Sentia a sensação de que também estava sendo vigiada, monitorada, analisada. Com certeza essa sensação interferiu na condução da entrevista. Sentia que não conseguia entrar em alguns assuntos mais delicados. Luiz pareceu bastante à vontade durante toda a entrevista. Sem armas visíveis, sem colete e com o uniforme que utiliza quando faz as atividades nas escolas, falava pausadamente e parecia sempre escolher bem as palavras que ia usar.

Nos encontros em grupo, Luiz sempre foi muito participativo. Tem 31 anos.. Identifica-se como pardo. Nasceu em Salvador, em um bairro periférico. Passou parte da adolescência em um bairro da capital baiana que ele define como na fronteira entre periférico e de classe média. Começou a trabalhar ainda adolescente e conciliava os estudos com a função de ajudante em uma mercearia do bairro. Também fez “bicos” em oficinas mecânicas. Aos 17 anos, concluiu o Ensino Médio. Sempre estudou na rede pública de ensino. Possui licenciatura e especialização em História. Mora com os pais, em Salvador. Tem dois irmãos. A mãe trabalha como caixa de loja e o pai, como operador de máquinas.

Sobre a infância e a adolescência, diz: “posso dizer que tive uma base familiar bastante estruturada, apesar dos percalços posso dizer que a base família é tudo, foi o que me deu inúmeras transformações na minha vida”. Conta que quando tinha “16 pra 17 anos” estava muito preocupado com o futuro, “em ter uma boa casa, dignidade e tal”. Credita “às amigadas” algumas experimentações que vivenciou quando adolescente, como o uso de álcool e outras

Resposta, conduzido por policiais civis do Rio de Janeiro. As capacitações foram ministradas no âmbito das ações do Programa Interagencial da ONU “Segurança com Cidadania”, realizado em Lauro de Freitas (BA) entre os anos de 2002 e 2003. O Curso de Policiamento Comunitário teve como objetivo capacitar policiais militares, guardas municipais e lideranças comunitárias em práticas de policiamento comunitário, direitos humanos, entre outros temas. Já a Oficina Palavra de Polícia foi voltada para o mesmo público e conduzida pela atriz e poetisa Elisa Lucinda. Consistiu em uma semana de formação voltada para o estudo de textos poéticos, com um sarau final com recital de poesias feito pelos policiais (PNUD, 2013).

⁸⁴ A Base Comunitária de Itinga conta com dez câmeras de vigilância espalhadas por Itinga. Informações disponíveis em <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

drogas. Mas, diz que “a voz dos pais sempre falou mais alto” e era o que fazia ele “tomar as decisões certas”.

Diz: “nunca tive uma fase ruim na adolescência, período de rebeldia, eu nunca tive. Tive um irmão que passou por isso, de querer andar todo de preto, de querer ser roqueiro, mas graças a Deus passou”. Para se divertir, gostava muito de ir a shows de música. Não teve acesso ao cinema e ao teatro durante a infância e o começo da adolescência. Aos 17 anos, foi ao teatro pela primeira vez. Traz boas lembranças dos anos em que viveu no interior da Bahia, principalmente pela liberdade de ficar na rua e de ter o que chama de “uma vida mais tranquila”.

Reforçou que sua adolescência jovem foi marcada pela superação de “barreiras”, entre elas a pobreza, a convivência com a criminalidade no bairro onde vivia com a família, as poucas oportunidades de ensino de qualidade e de emprego, entre outros fatores. Destacou que essa superação só foi possível porque teve “uma base familiar bastante estruturada”.

Os professores sempre diziam pra gente. **Filho de pobre aos 17 anos tira carteira de trabalho e filho de rico tira carteira de habilitação.** Eu disse não, vou tirar os dois e consegui tirar. Quando cheguei na fase da adolescência, com 17, 18 anos, minha mãe me colocou na área de vendas, no comércio, aí que eu fui me desenvolver mais. Eu trabalhava o dia todo e estudava no cursinho a noite. Minha mãe sempre ficou nessa busca de **me deixar com a mente ocupada.** Posso dizer que tive uma base familiar estruturada, apesar dos percalços. (Entrevista Policial 2 – LUIZ, 2015, grifos nossos).

Com relação à escolha da carreira de policial, conta que buscava estabilidade financeira:

Eu tava na graduação e fiz dois concursos para a área de educação e um na área de segurança. Na minha família também tem histórico de vários militares e eu sempre procurei me identificar com primos e tio que são militares. Minha prima sempre me questionava porque eu não tentava o concurso da PM, pela questão de ter meu dinheiro certo, estabilidade e tal. Aí quando tava no período da graduação eu fiz o concurso e nem esperava ser chamado (Entrevista Policial 2 – LUIZ, 2015).

Ao falar sobre sua visão sobre a Polícia Militar diz que o tempo de formação dos policiais é muito rápido⁸⁵, o que impossibilita os policiais de estarem mais preparados

⁸⁵O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) é a instituição responsável pela formação dos policiais militares no Estado da Bahia. O curso tem duração de nove meses e aborda disciplinas teóricas e práticas - técnica policial militar, direitos humanos, tiro policial militar, legislação, policiamento ostensivo, noções de Direito, policiamento comunitário, entre outras. Informações disponíveis em: <<http://www.pm.ba.gov.br/>>. Acesso em 03 set. 2016.

tecnicamente. Entende que falta também um investimento maior no ensino dos conteúdos ligados à área de Ciências Humanas, o que poderia contribuir para uma atuação policial mais humanizada. Entre as recordações positivas do período de formação, estão as amizades com os colegas da Academia: “Nós fazemos muitas amizades. São 120 homens. Constituímos família mesmo de chegar um querendo o bem do outro. Um ajudava o outro no transporte, no lanche, na hora da dor que nós passávamos”, recordou. Muitos dos policiais que formaram com ele, estão hoje na Base Comunitária de Itinga, o que considera algo positivo, pois já há uma afinidade de grupo, o que, segundo ele, facilita o trabalho e diminui as tensões.

Conta que hoje está satisfeito por depois de ter passado por várias funções na PM – setor de telecomunicações; comandante da patrulha comunitária, entre outros - está na Base e atuando diretamente nas escolas, com crianças, adolescentes e jovens. Define-se como um “policial educador”. O seu desejo não é continuar na Polícia. Projeta para o futuro passar em outro concurso na área de educação e deixar a PM. A definição do ser policial está ligada a um cerceamento da própria liberdade, como aponta o relato abaixo:

Ser policial é você se **policiar** o tempo todo. É uma profissão árdua porque mesmo no período da folga, você tem que se **policiar**. Ao mesmo tempo que você oferece segurança pública, a gente sabe que deixa a desejar, tem uma carência de efetivo e às vezes o policial tem que fazer um serviço por fora, aí ele vem trabalhar meio sonolento, mas tá em busca de dar segurança para a família. A gente não pode se dar o luxo de frequentar qualquer bar, tem que se **policiar**, ao mesmo tempo a gente sabe da carência que é tá na área periférica, porque nossa base de tudo é a área periférica, é um babinha na comunidade, é um pagode na laje, mas ao mesmo tempo, a gente tem que se **policiar**, tem que ter cautela. (Entrevista Policial 2 – LUIZ, 2015, grifos nossos).

Sobre sua visão sobre a juventude de Itinga, Luiz acredita que os jovens criados em áreas periféricas muitas vezes não têm referências positivas para se espelhar no seu processo de amadurecimento e muitas vezes buscam nos líderes de facções criminosas esse lugar de admiração e respeito.

Às vezes o jovem tá em busca daquela referência, porque ele usa aquela roupa, às vezes, mas ele mesmo não tá sabendo o significado. Eu percebo isso na área periférica. Eu sou de área periférica [...]. Fui nascido e criado na periferia. **Via os métodos como a polícia chegava na área periférica e hoje eu procuro mudar um pouco mais disso.** Não estigmatizar... na minha época evitava andar sem camisa, ficar muito tempo na rua e procurava sempre andar no meio de pessoas boas, não ter como referência o traficante, mas, ao mesmo tempo que você ficava em busca de uma referência, você via a polícia chegar batendo nos jovens e tal. Mas, percebo ao longo dos anos uma mudança dentro da própria polícia, porque os policiais também vêm de zona periférica. Agora estão estudando mais, 80% da Corporação hoje tem

nível superior. Isso faz com que a sociedade ganhe, entendeu? Até na abordagem você percebe essa diferença, o modo de chegar, educação, boa tarde e tal, e por isso que quando eu cheguei a base dos 17 anos eu tive também o maior apoio de um professor de história que eu me identifiquei eu vi naquele professor como a referência que precisava para não desistir dos estudos. (Entrevista Policial 2 – LUIZ, 2015, grifos nossos).

Ao se referir aos adolescentes e jovens de Itinga, o soldado identifica dois principais fatores que poderiam garantir que eles não se envolvessem com a criminalidade: “ocupar a mente” e ter uma “família bem estruturada”. Para ele, “ocupar a mente” está associado à garantia de que os adolescentes e jovens participem de projetos sociais e culturais, que façam atividades físicas, “para que não fiquem na rua sem ter o que fazer”.

Sobre a violência policial contra adolescentes e jovens moradores de bairros periféricos, diz acreditar que:

A polícia não aperta o gatilho sozinha. Existe toda uma falha dentro do sistema. O policial não quer o confronto direto, **ele quer voltar para sua casa**, mas a partir do momento que todos os setores falham, acaba sobrando para a polícia, então quando ele aperta o gatilho, ele não aperta sozinho (Entrevista Policial 2 – LUIZ, 2015, grifos nossos).

Entre as falhas do sistema, o soldado destaca o tráfico de drogas e armas, decorrente da pouca fiscalização das fronteiras e a precariedade do sistema carcerário brasileiro. Acredita que a ausência do Estado e a adoção de uma política de segurança pública que não soluciona os problemas nas suas raízes estruturais, mas sim coloca os policiais que estão no *front* em uma situação de pressão constante. O resultado disso, para ele, é uma polícia doente, assustada e despreparada.

O problema de segurança pública não é só a polícia, tudo tem que funcionar, aí quando você chega na escola e o professor pede para a polícia resolver um problema com o aluno, que devia ter sido resolvido antes, ou quando você vê um cidadão de bem que tá em busca de atendimento médico em Itinga e agride o médico por que falta atendimento, claro que o profissional não tem culpa, mas o que precisa ser trabalhado são os pilares porque estamos caminhando para uma guerra e cada vez mais estamos perdendo nossos jovens para essa guerra (Entrevista Policial 2 – LUIZ, 2015).

Eu não sei quem ganha com essa guerra. Eu quero voltar para casa, para o meu lar. A partir do momento que você passa por uma troca de tiros, você não passa por um psicólogo, no outro dia você já tá no serviço normal, acaba criando uma coisa rotineira, faz com que também em sua maioria os policiais venham a entrar no alcoolismo. [...]. Tem parte de Itinga que parece uma cidade de plástico, uns barracos que só chega mesmo a polícia, acaba sendo até um atrativo, que sai todo mundo para olhar. **Ai quando a polícia chega, chega o policial. Poxa, eu também vim desse mundo, aí você percebe que a polícia tá doentia, tá cada vez mais se entregando ao álcool e tal,** porque

you place your head to sleep and work (Interview with Police Officer 2 – LUIZ, 2015, emphasis added).

On police suspicion, Luiz believes that what exists is a “prejudice ingrained in society” and explains:

When we go for an interview we receive the orientation of our service of telecommunications: individual of median stature, boné, and generally coincides with the stereotype bermuda, boné and tal. Here when we pass in the car we perceive up to the look of the individual that the person is startled, scared. Sometimes it is the community that passes the information for the service of telecommunications and talks about the characteristics of the individuals, here you perceive the **prejudice ingrained** in the society, type two blacks in the back of a Hilux cannot [...]. You identify yourself in that line of prejudice, **you are in your psychology**, as the society is portraying that individual. To say that two blacks in a Hilux cannot? It is not that (Interview with Police Officer 2 – LUIZ, 2015, emphasis added).

He affirms that as a police officer and as a citizen living in a peripheral neighborhood also suffers a series of prejudices:

In our neighborhood we are also stigmatized. The neighbor says that people have a suspicious attitude. Here you see that you also fit in that suspicious attitude, the place that you are frequenting, as you dress [...]. In the faculty when the professor talks about the police I stay with me thinking, damn, **police institution and police individual and no one knows how to separate** (Interview with Police Officer 2 – LUIZ, 2015, emphasis added).

4.6 Arthur: “entrei como soldado e só saio daqui aposentado ou se morrer aqui dentro”

[Arthur] Não sou muito de falar.

[Bruna] Tudo bem, Arthur. Fale quando se sentir confortável.

In the first encounter, the soldier Arthur was the one who spoke the least. He interacted little with the group. At the end, when I asked if they agreed to participate in the research, he nodded positively with his head and said: “estamos aí”.

During the activities in the group, he was the one who spoke the least – a behavior that was modified throughout the process, in a slow way. A nervous smile accompanied all his speeches. His arms, always crossed. The bulletproof vest was his faithful shield. His chest and the vest seemed to form a single body. He was the only one in the group who did not remove the vest during the meetings.

On the day of our individual interview, as was his habit, he was wearing the vest and weapons. His individual interview was held in the computer room of the Community Base.

Ficamos sentados um de frente para o outro durante uma hora, com apenas cinco minutos de intervalo para esticar as pernas e tomar um copo d'água. Sentia-me bastante tensa, intimidada e testada. Minha voz embargou durante vários momentos. Perdia-me nas perguntas, derrubei caneta, papel, bolsa. Estava visivelmente nervosa.

Cerca de meia hora após o início da entrevista, levantou-se, retirou o colete e pousou a arma em cima da mesa que estava ao seu lado. Éramos eu e ele, sem colete. Eu escutando, e ele, revelando facetas de sua intimidade, entre silêncios, risos nervosos e tapas na mesa. O gravador estava ali, entre nós, mas parecia não incomodá-lo.

Arthur tem 34 anos. Tem a pele branca e se identifica como branco. Nasceu e foi criado em Salvador. Começou sua apresentação contando: “tanto por parte de mãe, quanto por parte de pai, desde meus bisavós para cá, todos são policiais, tanto da polícia civil, quanto da polícia militar. Quem não é policial, geralmente tem alguma coisa a ver com a profissão, advogado, por exemplo”. O pai é Major e a irmã é Oficial da Polícia Militar. Passou parte da infância em um bairro de classe média em Salvador e chegou a morar em Itinga por pouco tempo. É casado e tem uma filha de 12 anos.

Cursou o ensino fundamental em uma escola particular e o Ensino Médio no Colégio Militar. Assim que terminou os estudos tentou o concurso para a Polícia Militar, mas não passou. Ingressou na universidade, mas não concluiu os estudos porque na segunda tentativa, passou no concurso para a Polícia e abandonou a faculdade para seguir a carreira policial. Hoje, diz que se arrepende de não ter concluído o ensino superior e pretende, em algum momento, cursar a faculdade de Direito para ter “um auxílio melhor para o trabalho e um conhecimento melhor”.

Sobre sua adolescência jovem traz referências do período que morou em Itinga – que foi mais curto – e em Salvador. Em Itinga, conta que: “meu pai não deixava ir para muito longe porque era perigoso. O histórico daqui sempre foi ruim. Basicamente não conheci muito o bairro. Por conta de eu estudar em escola particular ia sempre pros lados de Vilas do Atlântico, onde meus colegas moravam”.

A falta de medo foi uma marca da sua adolescência jovem: “com 15, 16 anos eu não tinha medo de nada, fazia tudo, tinha tudo na mão. Aprendi a dirigir com 11 anos. Com 15 eu já tinha carro, rodava por aí de Vectra. Sempre que podia pegava estrada e tal”. Destaca que teve uma adolescência muito livre, sempre com respaldo da família e que podia fazer o que

quisesse. Conta que como andava muito em festas, tinha uma rede grande de amigos. Desta etapa diz que se arrepende de ter herdado um vício que se estende pela via adulta: o cigarro. Conta que o hábito de “comer água”⁸⁶ também é começou na adolescência e ainda hoje o acompanha, principalmente aos finais de semana.

Ia pra muita festa também. Lembro muito que teve uma época que chegava assim, na segunda-feira e falava: - meu pai me dê um dinheiro que eu vou pruma festa e ele - tome, no outro dia acordava cedo e ia pra escola, dormia de tarde. Chegava terça pedia de novo, ia na terça, quarta, quinta. Eu passei acho que uns seis meses emendando festa, era só isso, não fazia mais nada. Meu pai dizia: - tem horário pra chegar viu moço. No mês que lançou o primeiro celular, ganhei o meu PT 350. Passou seis meses, ganhei um modelo mais novo. Rapaz, eu sempre tive tudo, total suporte da família. Não tive mais na realidade porque eu não quis. Eu tive tudo o que eu quis a vida inteira. Não me queixo de nada não (Entrevista Policial 3 – ARTHUR, 2015).

Com relação à escolha da profissão, diz: “acho que não foi nem decisão, velho, sempre tive no meio de militar na verdade”. Não se vê trabalhando em outra coisa: “eu entrei como soldado e só saio daqui aposentado ou se eu morrer aqui dentro. Não saio daqui não. Vou passar meus 30 anos aqui”. Entre seus planos, está fazer uma capacitação da Rondesp⁸⁷ e um curso de operação tática do Batalhão de Choque. Diz que acredita que por conta da sua idade e condicionamento físico não tem mais condição de ser Caveira⁸⁸.

Antes de ingressar na Polícia, teve apenas uma experiência de trabalho, aos 24 anos, numa prefeitura, onde realizava algumas funções de escritório. Na adolescência não precisou trabalhar, pois recebia mesada do pai. Mesmo assim, conta que fazia alguns “bicos”, em oficinas mecânicas, por exemplo, para conseguir um “dinheiro a mais para curtir nas festas”.

Sobre o período de formação de soldado na Academia da Polícia Militar da Bahia, diz ter tido “nove meses de sofrimento” de um “treinamento intenso e diferenciado”:

⁸⁶ “Comer água” é uma expressão muito utilizada na Bahia e significa ingerir bebida alcoólica em grande quantidade.

⁸⁷ Rondas Especiais da Polícia Militar (Rondesp).

⁸⁸ O soldado refere-se ao Batalhão de Operações Especiais (BOPE), cujo símbolo é uma caveira com uma faca que a atravessa. Informações disponíveis em: <http://www.bopeoficial.com/valores/simbolo/>. Acesso em 03 set 2016.

Todos os policiais que trabalham nessa unidade⁸⁹ tem o treinamento mais intenso e diferenciado. É treinamento melhorado, armamento melhor, tudo melhorado em relação a unidade de área. Aí, no caso, todos os instrutores de lá tinham o curso do COE⁹⁰, do Batalhão de Choque. Tinham o curso de Caveira, hoje BOPE. Aí eu, novo, recém-chegado, tomei pau. Acho que tomei murro na cara umas três ou quatro vezes. Fui levado à exaustão não sei nem quantas vezes. Teve uma vez que botaram pra gente correr acho que foram 20 km no sol quente de meio dia. Mas, hoje, tenho até saudade. **Acho que sou meio masoquista!** Ai, meu Deus! [começou a gargalhar]. Todos os policiais deviam ter o curso de formação que eu tive. **Hoje, 95% das pessoas entram na PM para ser funcionário público. Não pode.** Sei de policiais que formam hoje e não dão um tiro. Não sabem nem manusear o armamento (Entrevista Policial 3 – ARTHUR, 2015, grifos nossos).

As agressões físicas, segundo Arthur, começaram no primeiro dia de aula, e, para ele, o fato de ser filho do Major fez com que os instrutores “pegassem pesado”:

No primeiro dia de aula, não sei nem como cheguei em casa. O comandante deu as instruções e começou o traquejo físico, teve um bocado de coisa, tomei um bocado de pau, todo mundo tomou também. Sei que lá pras onze horas da noite, liberou minha turma pra todo mundo ir pra casa e se apresentar no outro dia 6h da manhã. Perdi meia hora dentro do carro porque não conseguia estender o braço de tanto fazer apoio. Quando consegui dirigir, fui pra casa. Quando cheguei, parei o carro na garagem do meu prédio ai passei mais meia hora na garagem chorando porque eu não conseguia sair do carro. Quando cheguei no apartamento, minha esposa perguntou: - o que foi que aconteceu rapaz, tá todo sujo, roupa rasgada, todo roxo? Eu disse que não tinha acontecido nada. Passei mais meia hora no banheiro chorando. Minha esposa ligou pro meu pai. Ele foi com minha mãe lá pra casa. Meu pai me deu um remédio. Gelol, Dorflex, a porra toda. Ele falou pra mim: e aí, velhão, como foi? Eu falei, foi isso isso e isso. Ele disse: quer que eu te transfira? Eu disse: quero. Ele disse: não vou pedir não e você vai formar lá naquela porra. Qualquer coisa se você achar injusto eu falo com o comandante, mas segure sua porra e não peça pra sair, e tem mais a porra vai piorar pro seu lado. **Porque eu conheço o comandante e ele é sádico. Aí eu disse: beleza, tô no lugar certo então.** Acabei passando um bocado de dificuldade lá. Tomei seis meses de cadeia, a gente chama assim porque é sem direito a sair no fim de semana. Tudo isso como punição, não era assim para todo mundo. Punição por algo que eu não tinha nem feito. Tomei cadeia também. Fui preso, levado para o presídio do Batalhão de Choque. Fui acusado de desobediência de uma ordem de um superior, de uma ordem direta legal, só que não era. Armaram para mim também. Ainda como aluno. Botaram armamento em minha mochila. A gente não tinha direito de ter

⁸⁹ Para preservar a identidade do policial, bem como por não ser foco desta pesquisa investigar o processo de formação dos soldados, optamos – em todos os relatos - por não revelar o nome das unidades de formação onde os policiais militares escutados neste estudo foram formados, nem qualquer outra informação que possa identificá-los.

⁹⁰ Comando de Operações Especiais (COE).

arma. Fizeram revista e acharam uma faca e uma pistolazinha pequena dentro da minha mochila e ai me deram voz de prisão, me algemaram. E aí fizeram toda aquela simulação da Corregedoria e tal. E me levaram e me jogaram no presídio do Choque. Fiquei um dia só. Disseram que só fizeram isso para saber se eu era filhinho de papai mesmo ou se eu merecia tá ali. Porque eu era filho do Major. **E por aí vai. Aí é isso aí. Normal. Em nenhum momento pensei em desistir. Uma coisa eu sei, ninguém vai me matar. Podem me bater, podem fazer a merda que for. Morrer aqui eu não vou. Pelo menos eu acho que eu não vou** (Entrevista Policial 3 – ARTHUR, 2015, grifos nossos).

O soldado recorre ao filme *Tropa de Elite* para resumir as inúmeras violências físicas e psicológicas que teria passado durante a formação: “meu curso foi naquela pegada. Aquilo ali foi meu curso de formação de soldado. Eu paguei aquele vexame. É nessa pegada mesmo. É tapa na cara. Murro na cara. Choque na língua. Rapaz eu tomei foi pouco choque com arma de choque. Tomei tiro de 13. Que mais meu Deus? Sei lá, foi tanta coisa”. Quando se formou, foi direcionado para a Base Comunitária de Segurança de Itinga.

Diz acreditar que para ser um bom policial é preciso trabalhar sem medo. “Eu mesmo, meu Deus do céu, já perdi as contas de quantas ameaças de morte já recebi aqui nessa Itinga, eu e minha família, e não tô nem aí. Faço meu trabalho e um abraço. Saio daqui, vou pra minha casa”, conta. Ser um bom policial, para ele, envolve saber lidar com as restrições que a profissão acarreta – como não poder circular em qualquer lugar, evitar que a esposa e a filha frequentem determinados lugares – mas, acima de tudo, não ter medo de ir para o *front*.

Um “bom policial” não pode “fazer vista grossa, ficar no macete⁹¹”. Diz que saber atuar na repressão é o que faz um bom policial. Já um “mau policial” é aquele “acomodado, que não quer se expor, é parasita do Estado. Todo dia chega atrasado, quer sair mais cedo, não dá apoio aos colegas em nenhum tipo de ocorrência”. Em alguns momentos da entrevista disse que não gostaria que acabasse: “aqui na entrevista tá tomando meu tempo. Legal, a melhor coisa do trabalho hoje (risos)”.

Sobre a juventude de Itinga, diz que tem dois tipos de jovens: “aqueles que vão ter um futuro muito bom, porque estuda, vai pra escola, é esforçado” e os “que não têm estrutura familiar e não quer saber de nada”:

⁹¹ “Fazer vista grossa” e “ficar no macete” são duas gírias baianas que neste contexto querem dizer: fingir que não viu, omitir a ação, não se expor a uma determinada situação.

Aqui em Itinga tem muito jovem que vai ter um futuro muito bom, entendeu? Tem muita gente aqui que estuda mesmo, vai pra escola, é esforçado. Até aqui na Base vem um monte procurando curso disso, daquilo. Mas, a quantidade de jovem que não tem uma estrutura familiar e não quer saber de nada é esmagadora. Não tem jeito [...]. Tem cidadão que eu passo e tá na rua o dia inteiro, não vejo bem botar uma farda de escola uma criatura dessa [...] Eu tive todas as minhas facilidades. Poderia tá atendo até hoje, mas corro atrás do meu. Não sei o que passa na cabeça dessa galera (Entrevista Policial 3 – ARTHUR, 2015).

A identificação de um elemento suspeito, para o soldado Arthur, está ligada ao comportamento, como aponta esta fala:

Eu, eu...eu trabalho muito com comportamento. Acho que a pessoa, ela... bem, ninguém assim é uma pessoa suspeita, o negócio é o comportamento da pessoa. Você tá passando, aí a pessoa abaixa a cabeça, olha pro lado, começa a ficar nervoso, aborda. Pode não ter nada, aborda. Se o colega tiver alguma dúvida, porra velho, acho que aquele cara. Aborda. Se não tiver nada, não vai perder nada. Graças a Deus hoje tô numa guarnição que gosta de trabalhar. Acredito que numa média a gente faz pelo menos umas 50 abordagens por dia, só na minha viatura e só na região de Itinga. Tem dias que você roda, roda, roda, e não tem nada, mas em média, são umas 50 (Entrevista Policial 3 – ARTHUR, 2015).

Arthur diz que nunca passou por nenhuma situação na qual tenha se sentido discriminado, a não ser dentro da própria Polícia, pelo fato de ser filho de um Major. Outro fator apontado pelo soldado são as diferenças das consequências das abordagens para os policiais. Essas diferentes consequências influenciam a postura do policial diante da escolha em abordar ou não abordar determinada pessoa. O soldado afirma que abordar uma pessoa num carro importado, bem-vestida, pode significar o risco de estar abordando alguém que pode ser influente (ligado a algum político, filho/a de algum Oficial), o que pode comprometer o policial que está à frente da operação.

A gente aborda carro importado, carro velho, tudo, tudo. Já prendemos carro importado de Juiz aqui. Predemos filho de vereador. Enquadramos a filha de uma vereadora com documento do carro atrasado. Aí dá uma repercussão danada. Você vê como é a polícia, a influência política. Antes de o carro chegar no pátio, o comandante da unidade já tinha ligado pra saber qual for a guarnição que alterou para a filha da vereadora. Foi uma zuada retada meu Deus do céu. E se ela passar de novo, tá errada. Vai ser enquadrada (Entrevista Policial 3 – ARTHUR, 2015).

Apesar de mostrar um descontentamento pelo fato de ficar submetido às relações políticas que seus superiores na Polícia estabelecem com os políticos, também se mostra incomodado com o fato de as “pessoas comuns” (aquelas que não têm influencias políticas)

estarem cada vez mais “cheia de direitos”, o que, segundo ele, muitas vezes geram acusações infundadas que levam a punição indevida de policiais.

Todo mundo hoje é cheio de direito, ninguém quer ter obrigação. Você vai fazer a abordagem ao vagabundo, ele tá cheio de direitos. Vai fazer uma abordagem a um cidadão de bem, ele tá cheio de direito também porque é cidadão de bem e não pode ser abordado. E não é assim. Pra você ter direito, você tem que saber de suas obrigações. A primeira obrigação que você deve saber é: uma ordem legal é para ser cumprida. Se desobedece, tá cometendo um crime de desobediência. Se desobedeceu, delegacia. Acabou. Não tem o que discutir. Você não vai obedecer ou vai obedecer e depois vai dar queixa e relatar os fatos a autoridade. Se o policial chegar e te der uma ordem legal aí na hora, por medo, você vai lá e obedece, mas depois vai na Corregedoria e denúncia o policial. Você não vai obedecer se for ilegal. Agora uma ordem legal tem que ser cumprida. E no caso, hoje, o pessoal não sabe quais são suas obrigações, todo mundo acha que tem muito direito. O cara acha que tem direito, aí pega uma guarnição de polícia e vai fazer a abordagem, aí vem alguém e diz que tem direito de filmar, aí o vagabundo diz que tem direito, que você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo (Entrevista Policial 3 – ARTHUR, 2015).

Sobre o alto índice de homicídios de jovens negros moradores de bairros periféricos, o soldado credita à morosidade e impunidade principalmente do sistema judiciário e às dinâmicas do crime organizado, que faz com que os jovens se matem entre si ou sejam assassinados por traficantes.

Essa situação só vai piorar. Vai piorar muito. Vai aumentar bastante porque, a grande maioria dos crimes envolve tráfico de drogas. Não tem jeito, você vive num estado que 80% da população que é morta é negra. Tudo bem, mas 90% da população é de negro então pra mim não justifica, pega a pesquisa, amasse e jogue fora. Seria diferente se eu tivesse no Rio Grande do Sul que a população é maioria branca. [a morte de jovens negros moradores das periferias] Vai piorar muito porque você prende o marginal, você prende quem tá cometendo o ilícito, o cara sai para responder em liberdade primeiro do que o policial na delegacia. Não existe lei hoje no país, todo mundo faz o que quer. Não tem punição, todo mundo pode fazer o que quer, tá cheio de direito e é isso aí. Você prende o mesmo cara uma, duas, três, quatro, seis vezes. A mesma pessoa pelo mesmo crime. Eu já cheguei a prender três vezes em um mesmo mês o mesmo cara por roubo de celular. E as três vezes no mesmo mês e as três vezes o cara saiu primeiro do que eu na delegacia, na quarta vez eu vou prender esse cara pra que, pra ter trabalho, pra ficar 4 a 5 horas numa delegacia para depois eu ter que preencher relatório, um monte de coisa e o cara livre. E ainda corre o risco de ter manifestação da população na frente da Companhia da Polícia pra soltar traficante (Entrevista Policial 3 – ARTHUR, 2015).

Arthur afirma que para resolver o problema da violência no Brasil, é preciso endurecer o Código Penal e combater o consumo de drogas: “eu acho que tem que endurecer a lei mesmo. Acho que tinha que voltar a época da Ditadura. Não vai mudar o país do jeito que tá. Cada dia que passa você vê vagabundo ganhando mais direito”.

4.7 Maia: “nosso olhar é treinado para abordar”

[Maia] Tudo bem? Sou Maia. E vou apoiar o Capitão nas atividades da pesquisa.

[Bruna] Muito prazer, Maia. Tenho certeza que vamos fazer um trabalho muito bacana. Agradeço desde já pela colaboração.

Comecei o diálogo com Maia antes de compormos o grupo da pesquisa. Ela foi indicada pelo Capitão da Base para ser a pessoa de referência durante o trabalho de pesquisa. O primeiro encontro foi feito com ela e com o Capitão. Logo de imediato, notamos duas identificações: éramos mulheres, em um espaço majoritariamente masculino e éramos universitárias, ambas em cursos de Ciências Humanas.

Foi Maia quem organizou as escalas dos policiais e possibilitou que os encontros acontecessem. Com ela dialoguei sobre os rumos da pesquisa, apresentei os primeiros resultados, pensamos juntas em estratégias para redirecionar as atividades previamente planejadas, sempre que algum imprevisto ocorria. A comunicação era bastante rápida e facilitada pelas redes sociais. O uso da ferramenta *WhatsApp* cumpriu um papel interessante no processo de pesquisa. Através dela foi possível estabelecer comunicações diretas, evitando que algumas burocracias hierárquicas atrapalhassem o fluxo dos encontros. Houve, também, uma maior horizontalidade nas comunicações, o que auxiliou na formação de vínculos entre pesquisadora e sujeitos pesquisantes.

A entrevista individual foi feita na sala da coordenação do setor de projetos da Base. Ao lado da mesa com o computador, empilhavam-se muitos presentes que seriam entregues às crianças do bairro na festa do Dia das Crianças que estava sendo organizada pelos policiais. Havia um clima leve na entrevista, sem tensão. Em alguns momentos, éramos interrompidas por soldados que entravam na sala para buscar alguma coisa, ou fazer alguma pergunta a soldado. O Capitão entrou em um determinado momento e me disse para ficar à vontade para realizar o trabalho.

Maia era a única mulher do grupo. Entre o efetivo da Base, era ela e mais uma soldado, num conjunto de cerca de 80 policiais. Com 32 anos, tem seis anos na corporação. Nasceu e

viveu em um bairro da periferia de Salvador até os 28 anos, quando casou. Não tem filhos. Antes de casar morava com os pais e dois irmãos. O pai, mestre de obras e a mãe concluiu o Ensino Médio, mas não cursou o ensino superior, pois assumiu os cuidados da casa e dos filhos. Maia estudou em uma escola particular do bairro onde morava e o Ensino Médio cursou na rede pública de ensino. Graduou-se em Sociologia e chegou a lecionar, mas deixou a função quando foi aprovada no concurso da Polícia Militar da Bahia e decidiu prestar.

Sobre a infância, Maia diz que tem saudade porque naquela época as crianças eram mais livres, brincavam na rua e que não havia uma sensação de insegurança como a que se tem nos dias atuais: “a principal diferença era poder brincar na rua. Era a possibilidade de ter amigos fora da escola, hoje você vive murado”. Recorda:

Eu brincava de tudo, de bola, de gude. Eu tinha gude, brincava de tudo, sem preconceito. Menino empinava arraia e outras brincadeiras que existiam. Os adultos participavam desse processo, para ensinar as músicas que os avós cantavam. A gente tinha esse contato com o mundo adulto para além do pai e da mãe. Tinham muitas festas na rua, dia das crianças era comemorado. E isso faz parte da construção da sua identidade, de pertencer ao espaço, de respeitar aquele espaço. Isso pra mim é importante pra formação e se perdeu muito (Entrevista Policial 4 – MAIA, 2015).

Reforça também a importância da estrutura familiar na construção dos valores das crianças e destaca que em sua casa teve uma “criação rígida, mas não tão severa” e atribui a este modelo de educação recebida em casa o fato de ter conseguido se estruturar, escolher uma profissão e ter sua independência financeira.

Lembro que minha mãe era muito rígida, mas foi até bom. Hoje quando eu lido com os pais dos alunos que a gente atende, eles não conseguem acompanhar o seu filho, não olham o material escolar, não olham o caderno, não verificam, não fazem o acompanhamento que os meus pais faziam, mesmo cansados, chegando tarde do trabalho. Eu se chegasse em casa com um lápis diferente era problema na certa, ela media meu lápis. Se eu quebrasse a ponta, preferia pedir emprestado, se eu chegasse em casa com um lápis de um tamanho diferente tinha problema. Era um mecanismo de controle diário [...] Hoje temos uma geração de pais que não sabem como dar limite, que deixam soltas crianças. Fico imaginando porque a gente se perdeu enquanto geração (Entrevista Policial 4 – MAIA, 2015).

A adolescência jovem é recordada por boas lembranças:

Brinquei na rua até os 15 anos, de corda, de elástico. A minha lembrança da fase de transição de jovem para adulta era a de estudar também. Estudei e fiz o ensino médio no centro da cidade. Ali foi minha emancipação. Pegava ônibus sozinha. Minhas tardes eram na biblioteca central, fui descobrindo o mundo da leitura, foi quando fui para o ensino médio. Foi a primeira vez que

fui ao teatro (TCA). Sempre tive nota boa [...] No interior, era na roça, subir em árvore e brincar. É uma referência boa. Por causa da criminalidade, perdemos uma geração de não se permite as crianças serem crianças (Entrevista Policial 4 – MAIA, 2015).

Conta que a sua maior preocupação era conseguir passar no vestibular. Nunca repetiu o ano. Concluiu o Ensino Médio com 17 anos. É a segunda da sua família a conseguir concluir o Ensino Superior. Sobre a escolha da carreira policial, conta:

Resolvi encarar o desafio e por incrível que pareça quebrou assim alguns paradigmas, foi possível ver outro lado. E tá numa fase assim que a Polícia está se repensando. Talvez tenha entrado em uma fase boa, essa parte de se repensar enquanto instituição. Não sei como seria se eu tivesse entrado há 10 anos atrás. Achava que ia passar uma chuva e fiquei seis anos. [...] Meu tio é soldado de polícia. Não me incentivou muito. Ele morria de medo de eu ser policial. Não era meu sonho ser policial, nunca me imaginei. [...] Foi o concurso que deu para fazer (Entrevista Policial 4 – MAIA, 2015).

Maia diz acreditar que está vivendo o que chama de “um outro momento da Polícia”, marcado por mudanças estruturais na instituição. Diz que a Polícia precisa ser modificada em seus valores, princípios e práticas. Conta que a sua turma de formação foi a primeira a receber o curso de Policiamento Comunitário. Cita como exemplo de mudança desse paradigma a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). “Foi a época de discussão e até hoje estamos caminhando pra tentar não só modificar, mas se pensar enquanto instituição: qual o papel da polícia em nossa sociedade”, diz a soldado.

Com relação ao tema da suspeição policial acredita que as roupas, as tatuagens são marcas culturais que servem para identificar, reforçar determinado grupo e/ou forma de ser jovem, mas os estigmas incorporados na atuação policial acabam associando essas marcas culturais a posturas suspeitas e, portanto, aqueles que portam/assumem essas marcas como passíveis de cometer atos criminosos. “Por mais que a gente diga que não, o nosso olhar é treinado para abordar”, diz ela e reforça que este treinamento se dá no período de formação, por isso acredita que para diminuir as práticas abusivas da polícia é preciso garantir uma maior fiscalização das academias de formação policial.

Se você analisar o currículo é o mesmo, mas em determinados lugares ele pode dar em um dia e nos demais, pode fazer um trabalho de – digamos [utiliza um tom irônico], de muita incursão, de muito tapa na cara. Não tem fiscalização, não tem controle [...]. Experiências de algumas torturas não são só psicológicas, mas físicas, estilo o filme Tropa de Elite, mais ou menos assim. O filme não é exagero. Alguns policiais chegam tendo essa visão e **acabam enxergando o outro como inimigo porque ele vai querer**

descontar o que ele aprendeu lá dentro (Entrevista Policial 4 – MAIA, 2015, grifos nossos).

Para que haja mudanças no modelo de segurança pública do país, a soldado acredita que é preciso fortalecer a rede de proteção social que tem a polícia como uma dentre várias instituições que a sustentam. Não acha que é endurecendo as punições aos policiais que vai diminuir o número de arbitrariedades cometidas pelos agentes.

É uma profissão difícil, deveria se ter mais acompanhamento da sociedade, de fiscalização desde o momento da entrada, **é de total interesse da sociedade você ter um profissional qualificado** [...] Ai você se depara com tudo isso. Eu tenho essa possibilidade de reflexão, mas a grande maioria não tem. Aí eu não posso culpar, dizer que vou punir, vou excluir, porque ele é produto daquilo que a gente deixou de fazer, enquanto instituição, enquanto Estado, enquanto sociedade. A polícia tem que ser vigiada sim e muito. Mas não é no produto final, é no processo. Não é quando o corpo tá lá. É no início, durante e até o final. Tem que ser um processo de fiscalização desde a formação (Entrevista Policial 4 – MAIA, 2015, grifos nossos).

5 ONDE TRAJETÓRIAS DE CRUZAM

5.1 Histórias de superação: entre o “*menino*” e o “*elemento*”

Tanto as narrativas dos policiais, quanto as dos adolescentes jovens apontam para “histórias de superação”, onde as trajetórias de ambos parecem se cruzar. Os adolescentes jovens destacam em suas narrativas que “querem ser alguém”; “usar os conhecimentos dos cursos para o trabalho”; “fazer suas escolhas, vencer os preconceitos”. Aqui vale reforçar – apesar de já ter sido dito anteriormente - qual o perfil deles e delas: estão matriculados na rede municipal de ensino, não respondem por atos infracionais, trabalham, participam de projetos sociais, grupos culturais e religiosos e, mesmo com seus conflitos pessoais, também frequentam as atividades oferecidas pela Polícia Militar na Base Comunitária de Segurança de Itinga.

Os policiais - quando adolescentes jovens – narram que tiveram rotinas semelhantes. Tiveram a preocupação de concluir os estudos e de trabalhar para complementar a renda familiar. A própria escolha da carreira policial está atrelada a uma “história de superação”, uma forma de vencer essas “barreiras” que a condição de pobreza os submetem. Para os soldados entrevistados, a profissão emerge como uma alternativa para conseguir estabilidade financeira e garantir melhores condições de vida para a sua família, para superar, portanto, as “barreiras” presentes na sua condição de adolescente, no momento de sua individuação, quando passa a tomar suas próprias decisões. Apenas Arthur coloca uma intensidade menor na estabilidade financeira e associa a escolha da carreira militar ao sonho de seguir o exemplo do pai.

A definição de “*policiais que dá até pra falar*”, dada pelos adolescentes jovens, corresponde àqueles policiais que apesar de desempenharem um papel onde funcionam como instrumentos da opressão social tentam evitar o uso da violência arbitrária contra a população pobre, principalmente contra jovens negros. Os “*policiais que dá até pra falar*” estão para os jovens, assim como os “*adolescentes jovens resistentes*” estão para os policiais. No entanto, quando estes “*adolescentes jovens resistentes*” ficam visíveis para os policiais pelo estigma, suas subjetividades se tornam invisíveis e parece ser justificada uma violência de Estado operada pelos agentes de segurança.

À exceção da soldado feminina, os demais policiais ao abordarem as causas do envolvimento dos jovens moradores de periferia com a criminalidade parecem refletir pouco sobre as questões estruturais do Estado, as relações de classe, entre outros fatores que contribuem para a própria concepção de crime e criminoso e para o reforço das desigualdades sociais, econômicas, simbólicas e afetivas entre as distintas classes sociais. Esta reflexão aparece em alguns momentos nas narrativas dos outros soldados, mas logo perdem a força, pois a lógica da “*conduta ilegal, escolha pessoal*”, ou seja, da criminalização do indivíduo, prevalece.

O desejo de ascender e de participar da “sociedade de consumo” e a influência na mídia na construção deste desejo é outro elemento que aparece com destaque nas narrativas dos adolescentes jovens e dos policiais. Quando, por exemplo, Léo diz: “tenho amigos formados que não ganham o que eu ganho, eu já tenho carro e já tenho moto”, ou quando Luna afirma: “antes eu queria ser modelo, ou bailarina porque via as meninas na televisão e queria fazer igual [...]minha mãe tentou me colocar na escola de Carlinhos Brown porque era de graça, mas não conseguiu”.

Para Rita de Cássia Aragão Matos (2013), a publicidade e, particularmente a televisão, não cria valores, ideais, representações contidos no interior de suas mensagens, não respondem sozinhas pelo processo de interiorização por parte dos sujeitos das ideias, normas e valores, “mas hipervaloriza tais elementos que ‘naturalmente’ não conduziram os indivíduos muitas vezes a um certo mal-estar pelo fato de não possuir determinados bens representativos dos estratos sociais que se encontram em níveis superiores na escala socioeconômica” (MATOS, 2013, p. 25).

Ancorar as representações sobre si em personagens de ficção também foi outra forma com a qual os adolescentes jovens e também os policiais se apresentaram em suas narrativas individuais. O que aponta para o papel dos meios de comunicação massivo na construção e reprodução de imaginários coletivos. Jamerson, em seus relatos, protagoniza um “garoto super-herói” que desafia sem medo policiais, traficantes e a mãe, assim como Light, em *Death Note*, que elimina todos os criminosos, cria um mundo onde não exista o mal e tornar-se o “Deus do novo mundo”.

O imaginário do herói também teve lugar entre os policiais. Um dos soldados do PETO – que participou da conversa de apresentação da pesquisa, porém não permaneceu no grupo – disse que se imaginava como um robô, personagem principal de um filme norte-americano do

qual não lembrava o nome. Na ficção, o robô é morto por uma facção criminosa. O soldado se identifica: “passei por uma situação dessa. Fui alvejado e me senti como esse robô”. Destaca também super-heróis com os quais, enquanto policial, se identifica, como Capitão Caverna e Homem Aranha. A maior parte dos soldados também trouxe o filme Tropa de Elite, comparando principalmente as cenas nas quais os policiais sofrem torturas físicas e psicológicas durante o período de formação com as situações vivenciadas por eles na vida real.

5.2 Quando o estigma opera: o “*resistente*” some e o “*usuário*” ganha a cena

Se por um lado, as “*histórias de superação*” aproximam “*adolescentes jovens resistentes*” e “*policiais que dá até para falar*”, por outro, revelam os tensionamentos da relação juventude/polícia decorrentes de um Estado em que o estigma social e étnico-racial é colado a determinados grupos sociais e a PM está entre os operadores destes estigmas. Os adolescentes jovens narram uma série de situações de abordagens policiais arbitrárias onde não tiveram os seus direitos garantidos. Os policiais revelam situações vivenciadas no período de formação em que tiveram os seus direitos violados, por meio de violências físicas e simbólicas e criticam a rigidez do Código de Conduta ao qual estão submetidos.

Demonstram ter consciência de que reproduzem essas violências contra as populações pobres, no entanto alegam que é impossível que essa reprodução não faça parte da função do policial, uma vez que “é ele que tá no front”, “fica na ponta da faca”; “é o policial que tá lá quando todas as instituições falham”. Ao mesmo tempo em que fazem as denúncias, alguns policiais parecem acreditar que essa violência faz parte do processo e sem ela eles não estariam capacitados, como destaca o soldado Arthur quando diz que é preciso mesmo apanhar, sofrer, ser humilhado para que se torne um profissional capacitado para exercer a função de policial.

As falas relacionam-se a “hierarquia de valores escondida e opaca que preside nosso comportamento” (SOUZA, 2012, p. 65). Hierarquias estas que condicionam os nossos mecanismos de naturalização de valores e os nossos comportamentos. O que pode ser associado ao conceito de *habitus*, que para Pierre Bourdieu (2003) corresponde à naturalização de valores e comportamentos são incorporados e se materializam em comportamentos, ações e escolhas que são condicionadas a reprodução valorativa e normativa da sociedade. Essas reproduções são inscritas nos corpos dos soldados. Em suas narrativas, eles ratificam que seus corpos estão condicionados a reproduzir a violência que eles mesmos naturalizam.

É na abordagem policial, no entanto, que os “*adolescentes resistentes*” e os “*policiais que dá até pra falar*” se encontram. E essa abordagem é marcada por uma suspeição policial que acaba por reforçar rótulos que imprimem ao jovem o lugar de perigo. É preciso “criar padrões”, nos diz Maia, mesmo ressaltando que esses “padrões” servem para indicar um inimigo que não deveria existir, pois não estão em uma guerra declarada. No entanto, a abordagem é “a essência do policial”, nos diz Léo. Mas, será possível fazê-la sem reproduzir os estigmas aos quais eles também – jovens, negros, de periferia – estão submetidos? As narrativas individuais, bem como as falas provocadas pelas imagens durante as rodas de diálogo, apontam que para os policiais abordar “cidadãos comuns”: os pobres, moradores das periferias, é um ato normal, corriqueiro, “por que na periferia as pessoas tão mais acostumadas”. Apontam para uma naturalização por parte dos sujeitos abordados da abordagem, que pressupõe uma suspeição por parte do policial.

Os “padrões”, para os policiais escutados na pesquisa, estão associados às atitudes/comportamentos suspeitas/os. E estes, por sua vez, são identificados por elementos do vestuário ou marcas inscritas no corpo do jovem, como *piercings* e tatuagens. Marcas essas que fazem parte da expressão da individuação dos jovens, seja individualmente, seja no coletivo.

Para abordar essa questão, vamos apresentar os dados de análise obtidos com a construção dos diferentes perfis de jovens de Itinga, no qual adolescentes jovens e policiais, foram convidados a identificar e caracterizar esses jovens e apontaram quais as “marcas vividas” (HAESBAERT, 2005) como sendo as mais visíveis⁹².

A pergunta que orientou essa construção foi: quem são, como vivem, o que fazem, como se apresentam os jovens de Itinga? Depois de debaterem entre si, passaram a criar esses perfis e a caracterizá-los, seguindo uma ficha de construção de personagem com algumas perguntas orientadoras sobre as características físicas, bem como as preferências e os sentimentos do personagem⁹³.

⁹² A descrição detalhada desta ferramenta metodológica aparece no primeiro Capítulo, quando descrevemos a metodologia utilizada.

⁹³ V. Apêndices.

O grupo de adolescentes jovens identificou cinco perfis: “*jovem do hip-hop*”; “*de projeto social*”; “*da igreja*”; “*de torcida organizada*” e “*de facção*”^{94 95}. Os policiais, por sua vez, categorizaram os jovens de Itinga em quatro grupos: “*usuários*”; “*Vidaloka*”; “*novinhas*” e “*resistentes*”. A maioria dos personagens criados é do sexo masculino e têm entre 15 e 19 anos. As jovens do sexo feminino aparecem em dois perfis: a “*jovem da igreja*”, criada pelo grupo de adolescentes jovens: “*estudo, trabalho, vou à Igreja, uso roupas largas e bem-comportadas. Sou alegre, mas com vergonha*” e a “*novinha*”, descrita pelos policiais como “*aquela menina que não se dá o respeito, usa roupas curtas, faz vídeo de sexo, essas coisas*”⁹⁶. A percepção sobre a mulher parece transitar entre dois papéis opostos e estigmatizados: a submissa e recatada e a desavergonhada e promíscua.

Enquanto a “*jovem da igreja*” é identificada pela personagem:

Sou católica. Gosto de ser chamada de abençoada. No meu quarto tenho água benta, bíblia e terço. Estudo, trabalho e vou à igreja. Uso roupas largas e bem comportadas. Sou alegre, mas com vergonha [...] O que mais me alegra é a família reunida na igreja [...] Meus planos para o futuro são construir uma família no caminho de Deus e crescer na vida.

As “*novinhas*” são:

As que aparecem em vídeos na internet com poses sensuais, de biquíni, às vezes com drogas. Algumas se veem assim, outras não se assumem. Usam roupas curtas. São menores de idade. Reproduzem o cenário de violência, como vítimas, mas também como autoras. Estudam.

Na criação dos perfis por jovens e policiais é possível observar que o grupo de adolescentes associa o perfil a um espaço de pertencimento. As preposições “*de*” e “*da*” localizam o sujeito a um determinado território, que é explorado durante a caracterização desse/dessa adolescente jovem, uma vez que “*encontra-se na definição de território uma forte vinculação à identidade cultural, tanto no que se refere à capacidade de inserção do indivíduo*

⁹⁴ A ordem com a qual apresento os perfis criados refere-se à mesma ordem na qual eles foram surgindo durante a oficina de criação de personagens. Para mais informações sobre os procedimentos metodológicos utilizados, ver o primeiro Capítulo.

⁹⁵ Ver descrição completa dos perfis em Apêndices.

⁹⁶ A vitimização violenta de adolescentes jovens do sexo feminino não foi um aspecto no qual optei por aprofundar neste estudo, porém, como já dito anteriormente, os dispositivos de violência e de estigmatização afetam direta e indiretamente as mulheres jovens moradoras de bairros periféricos, como apontam algumas pistas coletadas durante esta pesquisa que podem servir de insumo para pesquisas posteriores.

na comunidade, quanto à possibilidade de ele atuar construtivamente em seu espaço de sobrevivência” (FILHA, J. N., 2010, p-152-153).

O jovem “*de facção*”, por sua vez, apesar de ter o seu perfil acompanhado de uma preposição que o localiza àquele território, ao ser caracterizado aparece isolado fisicamente: “vivo na laje, meu quarto é escuro e com luzes apagadas” e socialmente: “me sinto maltratado pelo tempo, acabado pelas drogas. Poucas pessoas gostam da minha aparência”. Os jovens o apresentam como aquele que perdeu sua rede de apoio como uma consequência do seu desvio de conduta, abandonou a condição de “*resistente*” para assumir a de criminoso, “*elemento*”. Este jovem é descrito como:

Tenho 16 anos. Sou seco, alto e cheio de tatuagens (palhaço, caveira, tribal e índia). Meu rosto é abatido, manchado. Tenho a pele parda. Meu cabelo é enrolado (“paloso”) e meus olhos são castanhos claros. Tô na “capa do Batman”. Sou conhecido como Pocotó Barril. Vivo na laje. Meu quarto é escuro e com as luzes apagadas. Minha rotina é roubar, vender drogas e ficar doido com as drogas. Me visto de bermuda, chinelo, colar de prata, anéis, chapéu e relógio. Me sinto maltratado pelo tempo, acabado pelas drogas. Poucas pessoas gostam da minha aparência. Dos meus amigos, alguns trabalham, nem todos são iguais. O que mais gosto de fazer para me divertir é me exibir do poder de minhas armas e minhas drogas [...] Quando dou carinho sinto que ladrão ou vagabundo também ama. Quando recebo carinho me sinto feliz, amado, contente em saber que tem alguém que gosta de mim. Meus planos para o futuro são sair da vida do crime, dar conforto à minha família.

Na descrição desse jovem, com o qual o grupo não quer se identificar, nota-se a reprodução dos próprios estigmas que eles dizem ser adereçados a eles e que são visibilizados, principalmente, no encontro com a polícia.

Com relação aos perfis criados pelos policiais parecem ter uma existência autônoma, não estão necessariamente associados a um espaço de pertencimento. Podem, portanto, estar em todos os lugares. Em qualquer um dos espaços identificados pelos jovens, podem transitar a “*novinha*”, o “*vida loka*”, o “*usuário*”. O “*resistente*”, por sua vez, é o único que no momento da construção das características do personagem é associado a um território de pertencimento, onde tem laços que o fortalecem. Ele está no projeto social, na escola, nos cursos técnicos e, também, nos cursos oferecidos pela Base Comunitária de Segurança.

Os “*resistentes*” são definidos pelos policiais como aqueles que querem encontrar outro caminho possível para continuarem vivos. Os policiais se identificam com esse perfil, uma vez que – segundo eles – enquanto adolescentes jovens resistiram, superaram várias

barreiras para se tornarem “*cidadão de bem*”. Não há uma referência a um “cidadão do mal”. Se não for do “bem”, perde-se a própria condição de cidadania.

Nos outros perfis – assim como o “*jovem de facção*” construído pelos jovens são vistos com olhar recriminador e reforçam a ideia de que a escolha pelo crime é uma escolha individual, reiterando uma noção bastante presente no senso comum de que a “conduta ilegal é uma escolha pessoal”, como já foi pontuado anteriormente.

A identificação dos adolescentes jovens se dá com três dos cinco perfis criados: “*hip-hop*”, “*projeto social*” e “*igreja*”. Ao construírem as características e histórias destes personagens suas próprias preferências, percepções e formas de ser estão ali. O jovem de T.O., no entanto, foi a maneira que um dos adolescentes do grupo encontrou para participar daquela construção. Não aceitou os outros perfis e decidiu construir aquele que melhor encaixava na sua forma de se apresentar socialmente. Já o “*jovem de facção*”, foi rechaçado pelo grupo. Relutaram a começar a descrever suas características, talvez numa tentativa, de reforçar o lugar de oposição entre o “*resistente*” e o “*envolvido*”. Assim como os policiais, os adolescentes jovens também demonstram uma tendência a culpabilizar o jovem pela escolha pelo “mundo do crime”. Mas,

Essa tentativa que o trabalhador [o “resistente”, fazendo a correlação] faz de compreender seu outro – o bandido [o “elemento”] – relativiza a oposição entre eles e acaba por aproximá-los enquanto pobres submetidos às mesmas condições de vida. A reflexão sobre as determinações sociais que levam os pobres a se identificarem uns com os outros alterna-se com **a necessidade de discriminar os caminhos escolhidos e diferenciá-los moralmente** (ZALUAR, 2010, p. 153, grifos nossos).

Já os policiais, começaram a identificar os jovens de Itinga pelo “*usuário*”. Foi o primeiro perfil criado e rapidamente descrito. “*vida loka*” veio logo em seguida, acompanhado da “*novinha*”. Apesar de se narrarem – nas suas histórias individuais – como esse/essa menino/menina de periferia que supera barreiras e segue “o caminho do bem”, esta possibilidade parece invisível quando o *ethos* policial é acionado. Os policiais só conseguiram enxergar que existia o perfil “*adolescente resistente*” quando provocados pela soldado do grupo que trouxe a história de um adolescente que estava sendo auxiliado pela equipe da BCS. Em um determinado momento, a soldado Maia que escrevia em nome do grupo as características dos personagens, deitou a caneta sob o papel e disse:

E os que não têm família presente, mas tem força de vontade? Não sei se ele faz parte desse mesmo grupo. Mas, ele presenciou o assassinato do irmão que era envolvido, era traficante, foi assassinado na porta de casa com nove tiros na cabeça, aí depois eu vi né que ele era muito apegado ao irmão. Aí se transformou enfim, saiu da escola. Hoje ele tem 19 anos e tava numa batalha pra voltar a estudar e aí a gente acionou alguns contatos e a gente conseguiu pra poder efetivar a matrícula dele pra ele voltar a estudar no EJA⁹⁷, mas ele encontrou uma barreira na escola onde ele estava, pediu pra retornar e não conseguiu, foi negado pelo diretor, ou seja, é um menino que passou por uma turbulência. Ele não queria isso para a vida dele, ele não era envolvido, mas presenciou o assassinato do irmão, caiu numa depressão e tentou voltar pra estudar. É uma minoria infelizmente dos que não tem uma base familiar, porque foi ele que foi procurar, a mãe tá com problema de saúde. Ele não foi o primeiro, também teve outros dois irmãos que tiveram suas vidas ceifadas. Esse é o destino que se prolonga ou se perpetua principalmente com o traficante de drogas, porque quando você se envereda com outros atos ilícitos, roubo, talvez até leve um pouco mais de tempo vivo.

A partir deste relato, que perceberam que era preciso criar uma categoria para abarcar esses meninos que, para eles, “são uma exceção, mas existem”. Criaram, portanto, os “*adolescentes jovens resistentes*”. Este perfil englobaria pelo menos quatro dos cinco perfis construídos pelo grupo de adolescentes jovens: “*projeto social*”; “*igreja*” e “*hip-hop*”. Importante ressaltar, também, a reprodução de um discurso social da criminalização da pobreza para o qual não há distinção entre usuários de substâncias psicoativas ilícitas e traficantes quando os policiais não conseguem distinguir as diferenças entre as características do “*usuário*” e do “*vida loka*”, apesar de serem taxativos ao afirmar que os segundos estão “*enraizadas*”, ou seja, não têm mais saída.

O ato de não visualizar as múltiplas formas de ser jovem na periferia e reduzi-las a perfis que descrevem comportamentos “desviantes” – que não é, evidentemente, uma postura apenas dos policiais militares, mas da estrutura de segurança pública do Estado e do imaginário social de uma forma mais ampla – remete à uma problematização feita por Rosa (2013) sobre o conceito de invisibilidade social com a qual compactuamos. Para ele, não se trata de uma não-visibilidade dos grupos marginalizados, mas uma visibilidade do seu estigma, o que faz com que “o sujeito marginalizado seja tão percebido que pode ser controlado pelos órgãos repressores – tanto segurança pública quanto privada” (ROSA, 2013, p. 103). O que se torna “visível”, portanto, é o corpo suspeito.

A invisibilidade da possibilidade de potência da juventude pobre e periférica é fruto do estigma que lhe é introjetado pelas estruturas sociais das quais é estruturado e estruturante.

⁹⁷ Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para Bourdieu (2002, p.162), a estigmatização é “um processo onde as estruturas sociais se convertem progressivamente em estruturas mentais e em sistemas de preferências”. Goffman (1975) vai reforçar essa ideia quando afirma que a estigmatização é um processo estabelecido pela sociedade, ou seja, se dá nas relações e confere aos estigmatizados o estigma, uma característica que reduz o sujeito à condição de uma pessoa estragada e diminuída. Os atributos de uma pessoa estigmatizada não são inerentes a ela e o estigma, portanto, não é uma propriedade individual, se configura a partir de uma rotulação social.

O estigma reduz o indivíduo a seu rótulo, a seu “defeito”, seja ele uma deficiência física ou uma condição social considerada fora dos padrões da “normalidade”. A estigmatização se dá a partir de um mecanismo de rotulação social que determina quem deve ser visto e protegido (os “normais”) e quem deve ser temido e combatido (os “anormais”), num processo de mutilação das subjetividades e categorização dos “normais” e dos “anormais”, os “desviados”, os “perigosos”. Configurando uma dinâmica onde ocorre a incorporação e naturalização da condição de “marginalidade” que é feito pelo próprio sujeito estigmatizado. Uma vez que:

(...) é na correspondência de estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão estabelecida como natural (ortodoxia) por meio de uma imposição mascarada (logo, incorporada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (BOURDIEU, 2003: 14).

A retroalimentação de narrativas que gera representações sociais – com suas estratégias ideológicas - são mutantes, mas estimulam comportamentos reativos e olhares dicotômicos: os maus *versus* bons, os bandidos *versus* os cidadãos de bem, os meninos *versus* os elementos. Neste sentido, podemos afirmar que as narrativas de policiais militares e adolescentes jovens aqui analisadas também se constituem em territórios de linguagem, onde os sentidos são disputados.

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2000, p. 2)

Essas criações sociais e culturais aparecem nos relatos dos adolescentes jovens quando falam sobre como se vêem e como acham que são vistos:

Para Christopher, há uma discrepância entre como ele se vê e como a sociedade de forma geral o enxerga. A “visão da sociedade” é a “visão da polícia”, no entanto, são similares e reforçam a atribuição de um lugar de pessoa “ruim”, “marginal”, “vândalo”. Ele precisa enfrentar estas rotulações para ser quem ele se vê, ou como gostaria de se ver:

Eu me vejo uma pessoa legal, alegre e simpática, mas... nem todos me veem como eu mesmo me vejo [...]. Dependendo do policial, acho que alguns me veem como uma pessoa civilizada e educada por assim dizer. Já uns outros não me acham isso tudo por motivo de seu ser de um torcedor organizado. Motivo que eu acho uma merda por parte deles também sou humano e sou civilizado e não vândalo, nem vagabundo como eles pensam. O modo deles faz deles os verdadeiros marginais e vândalos (Entrevista Jovem 1 – CRISTOPHER, 2015).

Na percepção de Jamerson sobre si próprio há uma similaridade em como ele se vê e em como a sociedade vê ele: “uma pessoa estudiosa, do bem”, mas já com relação à visão da polícia, ele reforça o olhar estigmatizado com o qual os policiais enxergam ele e os demais moradores dos bairros periféricos.

Eu me vejo uma pessoa estudiosa. A comunidade me vê uma pessoa melhor, bonzinho, de boa. A polícia me vê como um ladrão e vê a comunidade como uma bandidagem. Um policial não tem que invadir a casa dos outros, tem que ser com um mandato de prisão (Entrevista Jovem 2 – JAMERSON, 2015).

A percepção que Luna tem de si mesma, a que acha que a sociedade tem dela e também a polícia são bastante similares, como ilustra o relato:

Eu me vejo uma garota de opinião própria, como uma garota única, com expectativa de melhorar [...]. Não sei bem como os outros me veem, mas acho que eles têm uma ideia de uma garota diferente, uma garota estranha [...] talvez uma garota problemática. Sobre como a polícia me vê, não tenho muito o que falar até hoje nenhum policial nunca veio falar nada sobre mim. Mas, eu tomei o curso de informática na Base, mas acho que no período do curso me viam como uma jovem indo aos seus objetivos (Entrevista Jovem 3 – LUNA, 2015).

A estigmatização é, portanto, um processo de representação que ofusca a possibilidade de se enxergar onde está a identidade e onde está a diferença. Entendemos aqui a representação na perspectiva pós-estruturalista, como “um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2000, p. 6). Assim:

A representação não aloja a presença do "real" ou do significado. A representação não é simplesmente um meio transparente de expressão de algum suposto referente [...] é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido [...] É um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. É aqui que a representação se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: "essa é a identidade", "a identidade é isso". É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. **Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade** (SILVA, 2000, p. 6, grifos nossos).

As identidades sociais – ligadas à subjetividade - são construídas a partir das representações e das práticas culturais que permitem as apropriações e construções de sentido. E o *habitus* é a interiorização de estruturas objetivas das suas condições de classe ou de grupos sociais que geram estratégias, respostas ou proposições objetivas ou subjetivas para a resolução de problemas postos de reprodução social (BOURDIEU, 1992). Porém, o que define o *habitus* de uma determinada sociedade é exatamente a forma como os indivíduos de diferentes classes sociais se relacionam entre si, na perspectiva da relação espaço físico e espaço social. Isto porque estamos nos referindo a uma sociedade hierarquizada, onde:

Não há espaço que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (BOURDIEU, 2002, p. 160).

5.3 Territórios violentados: marcas de distinção social em bairros, corpos e narrativas

Territórios são “espaços sociais” (BOURDIEU, 2002), marcados por relações de poder e por uma série de violências e exclusões sociais de todos os âmbitos: econômicas, estruturais, simbólicas e afetivas. Para Rogério Haersbaert (2005), territórios são espaços geográficos e, também, corpos, linguagens, uma vez que toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios e, portanto, uma multiterritorialidade. Ainda segundo o autor, a territorialidade é a forma como se configuram as apropriações culturais e simbólicas, como o espaço é feito território por meio das “marcas do vivido”, das relações

econômicas e culturais estabelecidas pelos sujeitos nos multiterritórios aos quais pertencem e pela forma como se organizam no espaço e dão significado ao lugar.

Neste sentido, quando os adolescentes jovens de Itinga afirmam “*sou Itingueiro*”, “*sou favela*” estão reforçando um espaço feito território: o seu território de ancoragem, onde suas histórias são traçadas e vividas. É onde estão seus referenciais de segurança e de medo – a rua, a casa, a Torcida Organizada, as amizades - que muitas vezes oscila nos lugares de proteção e risco. Quando recorremos à etimologia da palavra território encontramos “terra” e “terror” no seu significado. O primeiro pode ser relacionado à essa noção de pertencimento, de trocas culturais, simbólicas, coletivas. O segundo, à violência que atravessa as “marcas do vivido” (HAESBART, 2005), essas apropriações culturais do espaço.

Articulando “terra” e “terror” podemos falar em territórios violentados⁹⁸, tendo em vista que nas periferias dos grandes centros urbanos, diferentes territorialidades estão em disputa. A violência é uma expressão de mecanismos de operação do poder que é disputado por diferentes atores sociais e suas jurisdições: crime organizado, poderes municipais, estaduais e federais, poderes eclesiásticos etc. “A dominação pela violência aparece à medida que o poder está sendo perdido” (ARENDRT *apud* HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Existem forças, portanto, que promovem e, ao mesmo tempo, impedem o desenvolvimento dos jovens. A suspeição policial é uma delas. Quando os adolescentes jovens respondem que *ser jovem em Itinga* é ser vítima de uma série de violências – física e simbólica – seja como corpo criminoso, seja como esse corpo passível de violência, apontam para um processo histórico de violência simbólica que fazem os subcidadãos.

As “teias invisíveis de dominação” (SOUZA, 2012) - que parecem tão bem traçadas e dificultam que outras perspectivas possíveis se apresentem, considerando que “o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida” (BOURDIEU, 2002, p. 163). Esta lógica de produção da violência corrobora com a estigmatização dos moradores das periferias dos grandes centros urbanos.

O olhar estigmatizado das periferias, que perpassa o senso comum e também as políticas públicas voltadas para essas regiões, impede que se observe suas potencialidades e dinâmicas próprias. Os meios de comunicação de massa também exercem papel fundamental na difusão destas representações estigmatizadas por meio de matérias descontextualizadas,

⁹⁸ Como já sinalizamos no início deste trabalho, vamos utilizar esse termo para nos referir aos bairros periféricos com o objetivo de fazer uma contraposição à expressão “bairros violentos”, na qual reforça-se uma ideia de que o lugar ou as pessoas que ali vivem é que são por essência violentas ou passíveis de tornar-se.

uso de termos pejorativos, falta de multiplicidade de fontes, entre outras práticas recorrentes que contribuem para a disseminação de estigmas e engessam as diversidades.

As percepções sobre as operações de poder em disputa no território aparecem nas diversas etapas da pesquisa, uma vez que em todas elas, os sujeitos participantes foram direcionados a refletir sobre os temas ligados à juventude e violência tendo como foco suas vivências no bairro onde moram – no caso dos adolescentes jovens – e onde atuam – no caso dos policiais. A relação entre jovens e polícia, portanto, foi apresentada sob esse viés do espaço disputado, apresentando tensões entre sociedade e Estado. Neste sentido, enquanto Itinga é lugar de socialização e expressão de sua individuação para os adolescentes jovens, é espaço vigiado para os policiais que devem cumprir a função de estabelecer a ordem e fazer cumprir as leis.

5.4 Juventude e polícia: parecer “normal” para não parecer “suspeito”

Era véspera da apresentação de final de ano que os jovens do SFCV/Projovem iam fazer em um teatro de Lauro de Freitas. Na plateia: os educadores do projeto, a família, os policiais da Base Comunitária de Segurança, os amigos. “*Viver sem rótulo*” foi o nome que escolheram para o espetáculo que mesclava hip hop, dança-afro e teatro⁹⁹. Estavam muito alvoroçados pelo ensaio final e o último retoque no figurino: bonés a postos, bermudas largas, correntes de prata: “é o estilo hip-hop, pró!”, disse um dos garotos.

Decidimos suspender a atividade da pesquisa e nos juntar aos outros jovens do projeto para o ensaio geral. Fiquei sentada em um canto da laje da sede do CRAS, observando. Tudo parecia fazer muito sentido. O boné virado para o lado. A corrente de prata. O jeito de movimentar os braços. A bermuda posicionada abaixo da cintura, com a cueca aparecendo. Os sorrisos dos meninos e meninas felizes ao dançar suas formas de ser.

Em um determinado momento, Tí chegou perto de mim e tirou o boné. O motivo? Mostrar-me um novo corte: seus cachos castanhos não só estavam louros como ganharam desenhos feitos com a máquina de cortar cabelo. Ele parecia bem feliz. Mas, me disse: “gostou, pró? Melhor esconder, né?”. E colocou novamente o boné sobre os cachos desenhados. Respondi: “está muito bonito, Tí”.

⁹⁹ A educadora do SFCV/Projovem me contou que o processo de escolha do nome do espetáculo foi feito de forma coletiva com as duas turmas (a do turno matutino e do turno vespertino), mas foi sugerido por um integrante do grupo da pesquisa. Por votação, decidiram que “*Viver sem Rótulo*” era o nome que mais condiziam com o que queriam mostrar com a apresentação.

Essa mesma dança das formas de ser que eu observava, aparecem nas narrativas dos garotos e das garotas quando dizem que ser “*adolescente jovem*” é expressar seus gostos, suas preferências por determinado estilo musical, “colocar pra fora a descoberta de novos sentimentos” e revelar suas contradições, como resume Luna. Ser adolescente jovem, para eles, não é condição, não é transição, é ação. Ação no tempo presente.

No entanto, quando essa ação vira relação, aparecem os medos, as inseguranças, os problemas. É na relação com o Outro que está a identificação da diferença, como nos lembra Tomaz Tadeu da Silva (2000):

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e lingüística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2000, p. 3).

Este Outro que me lembra quem eu sou, ou quem eu “deveria ser”. Parecer “normal” - para os meninos e meninas – principalmente para os do sexo masculino – é, portanto, estar mais próximo daquela imagem que parece ser mais aceitável para a sociedade. É assumir uma representatividade que possa afastá-los do estigma. Talvez, por isso, o “*jovem de projeto social de Itinga*” seja descrito como “um menino branco, de cabelos lisos, olhos puxados, bonito, malhado e metido”.

A palavra “normal” foi a que mais apareceu nas narrativas dos adolescentes jovens. Ganha a cena também, repetidamente, nas narrativas de policiais, quando se relembram adolescentes jovens ou quando – já policiais – alertam amigos “da comunidade” a se vestirem “normal” para não parecem bandidos. “Ser normal”. “Se vestir normal”. “Andar normal”. São expressões que alertam para a necessidade de evitar situações onde seriam lembrados que estão incomodando, que estão “no lugar errado”. Essa lembrança vem do segurança do shopping, da sogra que não quer que a filha namore com um “preto que se veste como vagabundo”, do policial “que chega já dando tapa e me chamando de vagabundo”. Você se torna “anormal”, indevido, para os olhos do Outro.

No que diz respeito à relação entre a polícia e os jovens em Itinga, para Luna há uma clara diferença de recorte de gênero. Enquanto os meninos são mais comumente identificados como possíveis criminosos – segundo ela, principalmente em decorrência do que vai chamar de “preconceito de roupa” - e, por isso, sofrem abordagens policiais abusivas, as meninas não costumam ser abordadas, nem previamente rotuladas como possíveis criminosas ou usuárias de drogas.

A maioria dos policiais julga pela roupa, como se veste. Tipo tá passando um sujeito mal encarado, vê logo como uma ameaça. Ser mal-encarado, tiver com roupas que hoje em dia são passadas de marginal, corte de cabelo [...]. A abordagem não é igual para todos. Digamos que um branquinho está parado na rua e que ele tá todo plaiboyzinho, não vai ser abordado. Mas, não vai ser do mesmo jeito que o negro parado na rua, tipo estilo largado. **Tem preconceito racial da polícia, mas tem a ver também com preconceito de roupa**, de quem é mais rico e pode se vestir melhor e de quem é mais pobre e não pode (grifos nossos).

Para Andréa Rodriguez (2013), o reflexo do processo de estigmatização das comunidades periféricas pobres e da população negra constrói ao longo da história representações que são incorporadas numa relação afetiva/efetiva pelas populações estigmatizadas. As representações sociais são abordadas simultaneamente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade. A estigmatização é, portanto, um processo de representação.

As mesmas marcas físicas e simbólicas que representam a ação do ser jovem para esses adolescentes jovens que vivem em territórios violentados parece ser sempre alvo de suspeição policial. Para não ser confundido é que o “*jovem do hip hop*” deve se vestir como uma roupa comum tipo bermuda jeans e camisa gola polo porque é uma pessoa “humilde e igual às outras”, evitando colares, bonés e outros elementos que podem contribuir para equipará-los aos “marginais”. Elementos, no entanto, que muitas vezes são fundamentais no processo de individuação desses adolescentes jovens, seja individualmente, seja em grupos.

O Grupo como Espaço de Pertencimento é apontado pelos adolescentes e jovens, principalmente os do sexo masculino, como a possibilidade de exercer as suas subjetividades com mais segurança. O mesmo sentido é atribuído pelo grupo pelos policiais quando narram as suas adolescências jovens. As relações de amizade recebem destaque nas narrativas. Para policiais e adolescentes jovens, os amigos aparecem como proteção, mas também como fator de risco. Christopher, por exemplo, é taxativo ao afirmar que não se pode confiar e ninguém: “amor mesmo só tenho por minha mãe”. Relata que sente muito medo de ser traído por alguém que se diz seu amigo, porque, esta traição pode significar, inclusive, perder a vida, por conta das dinâmicas do tráfico no bairro e o tratamento destinado pelos policiais militares aos jovens que moram no local. O risco de falar o que “não se deve” é a morte. Essa é a “lei do bairro”, e o adolescente jovem mostra que a conhece desde muito pequeno, quando sua mãe o orientava nos cuidados que devia ter para “não ser confundido com marginal” ou para “não virar um deles”, para utilizar os termos que eram ditos por ela.

Não falar, no sentido de não “caguetar” os outros também é entendido, para Christopher, como um sinal de respeito aos códigos e dinâmicas que operam no local onde mora:

Muitas pessoas dizem que sabe, mas na verdade quem sabe não quer falar não por medo mas sim pra garantir a própria segurança, **eu não acho isso um medo, eu acho trairagem**, se fosse pra acontecer alguma coisa com ele [refere-se ao irmão e ao fato de ninguém ter revelado quem foram os assassinos do jovem], acontecia pra quem tava com ele, acontecia comigo, então isso aí pra mim eu tenho certeza mas prefiro ficar de boca calada que foi o pessoal de lá da rua mesmo, o pessoal mais próximo lá da rua que andava com ele (grifos nossos).

As amizades também trazem a sensação de acolhimento, proteção e reforço ao processo de individuação dos adolescentes jovens, o que aparece em falas como: “no projeto social fiz amigos sem ser na base da porrada”; “Com 16 anos é bom que peguei amizade com todo mundo, virei roqueiro, mas não bebia ainda e não fumava”. Nas narrativas dos policiais, também há uma associação das amizades como fator que fortalece a etapa de individuação. Quando adolescentes jovens, narram que estar em grupo era uma possibilidade de exercerem a liberdade, sem a vigilância dos pais: “Saía com meus amigos de domingo a domingo”; “Bagunçava muito com meus amigos, estava em todas as festas”.

O grupo, para os adolescentes jovens, parece em alguns relatos como uma forma de evitar a violência policial. Christopher, por exemplo, identifica na Torcida Organizada uma forma de se diferenciar dos “*vida loka*”, o que garante um tratamento diferenciado por parte da polícia, segundo ele. A própria vestimenta, neste caso, é uma marca de diferenciação que identifica um determinado perfil de jovem. Para ele, um “jovem de T.O.”, por exemplo, é mais “bem visto” socialmente do que um “jovem do grafite”, por exemplo, por haver uma associação direta deste tipo de arte com o uso de drogas ilícitas e a organização a partir do futebol traz outro tipo de aceitação social.

Christopher está se referindo às Marcas de Distinção Social, representadas por elementos estéticos que contribuem para a criação e/ou reforço da condição de “elemento suspeito” a depender dos territórios de identificação que estejam disputando. São marcas que em determinados espaços sociais são lidas como marcas de “marginalidade”. O que fica bastante perceptível nas narrativas individuais e na construção dos perfis/personagens dos jovens de Itinga e é reforçado por Zaluar (2000):

É sobre os pobres que a polícia concentra seu poder fortalecido nos últimos vinte anos: comete injustiças nunca compensadas, humilha, mata, tortura e, na rua “vai logo dando sugestão”. A desconfiança que a presença policial desperta entre eles, mesmo quando concordam com a necessidade do policiamento ostensivo e sobre os bons propósitos de alguns (poucos) policiais, é notável. [...] É o policial, instruído nas técnicas repressivas quem acaba por promover ainda mais a indistinção entre trabalhador e bandido ao revistar brutalmente e prender os primeiros apenas por ser preto ou pobre, apesar de ter consigo o documento instituído para diferenciá-lo do segundo. (ZALUAR, 2000, p. 157).

Diante deste cenário, a “normalização” é apontada pelos jovens como alternativa para ocupar os espaços públicos de forma “aceitável”, com menos riscos, porém não há consenso entre eles sobre a aceitação dessa “normalização”. Durante a roda de diálogo, a imagem sobre a abordagem policial disparou uma longa discussão, apresentada por meio do trecho abaixo:

[Jovem 1] A gente que mora em lugar assim, a gente não deve andar igual aos outros.

[Jovem 2] Se eu deixar meu cabelo crescer, eu não tenho cabelo grande, mas se eu deixara meu cabelo crescer e furar a orelha e botar roupa de marca, andar de tênis como a maioria aqui, isso é coisa de moleque, vão dizer o que?

[Jovem 3] É vagabundo.

[Jovem 2] É vagabundo. Agora se a pessoa tiver correto, vestido normal com roupa, comportado, normal, eles vão enquadrar e ver como você é, vai saber... eu já cansei de ver a pessoa passar e tá cheio de policial e enquadrar gente que tem vestido todo cheio de marca, igual um marginal e eu passar e não me enquadrar. Por que? Porque depende das pessoas, porque muitas vezes as pessoas dá ousadia e tem gente que não dá ousadia a esse tipo de coisa.

[Jovem 4] Pra mim isso é preconceito porque não importa o jeito que a pessoa tá vestido. Não importa.

O depoimento de Christopher também aponta para a percepção que é preciso “parecer normal” para não “parecer suspeito”:

Eu tenho uma sandália Kenner, eu uso quando quero. Eu tenho corrente, eu uso quando eu quero. Eu tenho roupa de marca, eu uso quando eu quero. E outra assim, o meu boné, a maioria, eu boto meu boné acima da sobancelha. O boné fica praticamente aqui [mostra a posição exata onde gosta de pôr o boné]. Eu não saio como marginal. Quem me vê na rua ou me chama de marginal, ou vai olhar na minha cara e vai dizer “porra, tá bem vestido, tá apresentável”, como todo mundo chega pra mim e fala “porra, você tá apresentável, você não tá visto como marginal”. Eu passo pelos policiais. **Depende do ponto de vista do policial se você vai ser abordado porque você tá se apresentando de um modo inadequado para ele, mas de um modo bem adequado para você.** Se você sair todo dia com a roupa, com o mesmo tipo de roupa, bermuda jeans, camisa polo, segunda, bermuda e

camisa regata, um isso, um aquilo. **Porra, isso aí não é você ser um jovem, isso aí não é viver. Quem vê cara não vê coração não. Eu visto minha roupa, eu fico parecendo um vagabundo, mas tem que ver ó, o interior das pessoas, pô!** (grifos nossos).

Para Souza (2012), os elementos de identificação citados por jovens e policiais, como as tatuagens, o corte de cabelo, a forma de andar, os gestos são marcas culturais que se expressam nos corpos dos sujeitos e podem ser lidos com atributos de prestígio ou de desprezo, uma vez que:

Nossos corpos são, nesse sentido, na sua forma, dimensão, apresentação etc, a mais tangível manifestação social de nós mesmos. Nossos hábitos alimentares moldam nossa figura, enquanto nossa cultura e socialização pré-formam todas as nossas manifestações expressivas em gestos, escolha de vestuário, corte de cabelo, forma de andar e falar, transformando o conjunto de nossas expressões visíveis em sinais sociais. É com base nesses sinais visíveis que classificamos as pessoas e os grupos sociais e lhes atribuímos prestígio ou desprezo (SOUZA, 2012, p. 47).

A moda, a aparência, a forma de se vestir, assim como as marcas de identificação na própria pele (*piercings*, tatuagens) são uma forma de expressão da individuação da juventude, tanto individualmente, quanto em grupo. No entanto, a caracterização da juventude feita pela polícia aponta para o reforço de leituras que associam determinado vestuário à ordem ou desordem. São destacados elementos como cor de boné, marca de camisa, estilo de colar, bem como uma série de tatuagens que são associados a facções criminosas.

Com relação às tatuagens, os policiais citaram a “Cartilha de Orientação Policial: Desvendando Segredos”¹⁰⁰ que em seu texto de apresentação informa:

Durante as abordagens policiais encontrava-se frequentemente a incidência de certos tipos de tatuagens em alguns indivíduos e após investigações observava-se, eventualmente uma ligação entre tais tatuagens, os tipos de crimes por eles cometidos e as facções criminosas aos quais pertenciam [...] Nosso objetivo não é discriminar as pessoas que possuam tatuagem [...] mas, apenas demonstrar que certas tatuagens encontradas em alguns indivíduos podem indicar fortes indícios de envolvimento com a prática de crimes (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA, 2012, p. 8).

As marcas de individuação são determinantes na relação entre juventude e polícia. Não foi por acaso, portanto, que o tema mais recorrente durante a pesquisa, para ambos os grupos, – seja disparado pelas imagens, seja no momento da caracterização dos personagens ou nas

¹⁰⁰ Disponível em <http://pt.scribd.com/document/215932252/Tatuagem-Desvendando-Segredos-Cartilha-de-Orientacao-Policial>. Acesso em 20 jun. 2015.

entrevistas individuais - foi a questão do vestuário e da aparência dos jovens. Nos seus relatos, os adolescentes ressaltaram o quanto determinadas marcas (reais ou simbólicas) condicionam a abordagem policial direcionada a eles.

Os soldados, por sua vez, apesar de falarem que observavam atitudes suspeitas e não perfis suspeitos, evidenciam a necessidade de criar padrões de identificação que possam garantir a eficiência das operações policiais e apontam o vestuário como o caminho para identificar onde haveria maior probabilidade de detectar infrações e infratores.

Os dados que aparecem aqui são reforçados por outros estudos que discutem juventude e polícia e também apontam que um dos aspectos que mais chamam a atenção dos PMs é a relação do jovem com a moda e a aparência. Entre a população pesquisada por Silvia Ramos e Leonarda Musumeci (2005, p. 209), 60% menciona que a polícia escolhe pela aparência física quem será abordado, incluindo a cor da pele (40,1%) e modo de vestir (19,7%). A grande maioria dos entrevistados (80%) também afirma que os jovens são mais parados que as pessoas mais velhas e 60% acredita que os negros são mais parados que os brancos e os pobres mais do que os ricos. Entre os policiais militares entrevistados por Carlos Ângelo de Meneses Sousa e Candido Alberto da Costa Gomes (2011), 32,3% afirma que é a moda e a aparência a característica que melhor caracteriza o jovem (GOMES; SOUSA, 2011, p. 533).

O Espaço Público como Experiência de Risco é definido pelos adolescentes jovens como a rua, os espaços de relação que parecem trazer consigo sempre a condição de perigo. É o espaço, no entanto, da liberdade, no sentido que ali, podem mostrar como são. É onde Ti conta que gostaria de exibir o seu corte de cabelo novo, mas diz que prefere esconder para “não ser confundido com vagabundo”, o que pode lhe acarretar “socos no nariz, murro na cara”, como conta no relato de uma cena, no Largo do Caranguejo onde foi vítima de uma abordagem policial truculenta.

Itinga é citada como lugar onde de ancoragem, de proteção, mas também de exposição ao risco da violência. As “marcas vividas” ganham presença em ruas, em praças, em locais públicos, no entanto, quando associadas a um estigma, podem trazer insegurança, como apontam os relatos dos jovens quando falam sobre a atuação da polícia em Itinga:

Para que existem policiais no mundo? Para nossa segurança ou para nosso medo? Porque se nós confiamos nos policiais é pra ficar seguro. Nós queremos segurança pública. Coisa que hoje em dia, a segurança pública, está fazendo de nós, fazendo uma ratoeira, uma armadilha para que a segurança deles seja nosso maior medo. Eles acham que tão botando medo

ali e tão dando segurança ali. Totalmente diferente. Eles tão botando medo ali e medo no bairro todo e não é assim que tem que ser

Eu fico indignado quando um policial vem me abordar que ele chega, me dá um tapa, um murro, me dá um chute antes de perguntar ‘cadê o documento’?

Na festa do Caranguejo [*a jovem refere-se ao Largo do Caranguejo, a maior praça pública de Itinga*], os policiais vinham batendo em todo mundo. Quer pegar o jovem, quer agredir, quer botar dentro da viatura...

No entanto, o espaço que amedronta é o espaço que quer ser ocupado. É com orgulho, por exemplo, que Jamerson mostra o grafite que fez no chão do Largo do Caranguejo, ponto central de Itinga. “Agora meu nome tá lá”, disse-me o adolescente jovem que também me conta das festas de pagode (na época que ainda não era roqueiro) que ia com os amigos no Largo; do cotidiano de trabalho como ajudante de uma baiana de acarajé que fazia ponto no local; das abordagens policiais violentas pelas quais passou ali, entre outras memórias. O grafite como ocupação do espaço proibido também aparece nos relatos de Christopher:

Eu acho assim, eu discordo do que você falou porque eu sou, eu não vou falar, eu não vou abrir o jogo, eu sou pichador e eu sou grafiteiro também. Eu faço tanto aquilo ali quanto só tá lá riscando a parede dos outros. Eu tenho duas performances, vamos se dizer, duas performances. A minha performance pichador que aonde eu chego eu picho, eu faço o nome e vou embora. Isso é pichar, é fazer nome, uma linha e ir embora. Isso é vandalismo, isso é pichar. O grafite é arte. É um meio de um jovem ou de um adulto, **ele procura aquele meio ali pra poder se livrar da maldade da comunidade e ele também acha aquele meio ali pra poder ganhar dinheiro** (grifos nossos).

A leitura dos policiais sobre o grafite transita entre o associar a uma prática claramente ligada ao uso e/ou tráfico de drogas, portanto, passível de repressão, a compreendê-lo como uma marca cultural da favela, mesmo que na percepção deles o grafite não possa ser entendido como “cultura”. Enquanto um soldado diz “o grafite é uma das melhores expressões da favela”, outro sinaliza: “o desabafo dos grafiteiros de Itinga é até bom, mas o problema é que esses caras alimentam o tráfico, o traficante paga a tinta, o grafiteiro vai fumar maconha”.

As dimensões apontadas pelos jovens, inclusive a do grafite como um caminho profissional alternativo ao trabalho no tráfico local, não aparecem na percepção dos policiais. As mesmas marcas culturais, a “cultura da favela”, que revela características e *habitus* de um determinado modo de ser jovem em bairros periféricos são, portanto, as que contribuem para o reforço de estigmas que retiram desses jovens suas individualidades, reduzindo-os aos seus defeitos, suas “imperfeições”.

5.5. Marcas de distinção social: elemento suspeito ou atitude suspeita?

Ao falar sobre a abordagem policial, os soldados do grupo distinguem “elemento suspeito” de “atitude suspeita”. Defendem que a questão racial não interfere no tipo de abordagem feita pela polícia, no entanto ao detalhar os procedimentos de abordagem, acabam por reforçar que existem padrões e existe um tipo social – o negro, morador de periferia, do sexo masculino - que será mais abordado. As falas apontam para contradições vividas pelos próprios policiais, uma vez que destacam em suas falas “eu sou o jovem negro de periferia”; “na minha folga também sou abordado”; “essa é a minha realidade” e questionam “por que eu não posso abordar a filha do vereador? Por que vão fazer um escarcéu, o comandante vai falar e tal? Não importa. Eu abordo mesmo!”.

O soldado Léo, por exemplo, afirma em vários momentos que a instituição policial é racista e segregadora. Há uma percepção de que é contraditório que policiais negros ajam de forma a posicionar outro negro na condição de ameaça, de inimigo.

Rapaz, é impossível numa sala – a minha sala tinha 30 alunos – que 27 são negros e o instrutor negro e o cara lhe ensinando que você tem que abordar negro, porque negro é suspeito, seria no mínimo uma aberração o cara dizer aborde, se você ver assim da minha cor, aborde, porque negro é ladrão, seria uma inconsistência total o argumento dele. Os instrutores também são negros, você vai ensinar que negro é suspeito dentro de uma sala de negro é o mesmo que você chegar dentro de uma senzala e falar isso. O que tem é atitude, como é que o cara tá, pra onde ele tá olhando, volume de cintura, odor de droga, essas coisas (Entrevista Policial 1 – LÉO, 2015).

No entanto, há em sua fala uma recorrente associação entre pobreza e criminalidade e a questão racial estaria, de alguma forma, submersa na condição econômica, uma vez que “quem tá morrendo é o povo pobre, não é o povo negro, querendo ou não o povo pobre é negro, por questões de escravidão, de abandono social, intelectual”. Ele discorda dos estudos e estatísticas que apontam para um genocídio dos jovens negros, alegando que é preciso especificar que jovens são esses, uma vez que ele também pode estar nessas estatísticas: “eu tenho 29 anos, sou jovem, negro e de periferia, mas ninguém fala quando um policial é morto, fica abafado. Nós também estamos morrendo”.

Com relação à identificação do “elemento suspeito”, a soldado Maia pontua que não existe um inimigo, porque não estamos em um estado de guerra, no entanto:

A gente tem factoides que são criados, tem tropas da Polícia Militar que são treinadas e convencidas a ter um perfil que aquele é o inimigo. Isso é na formação. Depois tem alguns que passam por cursos de especialização e você tem tropas direcionadas para lidar com esse inimigo que você não sabe quem é. Mas, você não está num estado de guerra.

As falas apontam que há uma percepção de que existe uma construção deste “elemento suspeito” da qual é difícil se desvencilhar na atuação policial. Diz que “perfis facilitam. Se você tem padrão, facilita o trabalho”. Enxerga que as roupas, as tatuagens são marcas culturais que servem para identificar, reforçar determinado grupo e/ou forma de ser jovem, mas os estigmas incorporados na atuação policial acabam associando essas marcas culturais a posturas suspeitas e, portanto, aqueles que portam/assumem essas marcas como passíveis de cometer atos criminosos.

Por mais que a gente diga que não, **o nosso olhar é treinado para abordar**, identificar esse perfil, não necessariamente na localidade, mas você identifica. E geralmente eles [os instrutores da Academia de Polícia] utilizam alguns exemplos: “se ele tiver num sol de 40 graus com um blusão”, mas nem sempre se aborda a pessoa quando ela tá com uma blusa de frio, utiliza-se esse argumento para não dizer que tem um estereótipo. Mas, tem (grifos nossos).

Para Maia, essa “doutrinação” se dá - em grande medida - durante o período de formação dos policiais. A soldado reforça que o período de formação é muitas vezes extremamente violento com os policiais, em âmbitos físicos, simbólicos e psicológicos e que para diminuir as práticas abusivas da polícia é preciso garantir uma maior fiscalização das academias de formação policial. Apresenta, portanto, uma percepção diferenciada da de Arthur que parece legitimar este sofrimento como parte da formação de um “bom policial”.

Se você analisar o currículo é o mesmo, mas em determinados lugares ele pode dar em um dia e nos demais, pode fazer um trabalho de – digamos [utiliza um tom irônico], de muita incursão, de muito tapa na cara. Não tem fiscalização, não tem controle [...]. Experiências de algumas torturas não são só psicológicas, mas físicas, estilo o filme Tropa de Elite, mais ou menos assim. O filme não é exagero. Alguns policiais chegam tendo essa visão e acabam enxergando o outro como inimigo porque ele vai querer descontar o que ele aprendeu lá dentro.

A criação do “inimigo” nos espaços de formação da PM aponta “para a falta de preparo profissional dos instrutores que enaltecem o sofrimento e desconhecem a lógica de poder e dominação presente nas ações desencadeadas por eles mesmos” (FRANÇA; GOMES, 2015, p. 143). Essas ações desencadeadas por esta lógica de dominação contribuem para reforçar o

Processo de sujeição criminal que não se trata apenas de um rotulamento, mas da constituição de subjetividades que incorporam, até certo ponto, ou neutralizam e redimensionam, a sua incriminação, vivenciando, experimentando e assumindo símbolos, linguagens, códigos, estilos e papéis que podem se expressar ou ser representadas como <<tipos sociais>> (MISSE, 1999, p. 51).

No entanto, ao mesmo tempo em que definem e operam na identificação desses “tipos sociais” passíveis de serem criminalizados, os policiais também reforçam o *ethos* policial atrelando-o ao papel do vilão, do que deve fazer valer as leis, honrar a farda, custe o que custar, como se as falas do Capitão Nascimento, do filme Tropa de Elite – que todos os policiais entrevistados citaram como o filme que mais retrata as violências que eles sofrem em suas formações - ficassem ecoando em suas mentes: “você não é caveira, você é moleque! Pede pra sair!”.

Para Maia, no entanto, esses “tipos sociais” se constroem e se fortalecem independentemente da atuação policial:

Acho que o policial enquanto individuo muito pouco ele contribui para a construção do “elemento”, ele enquanto individuo, acredito que é muito mais institucional, o perfil institucional e a própria sociedade já diz quem é aquele elemento.

A escolha pelo caminho do crime, para ela, vem atrelada a construção das identificações com esse universo, a “se assumir enquanto bandido”. Nesse sentido, a trajetória de menino a elemento seria, portanto, uma escolha individual do jovem que decide pelo crime e assume às suas marcas culturais. Como aponta esse depoimento:

Esses meninos se desconfiguram do papel de menino, se assumem enquanto bandidos, à margem, que querem atuar mesmo, se intitulam vida loka. As meninas quando estão com eles, namoram porque elas querem ser protegidas, pelo papel que eles têm dentro do tráfico, ele sai do papel da criança, perde muito tempo, não é um adulto, mas já se torna uma espécie de autoridade. É o processo humano de querer se sobrepor ao outro, intimidar o outro. A presença do tráfico reforça essas características mais cruéis nossas, porque é traço da humanidade ser violento, querer dominar o outro. Aí você tem o tráfico que permite a entrada de drogas (grifos nossos).

Há também em seu discurso uma percepção de o estabelecimento do “inimigo” se dá de forma relacional, ou seja, o policial quer reforçar a identidade dele combatendo os inimigos da sociedade, mas o “*vida loka*” também precisa estabelecer o seu inimigo. “E, ambos, polícia e vida loka vão construir ali as identidades de seus inimigos”, ressalta Maia.

O soldado Luiz diz que “vem desse mundo”, o mesmo mundo que os jovens identificados como suspeitos e submetidos a uma recorrente prática de suspeição perpetrada

pelas instâncias de socialização como a mídia, a escola, a igreja e a polícia, também relata casos onde se sentiu vítima de preconceito. A fala do soldado Luiz segue sempre uma lógica eles/eu, numa aproximação dos universos e não numa relação de oposição entre eu-policial e ele-suspeito. Ele se narra – na maior parte do tempo - como cidadão, como cidadão jovem, morador de periferia, de “estilo largado”, mas que “resistiu” para não entrar na criminalidade. Ele reforça que a “forma de se vestir”, o “jeito de andar”, as roupas de marca são expressões da individualidade daquele menino, é uma forma de se afirmar no espaço “favela”, de dizer quem ele é naquele espaço.

Como cidadão comum já me senti discriminado por conta da minha vestimenta, já parado por tá de bermuda, sandália. Ando largado mesmo, não tô nem aí, pago minhas contas tudo direitinho (Entrevista Policial 2 – LUIZ, 2015).

Já o soldado Arthur, apesar de afirmar que a escolha do sujeito que será abordado não depende de suas características físicas, mas de seu comportamento, revela que existem algumas marcas que facilitam o trabalho da polícia.

[Bruna] Como é o perfil das pessoas abordadas em Itinga?

[Arthur] Na realidade, a gente trabalha mesmo porque a gente gosta. A gente gosta de tá ali, de tá abordando, tal. Aí, no caso, a gente não tem isso de pegar aquele cara que assim aparentemente tem uma tatuagem, tem aquele corte de cabelo que é o que o pessoal de tráfico usa, ou comportamento do pessoal de tráfico, essas coisas, mas a gente aborda de tudo mesmo. [...] Aqui em Itinga acontece muito abordagem por causa de tatuagem. O pessoal aqui se tatua muito. Não entendo onde esse pessoal faz tanta tatuagem. Porque menor de idade só pode fazer tatuagem com autorização de pai e mãe. Mas, você vê aqui os meninos e as meninas com 12, 13 anos cheios de tatuagem. Eu tenho vontade de fazer. Mas vou fazer 34 anos e não fiz nenhuma. Eu vou fazer, mas ainda não fiz nenhuma. Tenho dúvida de onde vou fazer, o que vou fazer e tal. A galera com 12 anos já tem um dragão enorme nas costas que termina na coxa. Aí eu não sei. Não desce isso na minha garganta (Entrevista Policial 2 – ARTHUR, 2015).

5.6. *Ethos* policial e suspeição: contradições incorporadas

[Jovem]: “É por que eu sou negro? É por que eu sou de periferia que eles vão olhar pra minha cara, vão me bater primeiro pra depois perguntar quem sou eu?”.

[Policial]: “A gente meio que se doutrina àquela característica física”.

O diálogo é fictício, mas as falas são reais e foram ditas pelos sujeitos participantes da pesquisa. Ilustram o assunto que vamos abordar aqui: a percepção dos policiais sobre o

processo de suspeição policial, suas respostas sobre o que é ser um bom policial? O que leva o policial a abordar um determinado sujeito e a não abordar um outro? Existe um inimigo?

No processo de apropriação e construção de sentidos, têm-se um imaginário coletivo em que determinados grupos sociais são rotulados como corpos “suspeitos”, e, portanto, passíveis de atos violentos. O controle do Estado, por meio de suas forças de segurança, é a estratégia encontrada, então para combater esse “mal social”. Este Estado e suas instituições de pena e castigo, que no plano político é quem cumpre o papel repressor, em nome de toda a sociedade ¹⁰¹.

Ao contrário dos soldados da Antiguidade cuja ética bélica estava pautada em um desejo individual, uma honra intrínseca, em valores morais do guerreiro, os soldados modernos constroem sua honra por uma ética contrária, extrínseca, em que o que importa são os princípios como a disciplina, a hierarquia, a ordem, a submissão e o condicionamento automático de atos e gestos uniformizadores. Agrupam-se, assim, nas tropas comandadas (FRANÇA; GOMES, 2015, p. 144-145).

Têm-se, portanto, um *ethos* policial ligado à construção de uma subjetividade militar do soldado moderno que pressupõe a necessidade de superar a covardia em combate (FRANÇA; GOMES, 2015). Quando definem o que é ser policial, os soldados dizem: ser policial é “dar as respostas que a sociedade quer”; é “honrar a farda”. Nas suas definições sobre um bom policial aparece na grande maioria aquele que faz um maior número de abordagens, aquele que não é omissivo, que faz tudo o que tiver que ser feito para proteger a sociedade, ou seja, aquele que reproduz as práticas de um modelo de policiamento ainda pautado na repressão como essência da função policial.

De qual “sociedade” eles estão falando? As narrativas apontam que há diferenciação na forma de atuar da polícia a depender de onde estão e com pessoas de quais classes sócias estão tratando. Há uma identificação com a “sociedade” que deve ser protegida e um processo de “desidentificação” com relação ao Outro, o marginal, o à margem da “sociedade”. A

¹⁰¹ Atentamos aqui para a definição legal do Poder de Polícia: “A Administração para o exercício de suas atividades e com a finalidade de atingir o bem comum necessita e faz uso de determinados poderes a ela inerentes, dentre estes destaca-se o PODER DE POLÍCIA. Este poder é o instrumento do Estado que, tem por objetivo restringir ou limitar o uso e o gozo de bens, atividades ou direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado. Na Constituição atual foram elencados uma série de direitos individuais e coletivos que devem ser protegidos e regulados pelo Estado, todavia a utilização abusiva e desenfreada desses direitos impediria, por certo, o convívio social. O regime de liberdades públicas em que vivemos assegura o uso normal dos direitos individuais, mas não autoriza o abuso. A sociedade é um ente maior e aglutinador de necessidades que contrabalaçam com os direitos de cada componente. Desta forma, a sociedade só se harmoniza através de medidas restritivas e disciplinadoras de tais direitos manifestadas pelo poder de polícia da Administração Pública” (Polícia Militar da Bahia, Manual de Abordagem da Polícia Militar, 2010).

incorporação do *ethos* policial, no entanto, parece estar atrelada ao abandono da própria condição de cidadão, como apontam alguns relatos:

Você se endurece. Você vê a morte de outra forma, você vê a vida de outra forma.

Quando a gente tira a farda, a gente é cidadão, mas a gente esquece que para o Estado a gente nunca tira a farda né? [...] Nós somos policiais 24h por dia, estamos submetidos a um regime militar muito duro. Você tá fadado à violência do marginal que pode lhe perseguir, lhe matar. E você vai sendo violentado aqui dentro também.

A gente não consegue, a gente não tem uma identidade. Não há uma identidade. Porque não é uma questão apenas da repressão [...], mas parece que o policial tá ali só atacando o problema, direcionado para um problema final que é um problema causado pela ausência de tudo.

É uma síndrome assim que, quando a gente desembarca da viatura, eu acho, eu sinto, que ninguém gosta mais de mim ali. Entendeu? Só porque eu sou policial. Porque ninguém gosta de mim. Entendeu?

Quem traz um contraponto a estas falas é a soldado Maia, quando afirma que no sistema que compõe as Forças Policiais (Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Militar e Civil) é a Militar que “lida com um cotidiano bem mais diferente, bem mais duro”. Para ela, há um grande equívoco sobre o papel da polícia: “o papel da polícia não deveria ser reprimir, mas fiscalizar, proteger a sociedade, permitir que os direitos sejam garantidos”. Esse equívoco, segundo a soldado é responsável pela situação atual onde se vive numa guerra, mas não declarada.

O *ethos policial* também pressupõe a identificação do inimigo, aquele que precisa ser combatido pelo policial corajoso e destemido. A fala da soldado Maia aponta para essa construção e revela as contradições vivenciadas pelo cidadão que para ser policial precisa assumir esse *ethos guerreiro*:

A gente vive numa guerra que não é uma guerra declarada, isso é péssimo. Como você vai combater se você não sabe quem é o inimigo. Ai você não sabe como vai agir. Se você está em estado de guerra, você tem estratégias e sabe contra quem vai combater, o comando. Mas, e quando você tem estatísticas de guerra em um estado democrático? Como fazer? Você tem estatística de guerra, mas não está numa guerra declarada. Então em tese você não tem inimigo. Em tese [aqui ela faz um uma entonação à palavra tese acrescentando vários “e”, num tom irônico]. São criados factoides. São criados perfis e eu não sei quem se beneficia na verdade hoje. Antes tinha um grupo político, uma elite que é beneficiada da gente se digladiar, dos menos, dos mais excluídos se atacarem. A gente, sociedade, os mais

excluídos do processo, desse mundo consumista que tem acesso a tudo, talvez fosse interessante se exterminar. Mas hoje, que se está atingindo a tudo e a todos [...]. Por isso que eu acho que não tem um inimigo, porque a gente não está em um estado de guerra. Não tem inimigo declarado. A gente tem factoides que são criados, tem tropas da polícia militar que são treinadas. Temos tropas da polícia militar que são treinadas e convencidas a ter um perfil que aquele é o inimigo. Isso é na formação. Depois tem alguns que passam por cursos de especialização e você tem tropas direcionadas para lidar com esse inimigo que você não sabe. Mas você não está num estado de guerra. **Você é treinado para lidar contra um inimigo que você não sabe quem é** (grifos nossos).

No entanto, é esse *ethos policial* pautado na identificação e combate ao inimigo que acaba por reproduzir a esquizofrenia de um Estado que vai formar tropas que respondem a um racismo introjetado. Segundo Fanon (2008) é um racismo que é a operação da violência simbólica e mola propulsora da engrenagem capitalista. O estigma, nessa perspectiva, é o reflexo da operação dos mecanismos políticos e ideológicos do colonialismo que hierarquizam os seres humanos e as diferentes culturas.

Para o soldado Léo, o policial deve ter “postura enérgica”, o que significa agir com técnica e firmeza, mas não pode ser “emocionado”, ou seja, agir pelo impulso, pela raiva. Acredita, no entanto, que escolha de agir ou não de forma “enérgica” está relacionada ao público com o qual está lidando. É taxativo ao afirmar que com a população na periferia é preciso agir de forma enérgica, pois lá “tem o vício do costume, a periferia é mais acostumada a polícia ser enérgica, não truculenta, mas aquela abordagem mais firme e o cara aceita. Na área nobre não”. Ele define: “enérgico é você ser firme, você ser forte, mostrar que quem tá ali com poder estatal é você, que você está ali em nome do Estado e isso incomoda”.

Para Léo, os soldados com até cinco anos na carreira tá “nessa metamorfose de incorporar que você não é um cidadão superior às outras pessoas, que você tem uma arma na cintura, mas o outro também pode ter e que pelo Estatuto tudo o que você faz a gente é penalizado”.

Essa incorporação do ethos policial começa no período da formação policial quando precisam “aprender a ser um bom policial”, o que para alguns soldados parece estar associado a aceitar sofrer violências físicas e simbólicas que posteriormente serão reproduzidas nas operações policiais. “Sabe Tropa de Elite? Meu curso foi naquela pegada. Aquilo ali foi meu curso de formação de soldado. Eu paguei aquele vexame. É nessa pegada mesmo. É tapa na cara. Murro na cara. Choque na língua”, como relatou o soldado Arthur.

Essa violência a qual os policiais, muitas vezes, são submetidos durante o período de formação, apontam para a pedagogia do sofrimento presente em grande parte dos cursos de

formação dos policiais militares no Brasil. Uma pedagogia militarista atrelada a “uma forma de profissionalizar seus alunos para o sofrimento físico e psíquico, como mote orientador da construção de uma vontade bélica de proteger a sociedade, de acordo com a crença policial” (FRANÇA; GOMES, 2015, p. 146). Trata-se da incorporação de um *ethos guerreiro* legitimado pela cultura institucional numa sociedade moderna marcada pelo poder disciplinador (FOUCAULT, 1979; 1987) que condiciona o corpo e o espírito dos soldados e os submetem à uma lógica de comando, submissão e obediência em troca de uma pretensa “estabilidade financeira”. É por isso, que nas palavras do soldado Arthur: “o cara tem que nascer para ser policial”.

5.7 O “medo da morte” costura as narrativas

Assim como a palavra “*normal*” e suas expressões derivadas, o “*medo da morte*” foi a expressão que mais apareceu nas narrativas de adolescentes jovens e policiais ao longo da pesquisa. Um medo associado à morte violenta, principalmente a causada por armas de fogo. Não se referiam ao medo da morte natural ou por doença. Enquanto para os jovens – e aqui me refiro às percepções trazidas pelos adolescentes do sexo masculino – o medo da morte está atrelado principalmente a duas situações: a de ter a sua vida ceifada por um policial em alguma operação onde ele apareça para a polícia como um possível suspeito por conta de suas características físicas (cor da pele, corte de cabelo, roupas), suas atitudes (forma de olhar, forma de mexer as mãos) e o de ser refém das dinâmicas do tráfico e da criminalidade.

Na construção dos personagens, o “*medo da morte*” aparece como resposta à pergunta: “do que você tem medo?” em três perfis (*do hiphop; do projeto social; da facção*). As idades dos personagens criados variam de 16 a 19 anos. O “*medo da morte*” não aparece no único personagem feminino, a da igreja – que tem medo de perder Deus ou a compaixão – o que aponta para as diferenças das dinâmicas da violência entre meninos e meninas. No Jovem de Torcida Organizada, a resposta “não tenho medo da morte”, vem logo acompanhada da afirmativa: “meu sonho é viver muito”. Uma negativa, portanto, que afirma o medo de morrer de um personagem que tem 19 anos. Nas entrevistas individuais, este medo é retomado e associado a relatos de situações onde correram risco de morte.

Para os policiais, o “*medo da morte*” tem duas dimensões: o medo de morrer no exercício da profissão de policial – ou fora dela, pois segundo eles, “o policial nunca tira a farda nem para a sociedade nem para o Estado” e o medo de ser acusado e punido por ter

tirado a vida de alguém em uma operação policial. O medo condiciona, portanto, toda sua relação com as pessoas, com os territórios onde trabalham, vivem e/ou circulam e com as instituições nas quais estão vinculados. O medo também justifica a violência.

Nós policiais honrados que sempre saímos para fazer o certo, jamais vamos para matar ninguém, para vingar. Ninguém aqui de nós, nenhum policial sai com o intuito de matar ninguém não. O evento acontece. O evento morte acontece. Ou do lado de cá, ou do lado de lá. E que seja sempre do lado de lá, infelizmente. A gente tá aqui só para se defender. (*Soldado durante roda de diálogo, ao responder à pergunta o que é ser policial*).

Na construção dos personagens, a casa, principalmente, o quarto que aparece como lugar de proteção, de autoafirmação, de espaço para poder “ser quem é”. Mesmo o jovem de facção – aquele isolado, punido por estar cometendo atos ilícitos e por usar drogas – mesmo ele, tem a proteção na sua laje e sonha em sair do tráfico e ficar feliz com sua família em sua casa.

Entre os policiais, o “*medo da morte*” aparece em suas entrevistas individuais sempre atrelado à uma consequência de ter escolhido a profissão de policial. Ressaltam a perda da liberdade: “Eu não tenho mais a liberdade que tinha, não ando da forma que andava. Ando assustado, ano com duas armas na cintura, de colete. Eu não me sinto livre, me sinto um cidadão potencialmente enjaulado”.

Entre o grupo de adolescentes jovens, o “*medo da morte*” parece levar a dois caminhos possíveis: evitar a expressão das suas identidades juvenis, normalizando-se, num processo de violência simbólica ou alimentar uma raiva pela polícia e pela sociedade de forma mais ampla que pode conduzir à prática de atos violentos. O mesmo processo de supressão de suas subjetividades e negação do direito à aparência está presente nas narrativas dos policiais.

5.8 O método como entre lugar: reflexões sobre a intervenção

Apesar de não ter sido feita uma análise aprofundada os aspectos relativos à análise dos impactos desta pesquisa-intervenção, algumas narrativas apontam para os deslocamentos de discursos que foram sendo feitas ao longo do percurso. O que aponta para a contribuição da intervenção com um processo de estímulo à reflexão entre ambos os grupos sobre os mecanismos de construção das representações sociais sobre as dinâmicas da violência e os seus agentes estigmatizadores. Apontam também para mudanças nas formas de se olhar e se representar.

Por exemplo, quando Christopher conta que começou a perceber que estava falando diferente, que estava “menos fechado” e “menos agressivo”, pois tinha conseguido transformar a tristeza e a dor que tinha no peito em esperança e até a “*se olhar diferente*”. Ou quando o soldado Arthur me diz após falar por quase duas horas comigo durante sua entrevista individual: “não lembro a última vez que falei assim, não falo tanto nem com minha mulher”. Não foi apenas a oportunidade da fala que se fez possível naquele momento, foi possível também modificar a postura corporal. O soldado – que durante os encontros em coletivo – não conseguia descruzar os braços, tampouco tirar o seu colete a prova de balas – conseguiu adotar uma postura corporal mais relaxada, olhou-me nos olhos pela primeira vez e olhando-me deitou o colete em cima da mesa.

Lembro também quando o soldado Luiz me diz que para que a relação entre os jovens e a polícia seja diferente é preciso existir mais diálogo entre eles, pois, segundo ele “o jovem não conhece o policial e o policial não conhece o jovem, se encontram na abordagem”. Alguns exemplos de processos que aconteceram ao longo do processo de pesquisa.

Durante a pesquisa, a partir dos relatos, dos desabaços, das produções em grupo e das entrevistas individuais, ia escutando o meu objeto: ele me falava do devir, do caminho que leva um jovem ao lugar de refém do seu estigma e, que, inclusive a escolha da carreira militar pode ser a reafirmação desse lugar, a reafirmação desse estigma. Sem sonhos, sem idealizações, a profissão de policial aparecia para o grupo desta pesquisa como uma das poucas alternativas para ser um “*cidadão de bem*”, nem que para isso, tenha que “trabalhar sobre adrenalina, o que leva também a polícia a estar doentia porque a gente trabalha com a miséria social”, como descreveu um dos soldados do grupo.

Estar num entre lugar foi um desafio imenso e um desejo de conseguir conduzir o processo de pesquisa-intervenção e, posteriormente, de análise dos dados sem me render à dualidade algoz *versus* vítima. Primeiro, por uma construção a qual eu também estou condicionada. Segundo, por que na grande parte das narrativas é esta lógica binária que se reproduz nos discursos dos adolescentes jovens e dos policiais que construíram a pesquisa comigo. Como sair desse lugar? Uma das principais estratégias foi deixar os sujeitos se apresentarem. Deixar que suas individualidades aparecessem no texto, além de fazer um exercício de contrapor as falas numa tentativa de colocá-las para dialogar e não para disputar sentidos e significados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi identificar e analisar as percepções de violência a partir da relação entre adolescentes jovens e soldados da Polícia Militar de Itinga. Foram três os objetivos específicos: mapear e contextualizar as dimensões, causalidades e consequências da violência para adolescentes jovens e policiais; identificar as narrativas de violência na relação entre adolescentes jovens e policiais e contrapor estas percepções. A nossa estratégia foi contrapor as narrativas – construídas em grupo e nas entrevistas individuais – de adolescentes jovens e policiais.

Algumas conclusões, ainda que parciais, apontam, principalmente que a atualização e reafirmação da junção da criminalização da pobreza e do racismo colocam-se como paradigmas que infelizmente permanecem estruturando a organização e sociabilidade do país, interferindo no cotidiano de jovens brasileiros. O estigma é apontado como estruturador da sociabilidade tanto dos adolescentes jovens, quanto dos policiais.

Em suas narrativas, os policiais apontam terem tido comportamentos e vivências semelhantes aos adolescentes jovens que hoje recriminam, rotulando-os como inconsequentes, irresponsáveis e rebeldes. No entanto, hoje, assumem uma dupla condição de poder na hierarquia social frente aos jovens, por serem adultos e operadores de Segurança Pública do Estado. Para exercer o poder sobre os jovens pobres e periféricos nos territórios onde atuam, parece ser preciso negar a sua própria juventude pobre e periférica, num processo de “desidentificação”, de assunção do *ethos policial*. A negativa de si para exercer o poder sobre o outro.

Apesar das percepções distintas, ambos os grupos parecem reproduzir um discurso social que associa a participação ativa de adolescentes e jovens em atos violentos e/ou trabalho para o tráfico de drogas a uma questão de “escolha”, e, acima de tudo, uma “escolha do jovem”. Uma trajetória para a criminalidade que começa e termina nesse jovem, que, mesmo não escolhendo o “*caminho do mal*”, precisa superar “*barreiras*” para demonstrar que não se trata de um corpo suspeito.

Isto porque adolescentes jovens e policiais se socializam nas dinâmicas culturais das periferias dos grandes centros urbanos. Compartilham códigos, gostos, práticas cotidianas. Constroem e comungam de um imaginário social que condicionam suas formas de se comportar, falar, agir e se relacionar. Reproduzem em suas falas um imaginário social que

confere a condição de subcidadania à grande parcela da população brasileira. Imaginário esse em que a criminalização da pobreza aparece como dispositivo que condiciona a forma como adolescentes e jovens são vistos por si próprios e pela polícia, que reproduz e opera as dinâmicas criminalizadoras do Estado.

A análise das percepções dos adolescentes jovens e dos soldados da Polícia Militar aponta para o processo de reforço da sua condição de “marginalidade” por parte dos policiais militares em abordagens arbitrárias, discriminatórias e violentas. A relação juventude e polícia evidencia, para esse grupo, o perfil de uma forma de ser jovem – aquela em que o jovem assume a participação ativa em atos violentos - que é justamente a qual eles tentam rechaçar - entendendo que esta é uma maneira de continuarem vivos por mais tempo. Neste sentido, as percepções foram mediadas por temas transversais que aparecem recorrentemente nas narrativas de adolescentes jovens e policiais: o medo da morte; a falta de direcionamento da família e a expressão de sua individuação – através da moda, da aparência, do gestual – como exposição à suspeição policial.

Não foi objetivo do estudo aprofundar questões como a relação entre juventude, gênero e violência; percepções dos sujeitos sobre a segurança pública no Brasil e sobre as políticas de policiamento comunitário, especificamente, bem como aprofundar a relação entre violência, criminalidade e a questão étnico-racial. Porém, foram temas que surgiram nas narrativas dos sujeitos participantes e que podem ser aprofundados em outros possíveis estudos.

A questão de gênero, por exemplo, aparece nas narrativas individuais em que a maioria dos sujeitos revela ser a mulher que exerce o papel principal nas configurações familiares; aparece na construção dos perfis/personagens de gênero quando se nota a reprodução de um olhar objetificado e rotulado sobre a mulher e seu papel social ou quando as adolescentes relatam inúmeros casos onde elas e suas mães ficam a todo momento com medo de os homens (irmãos, primos, pais) entrarem para as estatísticas da violência urbana.

As percepções de ambos os grupos sobre a segurança pública no Brasil também é outra temática, para a qual surgiram alguns conteúdos. A desmilitarização da polícia, como um caminho para modificar o cenário de violência e criminalidade no país foi uma sugestão trazida por um dos soldados que apesar de não ter sido aceita por todo o grupo, foi bem recebida pela maior parte do grupo. Os adolescentes jovens, por sua vez, também fazem reflexões sobre o tema. A questão étnico-racial também possibilitaria uma discussão mais

aprofundada. Nas narrativas dos adolescentes e policiais a questão racial aparece sob o ponto de vista da negação da condição de negro, bem como a relação juventude, consumo e criminalização.

São diversos os caminhos possíveis para analisar as dinâmicas da violência e da criminalidade que se alastram pelas periferias brasileiras. Aqui, trouxemos a questão para o debate por meio da individualização dos sujeitos, da possibilidade de que suas vozes pudessem ser escutadas e colocadas para “dialogar”. Os resultados obtidos com este estudo reforçam a complexidade da temática trabalhada e a impossibilidade de obter respostas simples para questões tão complexas.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; LÉON, O.D.; FREITAS, M.V. (Org). **Juventude e Adolescência no Brasil**: referências conceituais. Ação Educativa: São Paulo, 2005.

ABRAMOVAY, M. et.al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: Unesco, BID, 2002.

ABRAMOVAY, M.; ANDRADE ER.; ESTEVES, L.C. (Org.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Unesco, 2007.

ABRAMOVAY, M.; FEFFERMAN, M. Juventude e sociabilidade: vivendo uma cultura de violência. In: **Sociologia Especial**, SP, ano I, n.2, p. 46-55. 2007.

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Palestra em vídeo. TED Global, 2009. Disponível em http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br. Acesso em 04 ago. 2015.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho!**: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Editora Plano, 2002.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOGDAN, R.; BIKLENM, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1991.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORGES, L. M. Propostas de Narrativa sobre o Plano Juventude Viva/2014. Análise Crítica da Articulação Nacional Juventude Viva. Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde, Jorge Careli, Ensp, Fiocruz. Plano Juventude Viva - Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria Geral da Presidência da República, 2014.

BOURDIEU, P. “Juventude” é só uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 151-162

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa, Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAGA, C. S.; HENRIQUES, M. S.; MAFRA, R. L. M. O Planejamento da comunicação para mobilização social: em busca da corresponsabilidade. In: HENRIQUES, M. S. (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BRASIL, Presidência da República, Secretaria-Geral. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Brasília: Presidência da República, 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAPPI, R. Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico sobre a redução da maioridade penal (1993 – 2010). In: **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. Brazilian Journal of Empirical Legal Studies. Vol 1, n. 1, jan 2014, p. 10-27.

_____. **O medo é economicamente rentável**. Revista Muito. Jornal A TARDE. Disponível em <<http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1673449-cappi-o-medo-e-politicamente-rentavel>>. Acesso em 17 abr. 2015.

_____. Prevenção de violências: sem fórmula, com formas. In: **Convivência e segurança cidadã: reflexões por uma nova abordagem de segurança pública**. Brasília: PNUD, Conviva, 2016 (no prelo).

CARVALHO, I. M.; PEREIRA, G. (Org.); RIBEIRO, L. C. (coord.). **Salvador: transformações na ordem urbana: metrópoles, território, coesão social e governança democrática**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014.

CHARTIER, R. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, n. 11, 5/1991.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. In: **Crítica y Emancipación**, (1): 53-76, junho 2008.

CHEHAIBAR, G. **Bioética e crença religiosa: estudo da relação médico-paciente Testemunha de Jeová com potencial risco de transfusão de sangue**. São Paulo: USP, 2010.

CHIMAMANDA, N. A. **O perigo de uma história única**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em 20 jun 2016.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2 ed. Biblioteca da Educação Série 1. Escola v.16. São Paulo: Cortez, 1995.

COIMBRA, C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, jun. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 jan. 2015.

CORDEIRO, T.; TAPARELLI, G. Cuidado, atrás da porta tem gente! Reflexão sobre a morte violenta de jovens em Salvador. In: ALMEIDA, A. O.; NORONHA, C. V. (Org.). **Violências**

Intencionais contra grupos vulneráveis – crianças, adolescentes, jovens e idosos. Salvador: Edufba, 2012.

COHEN, S. La negación em funcionamento: mecanismos y dispositivos retóricos. In: **Estados de negación: Ensayos sobre atrocidades y sufrimientos**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005, p. 71-95.

DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. No 24. Set /Out /Nov /Dez, 2003.

DIÓGENES, G. M. S. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. Tese (doutorado). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, 1998.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2003.

EMICIDA. Milionário do Sonho *in* **O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2013.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEIXA, C. **De Jóvenes, Bandas y Tribus: Antropología de la juventud**. Editorial Ariel, S.A. Barcelona, 1998 (1ª edición), 1999 (2ª edición).

FILHO, M.; NOBRE, M.T. (Org.). **Política e Afetividade**: narrativas e trajetórias de pesquisa. São Cristóvão: EDUFBA/EDUFS, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2014**. Brasília, 2014.

FRANÇA, F.; GOMES, J. L. “Se não aguentar, corra!”: Um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo v. 9, n. 2, 142-159, Ago/Set 2015.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7 ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1983.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Tradução Eric Nepomuceno. 9. Ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GARTNER, R. **Violence**: From Biology to Society. Proceedings of the International Meeting on Biology and Sociology of Violence, Valencia, Spain, 16-18, September, 1996.

GIL, G. **Iansã**. Música de Gilberto Gil e Caetano Veloso. Gravação ao vivo na Poli (USP). São Paulo, SP: 1973.

- GÓES, A. C. F. **Adolescência**: olhares sobre teorias, dados empíricos e políticas públicas. 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Família na Sociedade Contemporânea, Psicologia, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2006.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- GOMES, C.A; SOUSA, C.A. A juventude na ótica de policiais: a negação do direito na aparência. **Linhas Críticas**. Brasília, DF. v. 17, n. 34, p. 527-543, set./dez. 2011.
- GONDIM, S.M. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Revista Paidéia**, 2013, 12(24), 149-161.
- GUERRA, I. **Pesquisa qualitativa e Análise de Conteúdo**: sentidos e formas de uso. Pricípa Editora: Cascais, Portugal, 2016.
- GURSKI, R. **Três ensaios sobre Juventude e Violência**. São Paulo: Escuta/Clínica Maud Mannoni, 2012.
- HAESBART, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março. São Paulo: USP, 2005.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracica Lopes Louro. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HENRIQUES, M. S. **Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. 2014.
- JÚNIOR, E.; MEDEIROS, K. **Desrespeito a imagens**: a brutal exposição do jovem morto. Jovens&Juventudes. Editora Universitária: PPGS/UFPB, 2005.
- KRUG, E.G., **Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde**. Brasília: OMS/Opas/UNDP/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.
- LACAZ, A.; PASSOS, P.; LOUZADA, W. **Pesquisadora ou militante? Análises do pesquisar (sobre) implicação**. Mnemosine. Vol. 9, nº1, p. 212-223, 2013.
- LEITE, M.; SILVA, A. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Revista Scielo. Sociedade e Estado**. v. 22, n. 3, p. 545-591, set/dez, 2007.
- LIMA, R. ; OLIVEIRA, J. ; RIBEIRO, M. ; JATOBÁ, E. (Org). **O quebra-cabeça dos dados nas Políticas de Segurança**. Recife: Provisual, 2012.
- LYRA, D. **A república dos meninos**: juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.
- MACEDO-FILHA, J. F.A. **Dança com Lobos**: a rua dos meninos e meninas de rua. Lauro de Freitas, 2010.

MALVASI, P. A. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, 2012.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (Org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MATOS, R.C.A. **O Sarcasmo das coisas**: um estudo sobre recepção, publicidade e grupos “precarizados”. São Paulo: Scortecci, 2013.

MARTÍN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, D. (org.). **Por uma outra comunicação**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MESQUITA NETO, P. Ensaio sobre Segurança Cidadã. São Paulo: Quartier Latin, Fapesp, 2011.

MIGUEL, L. Violência e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 30. nº 88, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n88/0102-6909-rbcsoc-30-88-0029.pdf>>. Acesso em 3 mar 2016.

MISSE, M. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1999.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOZZATO, A.; GRZYBOVSKY, D. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração**: Potencial e Desafios. Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: 20 jan 2015.

MUCHEMBLED, R. **História da Violência**: do fim da Idade Média aos nossos dias. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2012.

NOVAES, R. **Juventude, juventudes**. Jovens das “classes C, D e E” frente aos dilemas de sua geração. Subsídios para o Seminário Juventude e Teledramaturgia. Rio de Janeiro: Edital FICTV/Mais Cultura, 2008.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**: Jul-Dez, 2012. , v.2, n. 2, p. 395-418.

PERUZZO, C. M. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação**: pressupostos epistemológicos e metodológicos. 2003. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Belo Horizonte, 2003.

_____. **Epistemologia e método da pesquisa-ação**. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. Anais XXV Encontro Anual da Compós. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

PIMENTA, C.A; DA COSTA, M.R. **A violência**: natural ou sociocultural? In: VILHENA, M. A. (Coord.). Coleção Questões Fundamentais do ser humano. São Paulo: Paulus, 2006.

PINHEIRO, P.; DE ALMEIDA, G. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

PNUD. **Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU Segurança com Cidadania** – prevenindo a violência e fortalecendo a cidadania com foco em crianças, adolescentes e jovens em condições vulneráveis em comunidades brasileiras. Brasília: PNUD, 2013

_____. Diagnóstico Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã de Itinga, Lauro de Freitas, Bahia. Brasília: PNUD, 2013.

_____. Plano Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã de Itinga, Lauro de Freitas, Bahia. Brasília: PNUD, 2013.

_____. Relatório de Acompanhamento das Ações do Programa Conjunto em Lauro de Freitas, Bahia. Brasília. 2015.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. **Manual de Abordagem da Polícia Militar da Bahia**. Bahia, 2010.

REIS, D. **A Marca de Caim**: As características que identificam o “suspeito”, segundo relatos de policiais militares. Caderno CRH, Salvador, n. 36, p. 181-196, jan./jun. 2002.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ROBERTO, B.L. La nueva violencia urbana de América Latina. **Sociologias**, vol. 4, número 8, Julio-diciembre, 2002, pp. 34-51, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasil.

ROCHA, R.M. **Cenas urbanas e culturas juvenis**: cidade, consumo e mídia no Brasil de 60 e 70. Grupo de Trabalho CLACSO “Juventud y nuevas prácticas políticas en América Latina”, Monterrey, 2008.

RODRIGUEZ, A.. Entrando no Labirinto. In: _____. **Labirintos do tráfico: vidas, práticas e intervenções: em busca de saídas possíveis**. Rio de Janeiro: 7 Letras. P. 45-86. 2013.

ROSA, P. O. **Juventude criminalizada**. Insular: Florianópolis, 2013.

SANTOS I.; SILVA, LA.; GAUTHIER, J.; GUERRA, R. G. M. **Contribuições da sociopoética à produção científica sobre cuidar em enfermagem**: revisão integrativa de literatura. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2013 jan/mar;15(1):243-52. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v15i1.20888>.doi:10.5216/ree.v15i1.20888. Acesso em 20 mar. 2016.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.

SANTOS, J. E. **Cuidado com o vão** – repercussões do homicídio entre jovens de periferia. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2010.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA. **Cartilha de Orientação Policial: Desvendando Segredo**. Salvador: Magic Gráfica, 2012.

SEGOVIA HERRERA, 1988 *apud* LIMA, M.; DUPAS, G.; OLIVEIRA, I.; KAKEHASHI, S.). **Pesquisa Etnográfica: iniciando sua compreensão**. Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.4 no.1 Ribeirão Preto Jan. 1996.

SILVA, T.T.S. (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

_____. **Raízes do Imobilismo Político na Segurança Pública**. Revista Interesse Nacional. Ano 5/20. Janeiro-março, 2013.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2004, p. 130-159.

SOARES, L.E.; GUINDANI, M. **A violência do Estado e da Sociedade no Brasil contemporâneo**. Nueva Sociedad, 2008.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania – por uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. **Para compreender a desigualdade brasileira**. Teoria e Cultura. V1/N2. Jul/dez, 2006.

SPIVAK, G. C.. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. Editora Cortez. São Paulo, 2005.

TRASSI, M. L.; MALVASI, P. A. **Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência**. São Paulo: Cortez, 2010.

URIARTE, M.U. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul/dez 2009.

VELLOSO, S. C. S.. **Autos de Resistência: algumas considerações sobre tráfico de drogas e letalidade policial nas favelas do Rio de Janeiro**. Editora Multifoco: Rio de Janeiro, 2011.

VELOSO, M. A. **Apesar que o vida loka também ama: experiência afetiva de adolescentes inseridos no tráfico de drogas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad demográfica em América Latina: qué hay de nuevo?** In: CEPAL. Seminario Vulnerabilidad. Santiago: Cepal, 2001.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014: Homicídios e Juventude no Brasil**. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em 20 mar. 2016.

_____. **Mapa da Violência 2015:** adolescentes de 16 e 17 anos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em 20 mar. 2016.

WELLER, V. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, maio/ago. 2006.

ZALUAR, A. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **A Máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. 2 ed. Editora Brasiliense, 1994.

8 APÊNDICES

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Policiais

INFORMAÇÕES PESSOAIS E RELATOS DA SUA ADOLESCÊNCIA

Conte um pouco sobre sua história (livre: onde nasceu, como chegou até Itinga, suas lembranças de infância). Fale sobre sua adolescência. Como você foi adolescente jovem? Se sentia estigmatizado? Por que? Lembra de alguma situação que se sentiu estigmatizado? Fale sobre ela.

Fale sobre sua trajetória escolar...

Fale sobre suas relações familiares...

Fale sobre sua relação em comunidade...

Fale sobre sua relação com a religião

(o que pensa sobre religião? É ligado a alguma? Qual? Freqüenta igreja/templo/terreiro? Quando e por que começou a frequentar?)

Fale sobre sua relação com a mídia

(o que consome de informação? Quais programas assiste? Como se mantém informado? O que te atrai na televisão?)

Fale sobre sua trajetória antes de entrar para a carreira policial

(quais eram seus sonhos? Por que escolheu essa profissão? Quem era você antes de ser policial e quem é você hoje? Já sofreu alguma abordagem indevida/inapropriada antes de ser policial?)

Como definiria ser adolescente jovem antes de ser policial e depois de ser?

Você se considera jovem? Sim? Não? Por que?

RELAÇÃO JUVENTUDE E POLÍCIA

O que caracteriza um “elemento suspeito”? Quais as características principais?

Como acredita que um menino vira “elemento”? Como acha que acontece essa trajetória?

O que é para um policial, uma figura tipicamente suspeita e quais as características que levam a polícia a abordar alguém?

Quais os locais mais críticos e as diferenças de tratamento policial de acordo com as áreas da cidade?

Quais suas sugestões sobre o que deve ser feito para mudar as políticas de segurança e os hábitos da polícia?

ADOLESCENTES JOVENS

INFORMAÇÕES PESSOAIS E RELATOS DA SUA ADOLESCÊNCIA

Conte um pouco sobre sua história (livre: onde nasceu, como chegou até Itinga, suas lembranças de infância). Como é ser adolescente jovem? Se sente estigmatizado? Por que? Lembra de alguma situação que se sentiu estigmatizado? Fale sobre ela.

Fale sobre sua trajetória escolar...

Fale sobre suas relações familiares...

Fale sobre sua relação em comunidade...

Fale sobre sua relação com a religião

(o que pensa sobre religião? É ligado a alguma? Qual? Frequenta igreja/templo/terreiro? Quando e por que começou a frequentar?)

Fale sobre sua relação com a mídia

(o que consome de informação? Quais programas assiste? Como se mantém informado? O que te atrai na televisão?)

RELAÇÃO JUVENTUDE - POLÍCIA

O que caracteriza um “elemento suspeito”? Quais as características principais?

Como acredita que um menino vira “elemento”? Como acha que acontece essa trajetória?

O que é para um policial, uma figura tipicamente suspeita e quais as características que levam a polícia a abordar alguém?

Quais os locais mais críticos e as diferenças de tratamento policial de acordo com as áreas da cidade?

Quais suas sugestões sobre o que deve ser feito para mudar as políticas de segurança e os hábitos da polícia?

APÊNDICE II - ROTEIRO I OFICINA DE LINGUAGENS

1. Retomada, apresentação do roteiro da atividade e combinados
2. Retomadas das categorias de juventude de Itinga
3. Construção do personagem em duplas
4. Apresentação dos personagens
5. Avaliação

APÊNDICE III – PERFIS DOS JOVENS DE ITINGA

Figura 1 – Fichas de identificação dos perfis de jovens de Itinga | Grupo 1 (adolescentes jovens)

Jovem do hip-hop

Sou Tiago, gosto de ser chamado de Ti. Tenho 17 anos, sou baixo, tenho o rosto meio cumprido, assim meio oval. Tenho a pele negra. Meus cabelos são castanhos e tenho olhos cor de mel. Vivo em uma periferia. Minha casa tem vários quadros. Minha rotina é estudar, trabalhar, treinar minhas obras de arte e fazer desenho nas paredes. Me visto com uma roupa comum, tipo uma bermuda jeans e uma camisa gola polo. Sou uma pessoa humilde, uma pessoa igual às outras. Meus amigos são pessoas felizes e alegres. Gosto de frequentar festas de pagode. O que mais gosto de fazer para me divertir é sair com meus amigos no final de semana e ir ao cinema. Na televisão assisto muita violência, muitas denúncias. Gosto de arrocha e de pagode. Adoro comer beijinho e meu prato predileto é moqueca. Tenho medo de perder minha vó e de morrer de morte trágica. O que mais me irrita é não fazer o que gosto. Quando estou irritado saio para pixar e não para grafitar, é só para expressar minha raiva. O que mais me alegra é desenhar, estar no meio das pessoas que fazem a mesma coisa que eu. O que me deixa seguro é a autorização para fazer meus grafites. O que me deixa inseguro é ser pego por policiais ou pessoas mal informadas. Meu sonho é ser um artista reconhecido. Quando dou carinho, me sinto seguro e contente e quando recebo carinho me sinto seguro e confortável. Meus planos para o futuro são crescer com minha arte, mostrar que meu talento faz parte da comunidade.

Jovem do projeto social

Tenho 17 anos, 70kg e 1,75m. Meus olhos são azuis e puxados, a boca pequena, o nariz fino, a testa normal e o rosto afinado. Sou pardo. Meus cabelos são ondulados, pretos com luzes. Tenho piercing no nariz. Meu nome é Ruan Felip, gosto de ser chamado de Ru ou Lip. Moro em um apartamento. Meu quarto é azul, com iluminador noturno, tem uma cama de casal, computador, televisão, um skate e um guarda-roupa. Curso o 3º grau, trabalho na bilheteria de um cinema e faço aula de dança. Me visto de sapato “vans”, calça jeans e camiseta. Me acho lindo, sarado e metido. Tenho todos os tipos de amigos. Frequento boates, festas, encontros. O que mais gosto de fazer para me divertir é sair, cantar, ouvir música e dançar. Na televisão assisto Os Simpsons, Deatn Note, filmes de ação, suspense, comédia e terror. Gosto de rap, do Projota, O Rappa, Onze e 20. Gosto de eletrônicas, David Guetta, DJ Diogo, DJ Dojo e gosto de musica pop também: Charlie Brown Jr., Rihanna, Evanescense, Nx Zero. Gosto de comer lasanha, pizza e macarrão. Tenho medo da morte.

Quando tenho medo, eu corro. O que mais me irrita é a insistência, minha mãe e que alguém reclame comigo. Quando estou irritado como chocolate, dou murro na parede e ouço música. O que mais me alegra são os amigos, os pais e o meu cachorro. O que me deixa seguro é meu quarto. O que me deixa inseguro é uma rua deserta. Meu sonho é viajar. Quando dou carinho, me sinto amoroso, carinhoso e feliz. Quando recebo carinho, me sinto calmo, seguro e muito amado. Meus planos para o futuro são ter uma casa própria, viajar muito e ter ainda meu cachorro de infância e uma família.

Jovem da igreja

Sou Ruth e tenho 19 anos. Sou baixa, morena, uso mega hair e tenho olhos cor de mel. Uso brincos. Sou católica. Gosto de ser chamada de abençoada. No meu quarto tenho água benta, bíblia e terço. Estudo, trabalho e vou à igreja. Uso roupas largas e bem comportadas. Sou alegre, mas com vergonha. Gosto de ir à igreja, passeios e eventos cristãos. O que mais gosto de fazer para me divertir é ação social, bazar, ir à praia e à praça. Na televisão, assisto Paixão de Cristo e missa. Gosto de qualquer tipo de música que não tenha palavrões, explícitos ou baixarias. Gosto de comer lasanha e tudo em geral. Tenho medo de perder Deus ou a compaixão. Quando tenho medo, me ajoelho para orar, rezo o terço ou faço orações. O que mais me irrita são os ateus. Quando estou irritada chamo por Deus. O que mais me alegra é a família reunida na igreja. O que me deixa seguro é saber que Deus existe e está por perto me protegendo. O que me deixa insegura é a falta de apoio da minha família com a minha religião. Meu sonho é ter vida após a morte. Quando dou carinho me sinto abençoada, feliz e carinhosa. Quando recebo me sinto amada e respeitada. Meus planos para o futuro são construir uma família no caminho de Deus e crescer na vida.

Jovem de facção

Tenho 16 anos. Sou seco, alto e cheio de tatuagens (palhaço, caveira, tribal e índia). Meu rosto é abatido, manchado. Tenho a pele parda. Meu cabelo é enrolado (“paloso”) e meus olhos são castanhos claros. Tô na “capa do Batman”. Sou conhecido como Pocotó Barril. Vivo na laje. Meu quarto é escuro e com as luzes apagadas. Minha rotina é roubar, vender drogas e ficar doido com as drogas. Me visto de bermuda, chinelo, colar de prata, anéis, chapéu e relógio. Me sinto maltratado pelo tempo, acabado pelas drogas. Poucas pessoas gostam da minha aparência. Dos meus amigos, alguns trabalham, nem todos são iguais. O que mais gosto de fazer para me divertir é me exibir do poder de minhas armas e minhas drogas. Comemoro com churrasco, cervejas e drogas. Na televisão assisto os crimes iguais aos que eu pratico e também vejo como os policiais agem. Gosto de funk, reggae e rap. Gosto de comer hambúrguer e suco de laranja. Tenho medo da morte, dos rivais e dos policiais. Quanto tenho medo, eu me “maloco”, pulo o muro, invado casas. O que mais me irrita é a “traíagem” e os rivais tentando tirar minha boca. Quando estou irritado atiro para cima, xingo, uso drogas para relaxar. O que mais me alegra é ver a família bem, encontrar uma garota, ver meu movimento dar certo. O que me deixa seguro é estar em posse de minhas armas e ter “amigos” por perto. O que me deixa inseguro é estar desarmado, sem amigos por perto e policiais entrarem na favela. Meu sonho é ser o chefão, ver meu filho crescer e ver minha família bem. Quando dou carinho sinto que ladrão ou vagabundo também ama. Quando recebo carinho me sinto feliz, amado, contente em saber que tem alguém que gosta de mim. Meus planos para o futuro são sair da vida do crime, dar conforto à minha família.

Jovem de T.O. (Torcida Organizada)

Tenho 19 anos, sou alto, físico fitness. Meu rosto é normalmente fechado, com expressão de mau humor. Tenho a pele negra natural. Cabelo preto, baixo e bem cuidado. Olhos pretos, no fundo de revolta. Amo minha família e Deus acima de tudo e todos. Gosto de ser

chamado de Monk. Vivo em um bairro legal só que com muito cuidado com os rivais. Minha casa é simples e meu quarto tem várias roupas de torcida. Normalmente estudo pela noite, trabalho de dia e faço vários planos sobre a torcida que faço parte. Sou uma pessoa normal para o grupo. Me visto normal. Bermuda, camiseta, boné e roupa de T.O. às vezes ou quando vou para os jogos. Me sinto diferenciado. Tenho amigos de todos os tipos, menos os das torcidas rivais. Normalmente meus amigos vestem o material da mesma torcida. Frequento estádios, bairros e estados diferentes. O que mais gosto de fazer para me divertir é apoiar o meu time em qualquer lugar ou divisão e me divertir com os colegas da rua. Não assisto televisão. Gosto de reggae, funk, pagode e principalmente músicas de torcida. Gosto de comer frango, normalmente meu prato predileto é o P.F. normal. Tenho medo de perder minha família (mãe, irmãos, etc). Só não tenho medo da morte. Quando estou com medo reajo naturalmente, prefiro não entrar em pânico. O que mais me irrita são pessoas fracas de mente e membros de outras torcidas passar por mim e falar piadas. Quando estou irritado às vezes escrevo o que estou sentindo, às vezes fico calado. O que mais me alegra é ver meu time ganhar e minha família me apoiar. O que me deixa seguro é meu jeito de ser e de agir. O que me deixa inseguro é enfrentar várias pessoas ao mesmo tempo e família ficar falando sobre mim. Meu sonho é viver muito e ser presidente da torcida. Quando dou carinho me sinto muito feliz. Quando recebo carinho, também me sinto feliz porque estou sendo retribuído. Meus planos para o futuro são ser feliz com mulher, filhos e estar fora de torcida.

Figura 2 – Fichas de identificação dos perfis de jovens de Itinga | Grupo 2 (policiais militares)

Jovem usuário

Tem entre 15 e 16 anos. É do sexo masculino. Tem olheiras, “cara de mau”, anda sempre irritado. Parece que tá invocado, enfezado. É magro, uns 70kg. A maioria é negro. Tem cabelo cortado cheio de desenho de pagodeiro ou de funkeiro. Vive na favela, usa roupa de marca (Adidas, Seaway, bermuda folgada), batidão, tem tatuagens. Usa aqueles shorts mostrando o “cofrinho”. Se não é usuário de drogas, tem algum parente, é “enraizado” de alguma forma. Vive numa casa com sala, cozinha, dois quartos, um banheiro, ou tem quintal ou tem varanda. a casa é de dois quartos mas vive uma média de 6 a 8 pessoas, isso é a média. Normalmente tem um sofá, uma TV tela plana com Sky roubada, uma estantezinha da mais peba quebrada. No quarto tem uma cama de casal, no outro quarto tem um beliche. Sempre tem um que dorme na sala, no sofá. Tipo o quarto dos pais tem a cama de casal, guarda-roupa e às vezes uma cômoda. No outro quarto tem um guarda roupa, uma calma de solteiro quando não tem um guarda roupa fica tudo amontoado no chão, dentro de sacola. Normalmente o pai trabalha o dia inteiro, a mãe é dona de casa, ele e os irmãos frequenta a escola, mas o resto do dia passa solto.

Jovens Vida Loka

Fazem parte do bonde da seaway (boné, colar, bermuda de marca...), usam tatuagens, a maioria de caveira ou “amor eterno só de mãe”. Não duram 1 ano vivos. Usa boné também cheio daquelas presilhazinhas de cabelo, tipo aquelas piranhinhas pequenas rosas. Cabelo pintado de loiro. Chama alguma coisa com inho, quinho: Kinho Seaway.

As novinhas

As meninas, muitas também se envolvem com o crime. Tem as “novinhas”, que aparecem em vídeos na internet com poses sensuais, de biquíni, às vezes com drogas. Algumas se

veem assim, outras não se assumem. Usam roupas curtas. São menores de idade. Reproduzem o cenário de violência, como vítimas, mas também como autoras. Estudam.

Jovem resistente

Esse tem a família presente, estudioso, é todo certinho, faz curso técnico, vai para o IFBA, alguns têm dificuldade de voltar a estudar, encontram barreiras, têm força de vontade. Faz curso técnico, às vezes trabalha de dia e estuda de noite. Vem andando e volta andando.

APÊNDICE IV – FOTOGRAFIAS UTILIZADAS NAS RODAS DE DIÁLOGO



Figura 1 – Sem autoria identificada

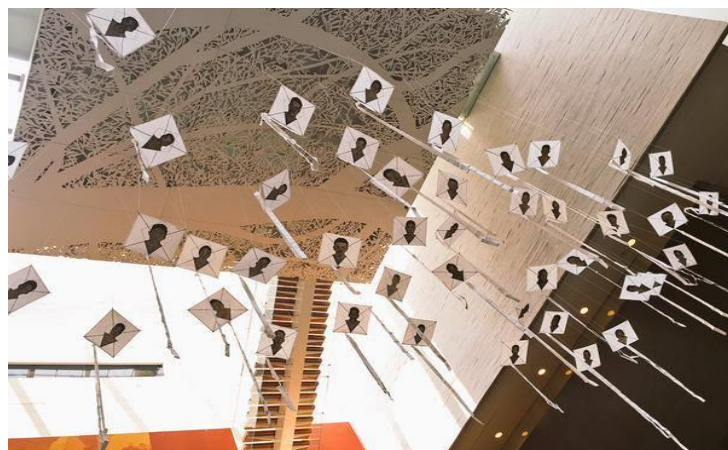


Figura 2 – Foto: ver credito

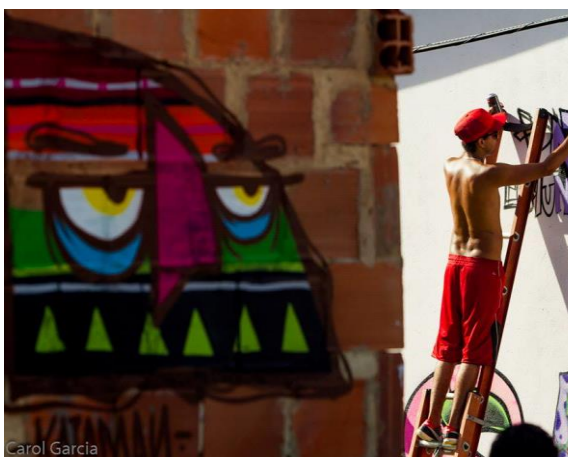


Figura 3 – Foto: Carol Garcia



Figura 4 – Foto: Jacob Said/PNUD Brasil



Figura 5 – Foto sem autoria identificada



Figura 6 – Foto: Fernando Vivas



Figura 7 – Clayton de Souza/Agência Estado



Figura 8 – Sem autoria identificada



Figura 9 – Foto: Bruna Hercog



Figura 10 – Foto: Carol Garcia

As Figuras 1; 5 e 8 não têm autoria identificada, foram retiradas de sites da Internet, nas seguintes fontes: <http://blog.cancaonova.com/curitiba/files/2014/07/duplo-caminho.jpg> e [\(http://miradouronoticias.com/web/2013/12/dicas-de-como-se-comportar-durante-uma-abordagem-policial/\)](http://miradouronoticias.com/web/2013/12/dicas-de-como-se-comportar-durante-uma-abordagem-policial/) .